

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (DCSA)
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

IASMIM MARIA DOS SANTOS LUZ

**A INFLUÊNCIA DA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO
DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO FISCAL E
CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (DCSA)
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

IASMIM MARIA DOS SANTOS LUZ

**A INFLUÊNCIA DA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO
DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO FISCAL E
CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para aprovação na matéria Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Educação Fiscal

Orientador: Prof. Dr. Alexssandro Campanha Rocha

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2024

L994i

Luz, Iasmim Maria dos Santos.

A influência da graduação em Ciências Contábeis no desenvolvimento de conhecimentos sobre educação fiscal e cidadania no município de Vitória da Conquista –

BA. / Iasmim Maria dos Santos Luz, 2024.

119f.; il.

Orientador (a): Dr. Alexssandro Campanha Rocha.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do Sudoeste

da Bahia, Vitória da Conquista, 2024.

Inclui referências. F. 107 - 110

1. Educação fiscal. 2. Cidadania. 3. Ciências Contábeis. I. Rocha, Alexssandro Campanha.

II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T.

IASMIM MARIA DOS SANTOS LUZ

**A INFLUÊNCIA DA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO
DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO FISCAL E
CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para aprovação na matéria Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Educação Fiscal

Orientador: Prof. Dr. Alexssandro Campanha Rocha

Vitória da Conquista – BA, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Alexssandro Campanha Rocha
Doutor em Educação – UFBA
Professor Titular da UESB – Orientador

Carlos Alberto Góes de Carvalho
Mestre em contabilidade – Fundação Visconde de Cairu
Professor Adjunto da UESB

Josenaldo de Souza Alves
Mestre em contabilidade – FUCAPE
Professor da FAINOR

AGRADECIMENTO

A realização deste trabalho de conclusão de curso é um marco significativo em minha vida acadêmica, e não poderia ter sido alcançado sem o apoio e a orientação de várias pessoas importantes.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me dar força, saúde e sabedoria ao longo desta jornada. Sem sua graça e proteção, nada disso seria possível.

Ao meu orientador, Alexssandro Campanha, expressei minha mais profunda gratidão. Sua orientação, paciência e conhecimento foram fundamentais para a concretização deste trabalho. Agradeço pelos conselhos valiosos, pelo incentivo constante e por acreditar no meu potencial.

À minha família, meu porto seguro, meu sincero agradecimento. Aos meus pais Cláudio e Herbene, por sempre acreditarem em mim e me apoiarem em todas as etapas da minha vida. Aos meus irmãos Yann e Ygor, minha cunhada Beatriz, pela compreensão e incentivo nos momentos de dificuldade. Sem o amor e o suporte de vocês, esta conquista não seria possível.

Aos meus amigos, que compartilharam desta caminhada, meu muito obrigado. Pela companhia, pelas palavras de encorajamento e pelos momentos de descontração que tornaram essa trajetória mais leve e prazerosa. A amizade de vocês foi essencial para que eu pudesse seguir em frente.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, meu sincero agradecimento. Este TCC não seria possível sem o apoio e a colaboração de todos vocês.

*“Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas. Pessoas
transformam o mundo”.*

(Paulo Freire)

RESUMO

Esta pesquisa investiga a influência da graduação em Ciências Contábeis no desenvolvimento de conhecimentos sobre Educação Fiscal e Cidadania entre estudantes de Vitória da Conquista – BA. Por meio de questionários aplicados a alunos de duas instituições de ensino superior, buscou-se identificar o nível de conhecimento sobre o tema, analisar o impacto da formação acadêmica na conscientização sobre a função socioeconômica do tributo e o controle social dos recursos públicos e, ainda, investigar a percepção dos graduandos sobre a importância da Educação Fiscal para a cidadania e o desenvolvimento local. Os resultados revelam que a maioria dos estudantes reconhece a importância da Educação Fiscal para a sua formação profissional e para o exercício da cidadania, demonstrando uma boa sensibilização sobre o tema. Observou-se, também, um aumento significativo na curiosidade em relação à transparência das contas públicas durante a graduação, evidenciado pelo maior interesse em acessar portais de transparência de municípios. Apesar do impacto positivo da formação, a pesquisa aponta para a necessidade de fortalecer a abordagem da Educação Fiscal no currículo, incluindo disciplinas específicas, atualização dos métodos de ensino e intensificação de projetos de extensão, a fim de ampliar o impacto da formação acadêmica na construção de profissionais mais engajados e comprometidos com uma sociedade mais justa e transparente. Em suma, a pesquisa confirma a hipótese de que a graduação em Ciências Contábeis promove uma maior conscientização dos estudantes sobre a Educação Fiscal e o exercício da cidadania, incentivando uma participação mais ativa na sociedade e a busca por uma gestão pública mais ética e transparente.

Palavras-chave: Educação Fiscal; Cidadania; Ciências Contábeis.

ABSTRACT

This research investigates the influence of a degree in Accounting Sciences on the development of knowledge about Tax Education and Citizenship among students from Vitória da Conquista – BA. Through questionnaires applied to students from two higher education institutions, we sought to identify the level of knowledge on the topic, analyze the impact of academic training on awareness of the socioeconomic function of taxes and the social control of public resources and, also, investigate the perception of undergraduates about the importance of Tax Education for citizenship and local development. The results reveal that the majority of students recognize the importance of Tax Education for their professional training and for the exercise of citizenship, demonstrating a good awareness of the topic. There was also a significant increase in curiosity regarding the transparency of public accounts during graduation, evidenced by the greater interest in accessing the municipality's transparency portal. Despite the positive impact of training, the research points to the need to strengthen the Tax Education approach in the curriculum, including specific subjects, updating teaching methods and intensifying extension projects, in order to expand the impact of academic training in construction of professionals who are more engaged and committed to a fairer and more transparent society. In short, the research confirms the hypothesis that a degree in Accounting Sciences promotes greater awareness among students about Tax Education and the exercise of citizenship, encouraging more active participation in society and the search for more ethical and transparent public management.

Keywords: Tax Education; Citizenship; Accounting Sciences.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Estado da Arte.....	21
QUADRO 2 – Ações de Cidadania.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA - Bahia

CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária

EAD - Educação a distância

ESAF - Escola de Administração Fazendária

EUA - Estados Unidos da América

FAINOR - Faculdade Independente do Nordeste

FASA - Faculdade Santo Agostinho

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

FTC - Faculdade de Tecnologia e Ciência

GEF - Grupo de Trabalho de Educação Fiscal

GEFE - Grupo de Educação Fiscal nos Estados

GEFF - Grupo de Educação Fiscal da Secretaria da Receita Federal

GEFM - Grupo de Educação Fiscal dos Municípios

GET - Grupo de Trabalho em Educação Tributária

GETE - Grupos de Educação Tributária nos Estados

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

MEC - Ministério da Educação

PNAFE - Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal

PNEF - Programa Nacional de Educação Fiscal

PNET - Programa Nacional de Educação Tributária

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UNINASSAU - Faculdade Maurício de Nassau

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	TEMA	16
1.2	PROBLEMATIZAÇÃO	16
1.2.1	Questão Problema	17
1.2.2	Questões Secundárias	17
1.3	OBJETIVOS	17
1.3.1	Objetivo Geral	18
1.3.2	Objetivos Específicos	18
1.4	HIPÓTESE DE PESQUISA	18
1.5	JUSTIFICATIVA	19
1.6	RESUMO METODOLÓGICO	20
1.7	VISÃO GERAL	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	MARCO CONCEITUAL	21
2.2	ESTADO DA ARTE	22
2.3	MARCO TEÓRICO	26
2.3.1	A origem e a função social do tributo e a importância do controle social.....	26
2.3.2	A importância da educação fiscal.....	29
2.3.3	Experiências em educação tributária e fiscal	32
2.3.3.1	A educação tributária e fiscal no mundo.....	32
2.3.3.2	Antecedentes históricos da educação fiscal no Brasil.....	35
2.3.4	O Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF.....	40
3	METODOLOGIA	49
3.1	TIPO DE PESQUISA QUANTO AO MÉTODO CIENTÍFICO.....	49
3.2	TIPO DE PESQUISA QUANTO A ABORDAGEM	50
3.3	TIPO DE PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS	50
3.4	TIPO DE PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS	50
3.5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
4.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	53
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	53
4.2	CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS PARTICIPANTES	54

4.3	PERCEPÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE CIDADANIA	62
4.4	PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE EDUCAÇÃO FISCAL E PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL - PNEF.....	79
4.5	OPINIÃO DOS RESPONDENTES SOBRE A EDUCAÇÃO FISCAL.....	99
4.6	ANÁLISE DOS RESULTADOS PROPOSTOS NOS OBJETIVOS	102
5.	CONCLUSÃO	105
	REFERÊNCIAS	107
	APÊNDICES	111
	APÊNDICE A – Questionário	111

1. INTRODUÇÃO

A educação pode ser vista como uma atividade direcionada a instruir, formar e disciplinar o indivíduo, que transfere conhecimentos de uma geração para a geração seguinte em práticas regulares de vivências de cidadania, equidade, inclusão e socialização. Lidamos diariamente com ela, mas afinal o que é educação? Não é fácil responder, visto que não há uma única forma ou modelo de educação, mas existe um pensamento comum que ela tem sua importância.

Para Brandão (2007), a educação é uma fração da experiência endoculturativa. Ela aparece sempre que há relações entre pessoas e intenções de ensinar e aprender. Intenções, por exemplo, de aos poucos "modelar" a criança, para conduzi-la a ser o "modelo" social de adolescente e assim por diante. A educação ajuda a crescer e transformar a pessoa em um sujeito social.

Ainda de acordo Brandão (2007, p.10), existem povos que usam a educação como um recurso a mais de sua dominância imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade. Nelson Mandela (2003), por exemplo, afirmava que a educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo, e como toda arma, ela pode ser perigosa.

A Constituição Federal define em seu art. 205, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa humana, sua qualificação para o trabalho e seu preparo para o exercício da cidadania.

Desses objetivos da educação, destaca-se o preparo para o exercício da cidadania, que tem como vertente o saber se relacionar com o Estado na condição de cidadão participante, ativo, que questiona, que fiscaliza e acompanha as ações dos seus governantes e que está atento às questões relacionadas aos seus direitos e deveres como cidadão.

Mas não basta substituir a instrução por uma educação nomeando-a de "educação para a cidadania". É preciso permitir a cada um construir os conhecimentos e as competências necessárias para fazer frente à complexidade do mundo e da sociedade. Muitos alunos saem da escola desprovidos de meios intelectuais para se informar, para formar uma opinião, para defender um ponto de vista através da argumentação (PERRENOU, 2005, p.8). A eficácia de um sistema educacional é essencial para a promoção da cidadania.

Além disso, Perrenou (2005 p.9) reforça que é necessário utilizar os saberes para desenvolver a razão, o respeito à maneira de ser e à opinião do outro. Para desenvolver a cidadania, é preciso visar a uma cultura científica, em vez de uma acumulação de conhecimentos fragmentados, o desenvolvimento de uma postura reflexiva e de uma ética da discussão, em vez da submissão à autoridade da ciência ou do professor; a formação duradoura, em vez do estímulo à "decoreba" para se sair bem nos exames, os quais valorizam a quantidade de conhecimentos restituídos, e não a qualidade de sua apropriação.

Reiterando as discussões a respeito das questões que envolvem a educação para a cidadania, para que se possa compreender o que o governante faz com os recursos arrecadados, é necessário ter minimamente um conhecimento do funcionamento do Estado. Esse preparo do cidadão para se relacionar com o Estado, e o poder público de modo geral, nas relações entre contribuinte e arrecadador, que chamamos de Educação Fiscal. Esse tipo de educação auxilia na formação e sensibilização do cidadão quanto às questões que envolvem o uso dos recursos públicos, o planejamento governamental e a prestação de contas e contribui para a formação cidadã do indivíduo e a transformação do meio social com a maior efetividade dos princípios democráticos.

Em vista disso, pode se afirmar que a Educação Fiscal tem sua relevância social, visto os benefícios que ela traz ao auxiliar no exercício da cidadania. Ela busca preparar os cidadãos acerca da gestão pública, da importância do cumprimento de obrigações tributárias e dos direitos e deveres que possuem. Nesse contexto, as ações educativas visam motivar a sociedade para compreensão da função socioeconômica dos tributos e sua conversão em benefício para a mesma.

Apesar deste tema acerca da Educação Fiscal ser importante, ele tem sido tratado de forma superficial pelas mídias, instituições de ensino e pelo poder público. A sociedade tem dificuldade de compreender a importância do tributo e seu verdadeiro papel como viabilizador de políticas públicas, na área da saúde, da educação, da segurança, do saneamento básico, entre outras áreas.

A partir da década de 1990, as instâncias governamentais no âmbito federal perceberam a necessidade de um programa de sensibilização do cidadão, despertando para prática da cidadania no que tange às questões tributárias, e dessa busca por uma harmonia entre Estado e sociedade é que surge, em 2002, como fruto de exigências impostas por organismos internacionais de crédito como o FMI, o

Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF, que tem por objetivo instrumentalizar a sociedade acerca dos mecanismos disponíveis para acompanhar a aplicação dos recursos arrecadados, favorecendo o exercício efetivo da cidadania, através da capacitação de professores para que sejam multiplicadores de ações de Educação Fiscal em todo país.

Dentre os estados da federação, a Bahia se destaca como um dos estados que mais capacitou professores durante seu período de existência (CAMPANHA, 2014) e, obviamente, essa relação com os professores envolve a experiência desses sujeitos em sala de aula, seja no ensino médio ou superior. Diante disso, essa pesquisadora teve a intenção de direcionar a sua pesquisa para os alunos no sentido de verificar se de alguma forma esses professores (que foram capacitados pelo programa, no Estado da Bahia) influenciaram de alguma forma seus alunos em sala de aula. Tendo em vista este aspecto, a pesquisadora optou por realizar essa pesquisa envolvendo duas entidades de ensino superior do curso de Ciências Contábeis do sudoeste da Bahia.

1.1 TEMA

A influência da Graduação em Ciências Contábeis no desenvolvimento de conhecimentos sobre a Educação Fiscal e Cidadania no município de Vitória da Conquista - BA.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

O problema de pesquisa é um assunto controverso, ainda não satisfatoriamente respondido em qualquer campo do conhecimento, e que pode ser objeto de pesquisas científicas ou discussões acadêmicas (GIL, 2017, p.20). Ele deve expressar uma relação entre duas ou mais variáveis, deve ser interrogativo, claro e objetivo. Assim o problema de pesquisa consiste em um enunciado explicitado de forma clara, compreensível e operacional, cujo melhor modo de solução ou é uma pesquisa ou pode ser resolvido por meio de processos científicos (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 121-122).

Em virtude da temática abordada neste trabalho, é importante dizer que a Educação Fiscal é um processo que busca disseminar conhecimentos acerca do exercício da cidadania, através da compreensão sobre a função social dos tributos, do entendimento da importância de acompanhar a aplicação dos recursos públicos e

estar motivado para o exercício da cidadania plena. A problematização proposta indaga sobre a interseção entre a formação em Ciências Contábeis e a aprendizagem da Educação Fiscal entre os estudantes.

Diante dessa questão, é relevante investigar os desafios enfrentados pelos graduandos, identificar possíveis influências e a integração dos conhecimentos difundidos no curso e refletir sobre as contribuições que uma formação mais abrangente e cidadã poderia trazer para a atuação futura desses profissionais. Dessa forma, busca-se compreender como a graduação em Ciências Contábeis pode ser otimizada para promover uma compreensão mais sólida e contextualizada da Educação Fiscal, capacitando os estudantes não apenas como profissionais da área, mas também como cidadãos conscientes do papel dos tributos na sociedade. Diante dessa realidade apresentamos na sequência o problema de pesquisa.

1.2.1 Questão Problema

Como a formação em Ciências Contábeis tem impactado a aprendizagem sobre Educação Fiscal e o exercício da cidadania entre os graduandos de instituições de ensino superior no município de Vitória da Conquista?

1.2.1 Questões Secundárias

- A. Qual o nível de conhecimento sobre Educação Fiscal e o exercício da cidadania entre os estudantes de Ciências Contábeis?
- B. Qual o impacto da formação em Ciências Contábeis no entendimento e disseminação de conceitos relacionados à Educação Fiscal e o exercício da cidadania ?
- C. Qual a percepção dos graduandos sobre a importância da Educação Fiscal para a cidadania e o desenvolvimento local?

1.3 OBJETIVOS

O objetivo da pesquisa refere-se aos resultados que se pretende alcançar ao empreender uma pesquisa. Portanto, o objetivo deve explicitar quais os conhecimentos que se deseja obter, quais aspectos, fenômenos, características, processos relacionados ao objeto que a pesquisa visa compreender e/ou explicar (MAZUCATO, 2018, p.48). Na pesquisa científica o objetivo é encontrar respostas

para determinadas questões propostas, desenvolvendo assim um estudo, de maneira a produzir novos conhecimentos que visem o benefício da Ciência.

Os objetivos da pesquisa devem ser sempre expressos em verbos de ação e esses objetivos são classificados em geral e específicos. O objetivo geral está ligado a uma visão global e abrangente do tema. Por sua vez, os objetivos específicos apresentam um caráter mais concreto e têm a função intermediária e instrumental (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 124).

1.3.1 Objetivo Geral

Avaliar como a formação em Ciências Contábeis tem impactado a aprendizagem sobre Educação Fiscal e o exercício da cidadania entre os graduandos de instituições de ensino superior no município de Vitória da Conquista.

1.3.2 Objetivos Específicos

- A. Identificar o nível de conhecimento sobre Educação Fiscal e o exercício da cidadania entre os estudantes de Ciências Contábeis;
- B. Analisar o impacto da formação em Ciências Contábeis no entendimento e disseminação de conceitos relacionados à Educação Fiscal e o exercício da cidadania;
- C. Investigar a percepção dos graduandos sobre a importância da Educação Fiscal para a cidadania e o desenvolvimento local.

1.4 HIPÓTESE DE PESQUISA

Por hipótese entende-se uma suposição ou explicação provisória do problema. Em sua forma mais simples consiste numa expressão verbal que pode ser definida como verdadeira ou falsa, que deve ser submetida a teste (GIL, 2017, p.26). As hipóteses de pesquisa constituem “respostas” supostas e provisórias ao problema. A principal resposta é denominada hipótese básica, podendo ser complementada por outras secundárias. No entanto, em algumas pesquisas as hipóteses são implícitas e em outras são formalmente expressas (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 123).

Essa pesquisa abrange uma discussão acerca da Educação Fiscal e da influência da graduação em Ciências Contábeis para o desenvolvimento de conhecimentos dos mesmos em instituições de ensino superior da cidade de Vitória

da Conquista – BA em relação a sensibilização dos alunos quanto à participação social nos processos de fiscalização dos recursos públicos e sua importância para a sociedade. Dessa forma, a hipótese levantada é: **a graduação em Ciências Contábeis ajuda a promover uma maior conscientização dos estudantes sobre a Educação Fiscal e o exercício da cidadania, em vista que os alunos passam a compreender o papel social dos tributos e a sua importância para a sociedade por meio das disciplinas cursadas e das atividades de pesquisa e extensão.**

1.5 JUSTIFICATIVA

A justificativa é o elemento que contribui diretamente para a aceitação à pesquisa pelas pessoas. Ela consiste em uma exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa. Deve apresentar as contribuições teóricas que a pesquisa pode trazer, a importância do tema do ponto de vista geral (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 120).

Na justificativa cabe adiantar a contribuição que se espera dar com os resultados da pesquisa, justificando-se, assim, a relevância e a oportunidade de sua realização, mediante o desenvolvimento do projeto. Este é o momento de se referir então aos estudos anteriores já feitos sobre o tema para assinalar suas eventuais limitações e destacar assim a necessidade de se continuar a pesquisá-lo e as contribuições que o seu trabalho dará, justificando-o desta maneira. (SEVERINO, 2013, p.80). Diante disso, uma das preocupações da justificativa é analisar qual a relação do tema de pesquisa com o pesquisador do ponto de vista pessoal, acadêmico e social.

Do ponto de vista pessoal, a pesquisadora sempre se identificou com trabalhos sobre a área da educação. O conhecimento sobre a Educação Fiscal através da participação como colaboradora do projeto Cidadão Fiscal, em 2017, na Universidade Estadual da Bahia – UESB lhe despertou um maior interesse por essa temática, juntamente com a possibilidade de relacionar os conhecimentos teóricos com a visão dos cidadãos em relação à prática da cidadania. Além disso, a pesquisa foi-lhe benéfica, pois, ao aprofundar o estudo acerca da Educação Fiscal isso lhe trouxe um maior conhecimento e uma maior sensibilização quanto à responsabilidade social.

Já do ponto de vista acadêmico, essa pesquisa é relevante, pois auxiliará para que outras pesquisas sejam realizadas nessa área. A pesquisa que será apresentada

mostra a importância da Educação Fiscal na vivência dos cidadãos, em especial no aprendizado, onde é feita a formação cidadã do indivíduo e sua conscientização sobre os tributos e sua responsabilidade social, um assunto pouco discutido e trabalhado no município e na academia.

Em relação ao aspecto social, a pesquisa contribuirá para proporcionar resultados positivos em relação à discussão dessa temática no curso de Ciências Contábeis da cidade de Vitória da Conquista – BA. Com isso, a pesquisa contribuirá para o desenvolvimento de um debate em relação a sensibilização sobre a importância da conscientização tributária por parte dos estudantes na sociedade, além de demonstrar que os tributos são necessários para que se possa custear os gastos públicos que trarão melhorias na vida da população.

1.6 RESUMO METODOLÓGICO

Esta pesquisa utiliza o método científico hipotético-dedutivo. Ela possui uma abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, caracteriza-se como descritiva e relação aos procedimentos é de levantamento. Seus instrumentos de coleta de dados se deram através da aplicação de questionários estruturados aos alunos do curso de Ciências Contábeis do município de Vitória da Conquista.

1.7 VISÃO GERAL

Essa pesquisa está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo foi destinado à Introdução, onde foram abordados aspectos relacionados ao problema de pesquisa, objetivos geral e específicos, hipótese da pesquisa e justificativa. O segundo capítulo destinado ao Referencial Teórico, subdividido em três partes: a primeira parte sobre o marco conceitual, a segunda sobre o estado da arte e a terceira o marco teórico. Já o terceiro capítulo foi destinado a metodologia e o quarto capítulo destinado a pesquisa de campo juntamente com a apresentação e análise dos dados. O quinto capítulo destinou-se às considerações finais da pesquisa, seguido das referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor compreensão do tema, o referencial teórico tem como objetivo fornecer uma base sólida de conhecimento sobre o tema estudado, contextualizando a pesquisa dentro do que já foi produzido e discutido na área, com base em referências bibliográficas, servindo de base para análises e interpretações dos dados coletados na pesquisa. O Referencial teórico está subdividido em três tópicos, são eles: Marco Conceitual, que define os principais conceitos, termos, e ideias fundamentais que serão utilizados para a compreensão da pesquisa; Estado da Arte, onde o pesquisador elenca alguns trabalhos realizados na área que o ajudaram no desenvolvimento da pesquisa e, por último, o Marco Teórico, que aborda com maior abrangência o tema da pesquisa com discussões teóricas à luz do pensamento de vários autores.

2.1 MARCO CONCEITUAL

Nesse campo buscou-se trazer os conceitos explanados por outros autores mostrando qual o seu posicionamento sobre determinado assunto. A pesquisadora baseou-se nesses posicionamentos para dizer em que sentido os termos Educação, Educação fiscal e Cidadania que foram utilizados nesta pesquisa.

Segundo Libâneo (2010, p. 13) a educação é o processo contínuo pelo qual os indivíduos adquirem conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, essencial para o desenvolvimento integral do ser humano e para a construção de uma sociedade justa e democrática.

O conceito de educação é muito amplo e multifacetado, variando de acordo com diferentes perspectivas e contextos. De maneira geral, educação pode ser definida como o processo de desenvolvimento intelectual, moral, social e cultural de um indivíduo, com o objetivo de prepará-lo para uma participação efetiva na sociedade.

Para aprimorar a compreensão desse trabalho, o conceito de educação fiscal faz se necessário, a educação fiscal abrange o conjunto de ações educativas voltadas para o desenvolvimento da consciência crítica sobre a função social dos tributos e o controle social sobre a gestão pública. De acordo com Santana: "A educação fiscal não se limita ao conhecimento sobre impostos, mas busca a conscientização sobre a importância dos tributos para o financiamento das políticas públicas e o desenvolvimento social." (Santana, 2011, p. 112). Seu objetivo é promover a

cidadania, a transparência e a participação ativa dos cidadãos na administração pública.

Já a cidadania refere-se ao conjunto de direitos e deveres que um indivíduo possui em relação à sociedade e ao Estado. Envolve a participação ativa e consciente na vida política, social, econômica e cultural, com o objetivo de contribuir para o bem-estar coletivo e o fortalecimento da democracia, segundo Dallari (2008, p. 45), o conceito de cidadania vai além do simples gozo de direitos civis, políticos e sociais; envolve também a responsabilidade de participar ativamente na construção de uma sociedade justa e solidária.

2.2 ESTADO DA ARTE

A seguir foi elaborado um quadro contendo o resumo de alguns trabalhos acadêmicos que já foram desenvolvidos com o mesmo tema e temáticas similares à da pesquisadora. Trata-se do chamado Estado da Arte, que é um levantamento realizado pela pesquisadora acerca do tema em que estudou. Essa busca permitiu identificar quais possíveis problemas poderiam existir com relação ao tema, e possibilitou agregar conhecimento do assunto em questão. Para Neves e Neves (2010, p.27) define como será o escopo do trabalho, o que desafia a pesquisadora a buscar referências para o seu trabalho, envolvendo a leitura de pesquisas, metodologias, abordagens e autores semelhantes ao trabalho desenvolvido.

QUADRO 1 – Estado da Arte

TIPO	TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO	NÍVEL	INSTITUIÇÃO	IDEIA PRINCIPAL	LINK / LUGAR	DATA DE ACESSO
Livro	Curso de Direito Tributário	Hugo de Brito Machado	2004	Graduação / Pós-graduação	Malheiros Editores	O livro aborda de forma detalhada os princípios, normas e práticas do Direito Tributário brasileiro, fornecendo uma visão abrangente sobre o tema.	Malheiros Editores	19 out. 2023
Documento online	Programa Nacional de Educação Fiscal	Escola de Administração Fazendária (ESAF), Ministério da Fazenda	2014		Escola de Administração Fazendária (ESAF), Ministério da Fazenda	O documento apresenta o Programa Nacional de Educação Fiscal, promovendo a educação fiscal e a cidadania através de atividades e materiais educativos.	http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/home-pnef	10 dez.2023
Artigo	<i>Teoría de la Educación Tributária</i>	Fernando Sainz de Bujanda	1967		Universidad de Madrid	O artigo explora a teoria e os princípios da educação tributária, analisando seu papel e	Revista de la Facultad de Derecho, v. IX, n. 24.	10 dez.2023

						importância na formação de uma cidadania fiscal consciente.		
Tese	Uma Contribuição ao Marketing Social e à Educação Fiscal no Brasil: Análise por Meio de Casos Múltiplos	Albertina Silva Santos de Lima	2008	Doutorado	Departamento de Dirección de Empresas y Sociología, Universidad de Extremadura	A tese analisa a interseção entre marketing social e educação fiscal no Brasil, utilizando uma abordagem de casos múltiplos para entender as contribuições e impactos dessas práticas.	http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/Biblioteca/monografias/tese_albertina_portugues.pdf	20 nov.2023
Dissertação (Mestrado)	Programa de Educação Fiscal e Escola: Caminhos e Descaminhos na Construção da Cidadania	Imaculada Maria Vidal da Silva	2007	Mestrado Profissional	Universidade Estadual do Ceará	A dissertação examina o papel do Programa de Educação Fiscal nas escolas e sua contribuição para a construção da cidadania, abordando desafios e avanços no processo educativo.	http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=155148	13 nov.2023

Tese	Educação Fiscal e Eficiência Pública: Um Estudo das Suas Relações a Partir da Gestão de Recursos pela Administração Municipal	Erivan Ferreira Borges	2012	Doutorado	Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UNB/UEPB/UFPA)	A tese investiga as relações entre educação fiscal e eficiência pública, com foco na gestão de recursos pela administração municipal, avaliando como a educação fiscal pode impactar a eficiência na administração pública.	http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11144/1/Tese%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Fiscal%20-%20Erivan%20Ferreira%20Borges.pdf	27 out. 2023
------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------	------	-----------	------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------

Fonte: Elaboração própria (2024).

2.3 MARCO TEÓRICO

No texto que segue serão aprofundados os conceitos que foram explanados no marco conceitual e mais alguns outros tópicos que se tornaram pertinentes para a compreensão e sustentação teórica da pesquisa.

2.3.1 A origem e a função social do tributo e a importância do controle social

A origem do tributo está diretamente ligada à formação do homem como um ser social. Ainda nômade e livre de relações sociais estáveis e permanentes, ele andava por diversos lugares acomodando-se temporariamente em terras que lhe oferecessem as melhores condições de sobrevivência. Diante do crescimento de sua família e do grupo que fazia parte, ele foi forçado a se estabelecer de modo permanente para dali poder garantir a sua subsistência. Em determinado período da história, o homem buscou organizar-se socialmente em comunidades com o objetivo de atender aos mais diferentes interesses que iam, desde as necessidades básicas de alimentação e abrigo, até a proteção contra as ameaças de outros povos inimigos ou animais (SILVA, 2007, p. 58).

A imposição dos tributos se tornará algo mais frequente e obrigatório com as conquistas de novas terras e povos, onde os vencedores passariam a impor aos vencidos o pagamento de pesadas taxas e impostos como símbolo de imposição do poder e de submissão e obediência por parte dos vencidos. A cobrança de tributos pelos líderes de uma comunidade aos seus próprios súditos ou liderados só irá surgir com maior intensidade séculos depois quando, de tudo o que o súdito produzisse em suas terras, uma parte deveria ser entregue sob a forma de tributo.

Durante o Absolutismo francês na Idade Moderna, a cobrança de tributos pelos monarcas alcançou seu ponto culminante. De acordo com Amorim e Weyne (2006, p. 20), estima-se que 80% dos ganhos dos camponeses eram pagos aos vários coletores de impostos. O rei Luis XIV, por exemplo, um dos mais influentes monarcas franceses, chegou a fazer a seguinte declaração: “Quero que o clero reze, que o nobre morra pela pátria e o povo pague”. Acontece, porém, que o resultado dessas cobranças era predominantemente marcado pela utilização do que era arrecadado no sustento do luxo dos palácios e da boa vida dos reis, da nobreza e de seus fiéis súditos. Diante deste contexto histórico de exploração, desorganização fiscal e gastos excessivos, que trouxeram consequências desastrosas para as finanças da França, eclodiu a Revolução Francesa, em 1789. E mesmo tendo a Declaração dos Direitos do Homem

e do Cidadão, produto da Revolução Francesa, estabelecido em seus artigos 13 e 14 que deveria ser repartida de maneira igualitária entre todos os cidadãos, uma contribuição comum de acordo com o princípio da capacidade contributiva para que o Estado pudesse honrar os seus compromissos, coube a esta mesma Declaração estabelecer a premissa de que nenhum tributo poderia ser cobrado sem que houvesse o consentimento da nação, uma iniciativa muito parecida com aquela que envolveu o rei João I (João Sem-Terra) da Inglaterra, no ano de 1215, quando o mesmo foi compelido a assinar a Carta Magna, obrigando-o a não instituir nenhum tributo ou subsídio, a menos que este fosse aprovado pelo Conselho do reino. Com o advento do Estado liberal após a Revolução Francesa e diante das terríveis consequências sociais provocadas pela Revolução Industrial, especialmente no final do século XIX, foi preciso que o Estado assumisse uma nova postura, bem diferente daquela baseada em seu distanciamento da economia como defendia a burguesia. O novo papel do Estado (o Estado Social) exigia a realização de diversos gastos e investimentos, fato este que justificava a cobrança de tributos, pois como assegurar ao povo a realização de investimentos em educação, saúde, moradia, emprego e outros direitos sociais, sem que houvesse a arrecadação de tributos? Mais tarde, com a crise financeira de 1929 e com o término da Segunda Guerra, em 1945, a intervenção estatal na economia tornava-se, novamente, uma ação necessária. O dever de pagar tributos passava, assim, a se consolidar como principal instrumento gerador de receita e das condições financeiras para que o Estado pudesse atender as demandas do povo (MARTINS, 2005, p. 255). Para Hugo de Brito Machado, a partir do momento em que o Estado começou a realizar tarefas sociais e econômicas, estas últimas consideradas até então como privativas do setor privado, percebeu-se que o tributo assumia, assim, uma função socioeconômica extremamente relevante, como instrumento de viabilização das ações do Estado, tendo em vista o seu objetivo de promover e proteger os diversos direitos individuais, coletivos e sociais dos cidadãos (MACHADO, 2004, p. 23).

Entretanto, Machado (2004, p. 23) observa que, historicamente, o grande problema em relação ao tributo nunca esteve relacionado a sua maior ou menor carga sobre a população, pois, segundo o autor, a tributação em si não prejudica o desenvolvimento de nenhuma sociedade. Na verdade, o grande problema da carga tributária está relacionado aos critérios escolhidos ou utilizados em sua distribuição, sem esquecer de mencionar os constantes casos de corrupção, malversação e desvio

de recursos públicos, que acabam dificultando a redução das injustiças e das desigualdades sociais, além de forçar o Estado e os governos a terem de aumentar a carga tributária (já considerada pesada) para compensar as perdas ocorridas e que, em tese, se torna uma medida desfavorável ao desenvolvimento do país.

O combate à corrupção e o mau uso dos recursos arrecadados tornam-se, assim, uma medida necessária para que o Estado tenha uma melhor condição financeira para atender as diferentes demandas da sociedade. Portando-se de forma eficiente no controle e no gerenciamento correto dos recursos, é bem provável que o Estado consiga reduzir, desde que haja interesse e comprometimento político dos governantes, os níveis de desigualdade social que prejudicam o exercício pleno de direitos. Por outro lado, o envolvimento do cidadão nestes assuntos também é apontado como uma alternativa eficaz para a melhoria da gestão pública e da utilização dos recursos arrecadados em prol do bem comum e do interesse coletivo. Ferreira (2008, p. 36) apud CAMPANHA (2014) discorre que quando o cidadão resolve participar ativamente da vida pública, contribuindo com a formulação de projetos e políticas públicas que tornem a realidade social menos injusta, sem perder de vista a fiscalização e o controle dos atos de seus representantes no que se refere à legalidade, legitimidade e oportunidade na realização dos seus gastos, será possível alcançar maiores níveis de justiça e de igualdade social.

De acordo com Ferreira (2008, p. 52 e 53) apud CAMPANHA (2014), “há um liame entre a dignidade e a cidadania”. Sem o exercício efetivo da cidadania por parte de cada um, o respeito à dignidade humana torna-se mais difícil. Por isso, em relação ao tributo, “o cidadão não deve apenas cumprir o seu dever de pagar” e depois esquecê-lo. É preciso que todos, individual e coletivamente, reconhecendo que a responsabilidade pelo bem comum é de toda a sociedade e que a efetivação da justiça social também depende de recursos financeiros, acompanhem, fiscalizem e controlem a destinação dos tributos e as ações daqueles que os gerenciam, pois é por meio dos tributos que a efetivação de uma vida coletiva mais digna e justa poderá ser viabilizada. A esta ação praticada pela sociedade corresponde o exercício do controle social.

Chaves (2012, p. 6) apud CAMPANHA (2014) esclarece que o controle social é o controle exercido pela própria sociedade sobre aqueles a quem ela delega poderes. Corresponde àquele tipo de controle realizado por alguém que não é um agente público no exercício da sua função e pode ocorrer por meio da participação

direta no planejamento, no monitoramento e na fiscalização da gestão pública. Este controle pode ser exercido de forma direta, quando o próprio cidadão, individualmente, acompanha as ações de seus gestores; ou de forma colegiada, quando exercido através dos diferentes conselhos de políticas públicas.

Segundo Chaves, para que este controle ocorra é imprescindível que a sociedade tenha acesso a informações e a prestação de contas, que dependem, essencialmente, do nível de transparência governamental. Percebe-se, assim, que o principal objetivo do controle social visa contribuir com a garantia de que os recursos arrecadados pelo governo por meio dos tributos sejam utilizados na consecução de políticas públicas que atendam às demandas da sociedade, a legítima proprietária dos recursos públicos.

A ausência do controle sobre a administração pública por parte da sociedade (controle social) abre lacunas para a corrupção, o mau uso e o desvio de verbas públicas, condutas estas que repercutem na ineficiência da gestão governamental e contribuem para o aumento crescente das desigualdades e das injustiças sociais. Sendo assim, o exercício do controle social fortalece enormemente a fruição de direitos pela sociedade.

2.3.2 A importância da educação fiscal

A educação fiscal compreende uma abordagem didático-pedagógica que interpreta as vertentes financeiras da arrecadação e dos gastos públicos, estimulando o cidadão a compreender o seu dever de contribuir solidariamente em benefício do conjunto da sociedade e de participar do processo de fiscalização e acompanhamento da aplicação dos recursos arrecadados. Ela trata da compreensão sobre o que é o Estado, suas origens e objetivos e da importância do controle por parte da sociedade sobre o gasto público através de sua participação ativa, concorrendo para o fortalecimento do ambiente democrático (ESAF, 2008, p. 27).

Ela vai corresponder a um conjunto de ações educativas que tem por objetivo sensibilizar o cidadão sobre a função socioeconômica dos tributos e sua conversão em benefícios para a sociedade; sobre o papel do Estado e sua capacidade de financiar as atividades essenciais da população; sobre o funcionamento da administração pública e o papel cooperativo e participativo do cidadão visando a harmonização da relação entre o Estado e a sociedade. Por meio da educação fiscal as atitudes de cada cidadão irão determinar o grau em que a cidadania precisa ser

exercida e, assim, a qualidade dos serviços públicos disponibilizados. Essa participação cidadã será o resultado da noção que o indivíduo tem sobre seus direitos e responsabilidades na sociedade onde está inserido. Neste sentido, a escola desempenha um papel fundamental, uma vez que tem o poder de educar alunos, contribuir com a formação de cidadãos (BAHIA, 2005, p. 14).

Na obra “Teoría de la Educación Tributaria”, o autor Fernando Sainz de Bujanda (1967, p. 12) afirma que a educação fiscal é o resultado de uma formação sistêmica voltada para a conscientização do cidadão sobre a importância social do tributo e do seu papel como contribuinte, a fim de que ele cumpra com suas obrigações e deveres e fiscalize a ação estatal no âmbito tributário. E para alcançar esses objetivos, o autor ressalta a importância do fortalecimento do que chama de sentido de “responsabilidade moral” (BUJANDA, 1967, p. 35).

Para Bujanda (1967, p. 16), a educação fiscal, por preocupar-se com os problemas sociais e suas possíveis soluções por meio do tributo, deve estar inserida no contexto geral da educação, dentro da ciência da Pedagogia, mas não deve ser vista como uma disciplina, pois envolve uma gama de conhecimentos relacionados à formação da personalidade humana.

Diante de suas colocações, o autor considera que a educação fiscal pode ajudar a consolidar a justiça e a racionalidade do sistema tributário e a simplificar a administração financeira do Estado, dando um novo sentido ao processo tributário (BUJANDA, 1967, p. 56).

Albertina Lima (2008, p. 72), em sua tese de doutorado intitulada “Uma contribuição ao marketing social e à educação fiscal no Brasil: análise por meio de casos múltiplos”, define a educação fiscal como o processo de acionamento da capacidade intelectual do ser humano para conhecer as finanças públicas proporcionando-lhes condições de entender, analisar e refletir sobre a captação e a aplicação de recursos públicos e sobre o exercício de direitos e deveres advindos desse conhecimento. Para a autora, a educação fiscal tem por objetivo a mudança de atitudes, valores e crenças para o alcance de atitudes e comportamentos cidadãos que visem a redução da evasão fiscal e, assim, uma melhor aplicação dos recursos públicos pelos gestores em relação à sociedade (LIMA, 2008, p. 78).

Por meio de pesquisa intitulada “A educação para a cidadania fiscal: ações do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF no ensino fundamental e médio”, José Francisco da Silva (2011, p. 23) discorre que o exercício da cidadania requer

indivíduos que sejam conhecedores de seus deveres para com o Estado e os governos, inclusive quanto às obrigações tributárias. Entretanto, estes indivíduos devem estar preparados para acompanhar e fiscalizar a utilização desses recursos. Segundo Silva (2011, p. 39), a educação fiscal deve ser entendida como a preparação do indivíduo para compreender a atividade financeira do Estado realizada por meio da arrecadação dos tributos e de sua aplicação através das políticas públicas elaboradas e executadas pelo governo, e envolve o conhecimento sobre as funções e sobre o funcionamento do Estado e das responsabilidades daqueles que exercem funções na gestão pública. Esse conhecimento, segundo o autor, contribui para a participação consciente e qualificada do cidadão no monitoramento, no acompanhamento e na fiscalização da aplicação dos recursos arrecadados, uma postura que se associa ao exercício do controle social. Na dissertação de mestrado intitulada “Programa de Educação Fiscal e Escola: caminhos e descaminhos na construção da cidadania”, Imaculada Maria da Silva (2007, p. 41 e 42) afirma que a educação fiscal garante aos que participam do processo educativo, a saber, os professores, os alunos e a comunidade, os fundamentos para a compreensão de como ocorre a gestão do patrimônio e dos recursos públicos, raiz que dá sustentação a toda a estrutura de ação do Estado. As discussões promovidas pela educação fiscal em torno da tributação e de outros temas correlatos como o controle social, por exemplo, contribuem com a reflexão sobre a prioridade de aplicação dos recursos e o retorno social para a população.

Silva (2007, p. 47) acrescenta, ainda, que a educação fiscal contribui com o desenvolvimento da compreensão de dois aspectos importantes da relação entre Estado e sociedade. A primeira delas é a de que o Estado é a representação da sociedade e que, quando isso não ocorre, cabe ao cidadão alterar essa situação por meio do exercício do controle social. A autora afirma que os “governos passam”, mas o Estado permanece como representação da sociedade e, por isso, é preciso harmonizar a relação entre o Estado e a sociedade para o bem da coletividade.

Outra contribuição dada por Silva diz respeito à compreensão do que são os bens públicos. Para a autora, ainda é comum a percepção errônea de que o patrimônio público é, na verdade, do governo. Muitos cidadãos não se reconhecem como legítimos donos dos bens públicos e acabam não conservando ou até mesmo destruindo-os como forma de protesto diante dos casos de corrupção ou mau uso dos recursos públicos. Na verdade, esquecem que estão depredando o seu próprio

patrimônio e que, em função da não conservação ou destruição, necessitarão de mais recursos provenientes dos tributos para a reposição (SILVA, 2007, p. 47 e 48).

Em recente pesquisa de doutorado intitulada “Educação Fiscal e Eficiência Pública: um estudo das suas relações a partir da gestão de recursos pela administração municipal”, Erivan Ferreira Borges (2012, p. 45 e 46) afirma que a educação fiscal compreende todo processo educativo que leve o cidadão a compreender o papel do Estado, seus mecanismos de financiamento e o desempenho das funções públicas; a função socioeconômica do tributo e o combate à desigualdade social; a promoção da justiça e da ética distributiva; a relação harmoniosa entre cidadão e Estado; o exercício do controle social com vistas à eficiência e qualidade do gasto público; o combate a certas práticas nocivas como a corrupção, a sonegação e a malversação de recursos públicos; a disseminação de boas práticas de gestão pública, transparência, ética e justiça fiscal.

2.3.3 Experiências em educação tributária e fiscal

Vários países no mundo têm desenvolvido políticas públicas relacionadas à educação fiscal. Nem todos, porém, têm alcançado êxito e destaque neste cenário. O que chama a atenção, segundo Albertina Lima (2008, p. 88), é que praticamente todas as propostas existentes compreendem a educação fiscal apenas como uma ação educativa de sensibilização do cidadão acerca do pagamento voluntário de tributos, delimitando-a ao âmbito da educação tributária. Algumas experiências em educação fiscal no mundo, porém, indo um pouco mais além, tem incentivado não apenas estes aspectos, mas, também, a participação do cidadão no planejamento, na elaboração, no acompanhamento e na fiscalização da gestão dos recursos públicos por meio do incentivo ao exercício do controle social sobre o Estado.

2.3.3.1 A educação tributária e fiscal no mundo

De acordo com Albertina Lima (2008, p. 83) e Erivan Borges (2012, p. 66), os primeiros países que desenvolveram políticas públicas na área de educação fiscal foram os países nórdicos, na Europa. Destacam-se neste contexto a Dinamarca, a Suécia e a Noruega, com ações voltadas ao público jovem entre 14 e 20 anos. Com exceção da Suécia, onde os programas na área de educação fiscal funcionam de forma autônoma, a Dinamarca e Noruega têm desenvolvido políticas de educação fiscal por meio de parcerias entre os órgãos responsáveis pela administração tributária

e administração educacional. Na Dinamarca, inclusive, recentes ações na área de educação fiscal têm sido realizadas por pessoas e setores ligados exclusivamente à educação, contando apenas com o apoio e suporte técnico e legal de funcionários da administração tributária (BORGES, 2012, p. 66). Outros países europeus que se destacam neste cenário são a Finlândia, a França, a Suíça, o Reino Unido e a Espanha. Há casos de ações e políticas públicas dessa natureza desde o início da década de 1960. No caso da Finlândia, o departamento responsável pela administração tributária desenvolve campanhas informativas sobre tributos para alunos do curso secundário, campanhas estas que contam com a colaboração da Academia de la Juventud e se efetivam através da realização de oficinas, conferências e cursos de formação (BORGES, 2012, p. 65). A França, por sua vez, que teve uma experiência positiva em educação fiscal através do programa Marianne fait ses compts, na década de 1980, não deu continuidade a esse programa, e, atualmente, o Ministério das Finanças tem fornecido informações aos jovens por meio da internet, colaborando com o Ministério da Educação no desenho dos materiais didáticos a serem utilizados (LIMA, 2008, p. 83).

Segundo Borges (2012, p. 65), são prestadas informações sobre Euro, sobre a atividade econômica e sobre protocolos necessários à abertura de empresas. No caso da Suíça, este país possui um programa que tem por objetivo dotar os contribuintes de informações sobre tributos e sobre o sistema fiscal suíço. Através da internet, as entidades responsáveis pela administração tributária disponibilizam um guia (uma espécie de manual) que os jovens, adolescentes, trabalhadores e empresariado jovem podem baixar em seus computadores (BORGES, 2012, p. 65).

No Reino Unido, as experiências em educação fiscal ficam por conta de um programa denominado de “The Red Box”, que conta com a parceria de diversos órgãos locais. Seu conteúdo versa sobre o papel do Estado, o orçamento e os gastos públicos, impostos, economia informal e fraude fiscal. Há, também, um material didático dirigido aos professores com o objetivo de orientá-los no tratamento destes assuntos. Uma iniciativa interessante fica por conta de um jogo disponibilizado na internet, onde um garoto deve conseguir recursos para que os serviços públicos de uma cidade funcionem corretamente (LIMA, 2008, p. 84).

Segundo Borges (2012, p. 65), “a grande preocupação dos responsáveis pelo programa é impregnar a busca da plena cidadania, principalmente na Escócia, no País de Gales e na Irlanda do Norte”, preocupação esta que se intensificou bastante a partir

do ano de 2002 e, por meio de um projeto piloto nas escolas secundárias, os responsáveis pelo programa julgaram como satisfatórios os resultados alcançados.

No caso da Espanha, durante a década de 1980, algumas ações relacionadas à educação fiscal tiveram como público alvo os jovens e adultos através de palestras e visitas a centros educativos. Em meados dos anos de 1990, outras iniciativas foram realizadas tendo como objetivo inserir a educação fiscal no currículo escolar do ensino obrigatório e contou com uma parceria dos órgãos responsáveis pela administração tributária e educacional. O desenvolvimento do programa, porém, foi suspenso em 1996. No ano de 2002, outro grupo de trabalho foi criado para dar continuidade ao programa. Em 2005, o Plano de Prevenção de Fraude Fiscal apresentado pelo Ministério da Economia e Fazenda considerou de extrema relevância a necessidade de ações que incentivassem a consciência fiscal do cidadão espanhol, com ações de educação tributária que já haviam sido iniciadas e a adoção de medidas de comunicação institucional favorecedoras do correto cumprimento das exigências fiscais (LIMA, 2008, p. 84 e 85).

Na América do Norte, dois países merecem destaque no que se refere à educação fiscal. São eles: Canadá e Estados Unidos (BORGES, 2012, p. 66). No Canadá, as ações na área de educação fiscal ficam a cargo do Canada Customs and Revenue Agency (Agência Aduaneira e da Receita do Canadá) que distribui aos professores das escolas ginásial e pós-secundária, desde 1970, o Teaching Taxes Package. O manual do professor aborda assuntos como a história dos impostos no Canadá, o sistema de impostos canadense e como ocorre a gestão desse sistema. A cada ano o material é atualizado. As autoridades fiscais colocam a disposição dos cidadãos canadenses, inclusive, um guia de direitos denominado de "Your Rights: In your dealings with the Canada Customs and Revenue Agency". Este guia trata dos direitos dos cidadãos em seu relacionamento com a referida Agência. Quanto aos Estados Unidos, as ações em educação fiscal ocorrem em torno do Internal Revenue Service, a Receita Federal dos EUA, auxiliando os contribuintes norte-americanos no processo de pagamento de impostos. O programa americano Understanding Taxes é mais antigo do que o canadense e data de 1954. O Internal Revenue Service desenvolveu uma página na rede mundial de computadores direcionada a estudantes e professores contendo informações sobre tributos e impostos: o Tax Information for students. Há uma parte dirigida aos adolescentes: o Tax Interactive, que oferece

aos jovens oportunidades para aprenderem sobre impostos de uma forma divertida, incluindo a conscientização sobre responsabilidade fiscal.

Os materiais didáticos são preparados em conjunto pelo Conselho Nacional de Educação Econômica e pelas agências estaduais de educação e educação econômica. Tratam de assuntos ligados à economia, história, matemática, consumo, educação cívica e empresarial (BORGES, 2012, p. 66).

Outros países como o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia também implantaram programas na área de educação fiscal. O Japão, por exemplo, tem um programa dirigido especificamente a crianças e jovens, cujo objetivo é informar sobre a situação do país e sobre os impostos, orçamento público e déficit fiscal. A Austrália, no mesmo caminho, desenvolve programas com o objetivo de fornecer informação sobre seu sistema fiscal aos jovens de até 25 anos. Existe uma unidade específica da administração tributária que tem sob sua responsabilidade o desenvolvimento do programa junto a escolas e professores.

No caso da Nova Zelândia, a administração tributária também tem um programa destinado aos jovens de até 25 anos, aos estudantes e jovens profissionais (BORGES, 2012, p. 87). Na América Latina, a criação de políticas na área de educação tributária e fiscal foi intensificada a partir da década de 1990. Além do Brasil, é possível destacar o Chile e o Peru. No Chile, há informações quanto à elaboração de um guia educativo dirigido aos professores da educação básica para que eles possam tratar de assuntos relacionados à tributação com seus alunos e cujo objetivo é criar uma consciência social sobre a importância do pagamento de impostos.

No Peru, ganha destaque um projeto denominado de Tributación en la Escuela dirigido a estudantes. Há, também, uma revista chamada Tributemos e um projeto destinado à difusão de normas e procedimentos fiscais por meio de palestras e seminários. Outros países latino-americanos como a Argentina, Colômbia, Bolívia e Equador também têm desenvolvido programas de educação fiscal e tributária (BORGES, 2012, p. 87).

2.3.3.2 Antecedentes históricos da educação fiscal no Brasil

O contexto histórico em que se insere a educação fiscal no Brasil está diretamente relacionado ao processo de adaptação do país ao novo modelo econômico mundial (neoliberal) e o conseqüente movimento de reforma do Estado iniciado na década de 1990 e, neste sentido, é bastante oportuno recorrer ao que

Reinaldo Gonçalves e Valter Pomar (2002, p. 15) discorrem sobre a situação econômica do Brasil e de outros países na América Latina.

Diferentemente dos anos de 1930, onde vários países latino-americanos suspenderam total ou parcialmente os serviços de suas dívidas, os anos de 1980 ficaram marcados por um excessivo endividamento. Em apenas três anos (1981-1983), a América Latina desembolsou quase 82 bilhões de dólares com o pagamento dos serviços da dívida, o dobro do que foi pago na década anterior. Em virtude disso, Gonçalves e Pomar (2002, p. 15) observam que ocorreu na época o que ficou conhecido como “década perdida”, com uma enorme estagnação econômica, altos índices de inflação e uma crise social extremamente preocupante.

Com a crise do México e sua declaração de moratória em 1982, os bancos privados praticamente interromperam a concessão de novos créditos para os países devedores, inviabilizando a continuidade da rolagem de suas dívidas.

Segundo Gonçalves e Pomar (2002, p. 15) teve início, assim, “um processo de reprogramação e refinanciamento das dívidas externas, sob a supervisão do Fundo Monetário Internacional (FMI), a quem cabia assegurar o pagamento integral dos juros da dívida” que, caso não ocorresse, poderia provocar a quebra da maioria dos bancos credores, “gerando consequências terríveis para o capitalismo dos países centrais”. Em janeiro de 1983, o Brasil e o FMI assinam a sua primeira carta de intenções que diagnosticou a crise econômica do país como resultado da situação internacional e, especialmente, de fatores como o seu endividamento externo, a excessiva presença de empresas estatais, o grande volume de incentivos fiscais e subsídios creditícios, as distorções nas taxas alfandegárias, as restrições às importações e operações cambiais e os aumentos salariais concedidos aos trabalhadores bem acima da produtividade. “O programa de ajuste acertado com o FMI visava, a médio e longo prazos, alterar o padrão de desenvolvimento e modificar a forma de inserção do Brasil na economia mundial”, mas para isso seriam necessárias reformas econômicas, fiscais e sociais que possibilitassem a sobra de recursos para honrar os compromissos (GONÇALVES; POMAR, 2002, p. 16). Do governo de José Sarney, passando por Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, inúmeras tentativas de adequação às orientações do FMI foram adotadas. Entretanto, Gonçalves e Pomar (2002, p. 17) chamam a atenção para um encontro que ocorreu na capital dos Estados Unidos, em novembro de 1989, organizado pelo Institute for International Economics e patrocinado pelo Banco Mundial, FMI, Banco

Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo próprio governo norte-americano, quando foi discutida a criação de políticas econômicas para os países da América Latina.

Esse encontro ficaria conhecido como o “Consenso de Washington” e dele resultou um conjunto de medidas que se tornariam o receituário oficial do FMI na década de 1990. No caso do Brasil, o processo de reforma econômica e fiscal recebeu um tratamento especial no final do governo de Itamar Franco com a criação do Plano Real, em julho de 1994, e durante todo o governo de Fernando Henrique Cardoso, que se estendeu dos anos de 1995 a 2002. Entre os principais objetivos do plano estavam o controle e a redução da inflação e a estabilidade econômica.

Durante os meses que se seguiram, apesar das inúmeras críticas, o Plano Real mostrou-se eficaz quanto ao alcance de seus objetivos, pois além de reduzir a inflação, ampliou o poder de compra da população brasileira e remodelou os setores econômicos e nacionais, como informa Sayad (1995, p. 7-24).

Em meio a este contexto, outras medidas também foram tomadas pelo governo FHC como, por exemplo, a criação do Plano Diretor de Reforma do Estado, ainda no ano de 1995 (SILVA, 2011, p. 46). Entretanto, segundo as orientações repassadas por organizações financeiras internacionais, a exemplo do FMI, Banco Mundial e o BID, a melhoria das condições econômicas do país visando a garantia de sustentabilidade da dívida externa não poderia se concentrar, prioritariamente, na implementação de medidas de políticas restritivas como a limitação, diminuição ou o corte nos gastos públicos. Era preciso promover a abertura imediata do país para a entrada de investimentos e de capital estrangeiro, eliminar as barreiras econômicas existentes e realizar reformas fiscais, que incluíam a redução dos excessivos encargos fiscais e trabalhistas.

Do mesmo modo, era preciso, também, incentivar a sociedade brasileira, através de programas governamentais de educação tributária, sobre a importância do tributo (principal fonte de recursos do Estado) e de seu pagamento espontâneo e voluntário para a viabilização de programas sociais e aumento da capacidade de pagamentos do país. Tendo em vista o período político que o Brasil viveu na década anterior com a queda do regime militar, das eleições diretas e da nova Constituição Federal, uma onda de euforia democrática e, sobretudo, de desejo pelo exercício da cidadania tomou conta da sociedade brasileira (PIRES, 2001, p. 40-45).

Este novo momento acabou por criar um ambiente propício para a proposição de políticas públicas que trouxessem um discurso democrático e, sobretudo, participativo. Esta seria, então, uma excelente oportunidade para aqueles governantes que quisessem criar programas que promovessem, entre outros assuntos, a disseminação da ideia de que o cumprimento das obrigações tributárias deveria ser compreendido como um ato de cidadania, já que, sem recursos financeiros, o Estado não teria condições de garantir a efetivação dos diversos direitos civis e políticos e, principalmente, dos direitos sociais, dos quais dependia uma grande parcela da população brasileira.

Mas como justificar à sociedade brasileira um discurso baseado no dever (dever fiscal) se a compreensão sobre cidadania que se construía baseava-se no exercício de direitos e deveres? Faltava às propostas políticas criadas até então um discurso mais contundente sobre o direito do cidadão, pois sem isso elas se mostravam incompletas. Era preciso incluir numa nova proposta a ideia de que, sendo o cidadão um contribuinte, que tem o dever de pagar tributos, ele tem o direito de planejar, acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos arrecadados. Todavia, como exercer esses direitos sem o devido conhecimento sobre o funcionamento do Estado e da administração pública, sobre suas receitas, despesas e as diferentes formas de prestação de contas? Seria necessário que esse cidadão e, também contribuinte, recebesse (do Estado ou não) alguma formação específica neste aspecto. Estava pronta, assim, a justificativa mais adequada de que governantes e políticos precisavam para propor um programa que sensibilizasse o cidadão brasileiro sobre a importância do pagamento de tributos, aliando a isso uma proposta educativa de formação para a cidadania baseada no controle social como assim pensavam os seus idealizadores, obviamente, dentro de um contexto ideológico neoliberal de Estado mínimo e prestador e regulador de serviços públicos.

Com o propósito de levar adiante esta ideia, o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) promoveu na cidade de Salvador, no ano de 1995, as primeiras discussões a respeito do assunto em um seminário sobre “Federalismo Fiscal”. Entretanto, como destaca José Francisco da Silva (2011, p. 45), discussões mais aprofundadas só ocorreram, de fato, em maio de 1996, na cidade de Fortaleza em um seminário sobre “Administração Tributária” promovido pelo mesmo Conselho. Ao final do encontro constou-se como item de destaque do evento a necessidade de implementação de um “programa de consciência tributária” no ensino das escolas

brasileiras para instruir professores e alunos (nos jovens, especialmente) sobre a função socioeconômica dos tributos para viabilização da cidadania (ESAF, 2009a, p. 26).

Em setembro do mesmo ano, por ocasião da realização da 83ª reunião do CONFAZ, na cidade de Gramado, foi celebrado um Convênio de Cooperação Técnica entre a União, os Estados e o Distrito Federal (LIMA, 2008, p. 89). É importante mencionar, inclusive, que o governo federal preocupado em aperfeiçoar a cobrança dos tributos e melhorar a relação com o contribuinte no âmbito dos estados da Federação implantou o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal (PNAFE). Tal programa tinha como objetivo “melhorar o aparelhamento da gestão tributária e financeira desses entes” (um programa de fortalecimento institucional voltado para a melhoria qualitativa e quantitativa da arrecadação tributária), tendo o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento por meio de um contrato de empréstimo assinado pela União em 11 de novembro de 1996. Entre as recomendações constava a implantação de programas de orientação e de educação tributária, visando facilitar e incrementar o cumprimento voluntário de obrigações tributárias (SILVA, 2011, p. 46).

Mais tarde, por meio da Portaria nº 35, de 27 de fevereiro de 1998, o Ministério da Fazenda oficializou o Grupo de Trabalho em Educação Tributária (GET) aprovado pelo CONFAZ em 1997, atribuindo-lhe a missão de promover e coordenar as ações necessárias para a elaboração e implantação de um programa nacional permanente de educação tributária (Programa Nacional de Educação Tributária – PNET) e acompanhar as atividades dos Grupos de Educação Tributária nos Estados (GETE). É importante mencionar que este Grupo de Trabalho autorizado pela Portaria nº 35/98 era composto por representantes do Ministério da Fazenda (Gabinete do Ministro), da Secretaria da Receita Federal, da Escola de Administração Fazendária (ESAF) e de representantes das Secretarias de Fazenda das unidades da federação. Somente no ano de 1999, é que representantes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Ministério da Educação passaram a integrar o referido grupo (LIMA, 2008, p. 90). Ao se perceber que o termo Educação Tributária trazia consigo algumas limitações conceituais, uma vez que o objetivo da proposta não se restringia ao incentivo do recolhimento de tributos e da emissão de notas fiscais, pois abordava, também, questões relacionadas ao planejamento, alocação, gestão e fiscalização de recursos públicos, o CONFAZ aprovou, ainda no ano 1999, a alteração do termo “Educação Tributária” para “Educação Fiscal”. Bem mais abrangente, este novo foi utilizado pela

Portaria Interministerial nº 413, de 31 de dezembro de 2002, quando Ministério da Fazenda, juntamente com o Ministério da Educação, criaram o Programa Nacional de Educação Fiscal (ESAF, 2009a, p. 26).

2.3.4 O Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF)

De acordo com a Portaria nº 413/2002, o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) é um programa de cunho essencialmente educativo que tem como missão contribuir permanentemente com a formação do cidadão, conscientizando-o sobre seus direitos e deveres no tocante ao valor social do tributo e do controle social sobre o Estado democrático (ESAF, 2009a, p. 28).

Tal missão denota que as questões tributárias não constituem a preocupação exclusiva do PNEF, pois o programa está inserido em um contexto muito mais amplo, que envolvem questões relativas ao planejamento, ao orçamento público, à gestão e contabilidade pública, à prestação de contas e à transparência no uso dos recursos públicos. O programa parte do pressuposto de que é requisito da cidadania a participação individual na definição da política fiscal e na elaboração das leis para sua execução; que os serviços públicos somente podem ser oferecidos à população se os governos arrecadarem tributos; que os recursos públicos são geridos pelos representantes do povo, cabendo a cada cidadão votar responsavelmente e, sobretudo, acompanhar as ações de seus representantes e cobrar resultados; que a sociedade tem limitada capacidade de pagar tributos e, por isso, os recursos públicos devem ser aplicados segundo as prioridades estabelecidas em orçamento, com controle de gastos e prestação de contas; que o pagamento voluntário de tributos faz parte do exercício da cidadania (ESAF, 2009, p. 12).

Com uma abrangência nacional, o Programa Nacional de Educação Fiscal concentra suas ações, prioritariamente, nos estudantes e profissionais da educação básica, muito embora se destine, também, aos universitários, aos servidores públicos e a sociedade como um todo desenvolvendo conteúdos e práticas sobre direitos e deveres recíprocos na relação entre Estado e cidadão.

Klaus Tipke (2012) vai chamar essa relação de direitos e deveres recíprocos de “moral tributária”. O programa é amplo e possui cinco áreas de abrangência:

- estudantes e professores do ensino fundamental (módulo I);
- estudantes e professores do ensino médio (módulo II);
- estudantes e professores do ensino superior (módulo III);

- servidores públicos federais, estaduais e municipais (módulo IV);
- sociedade em geral (módulo V).

Este último como forma de abranger os que não tiveram mais chances de voltar aos bancos escolares, por meio das organizações a que pertencem como clubes, associações, sindicatos, entre outras.

Por meio do PNEF, então, estudantes, professores, servidores públicos e toda a sociedade poderão desenvolver uma melhor compreensão sobre os seguintes assuntos: estrutura e funcionamento da administração pública federal, estadual e municipal; função socioeconômica dos tributos; aplicação dos recursos públicos e as estratégias e meios para um melhor controle democrático e social (ESAF, 2009a, p. 29).

- **Diretrizes do programa**

O Programa Nacional de Educação Fiscal tem como principal diretriz a ênfase no exercício da cidadania e deverá voltar-se para a organização, mobilização e o estímulo à participação social no tocante às questões tributárias, de finanças e gastos públicos relativos às três esferas de governo. A implementação do PNEF, que conta com a participação do Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, deverá ser realizado em âmbito nacional e envolverá os governos federal, estadual e municipal por meio da elaboração e execução de planos estratégicos, programas e projetos, cujos resultados e impactos deverão ser monitorados e avaliados quantitativa e qualitativamente por um sistema nacional e local, devendo fazer parte da política institucional de cada instituição gestora (ESAF, 2009a, p. 28).

Todas as ações educativas e materiais produzidos, inclusive o didático, serão de propriedade do Programa e deverão ter características de educação permanente, não trazendo consigo qualquer logomarca ou mensagem que caracterize determinada gestão governamental. Além disso, toda e qualquer vinculação do programa com campanhas de premiação que tenham como finalidade exclusiva o aumento da arrecadação deverá ser evitado.

O financiamento de suas ações ocorrerá por meio de recursos orçamentários próprios oriundos das três esferas de governo, assim como daqueles provenientes de parcerias com entidades da sociedade civil e organismos internacionais.

Tendo a educação como mecanismo de transformação social, o Programa Nacional de Educação Fiscal deverá se nortear pelos princípios político, estético e ético constante da legislação educacional vigente, respeitando as diretrizes nacionais,

estaduais e municipais e pela autonomia das instituições de ensino. Vale dizer, por fim, que o conteúdo programático do PNEF deve ser inserido nas matrizes curriculares das escolas de todo o país de forma transversal, conforme proposta constante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (ESAF, 2009a, p. 28).

- **Objetivos do programa**

Quanto aos objetivos, o art. 1º da Portaria Interministerial nº 413/2002 estabeleceu que o Programa Nacional de Educação Fiscal possui como objetivo geral promover e institucionalizar a educação fiscal para o pleno exercício da cidadania.

Como objetivos específicos a referida portaria estabeleceu o seguinte:

- a. Sensibilizar o cidadão para a função socioeconômica do tributo;
- b. Levar conhecimento ao cidadão sobre a administração pública;
- c. Criar condições para uma relação harmoniosa entre Estado e cidadão.

Alguns pesquisadores como Sampaio (2004, p. 66), Silva (2007, p. 79) e Lima (2008, p. 188) fazem menção a um quarto objetivo específico que se fez constar de materiais produzidos pela ESAF em edições ou materiais publicados em anos anteriores às de suas respectivas pesquisas. Este objetivo era: incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos. Entretanto, este objetivo não foi mencionado pela Portaria nº 413/2002.

- **Estrutura e competências dos grupos de trabalho**

De acordo com o art. 2º da Portaria nº 413/2002, a implementação do PNEF é de responsabilidade do Grupo de Trabalho de Educação Fiscal (GEF). Este grupo é composto, em caráter efetivo e permanente, por representantes do Ministério da Educação, Escola de Administração Fazendária (ESAF), da Secretaria da Receita Federal, da Secretaria do Tesouro Nacional, das Secretarias de Fazenda de cada Estado e do Distrito Federal e das Secretarias de Educação de cada Estado e do Distrito Federal. Vale dizer, que cada unidade da federação tem a liberdade de atuar no nível de educação que lhe for mais adequado (formal, não formal ou informal), desde que respeitando a filosofia da educação fiscal e as particularidades locais e regionais. A Coordenação e a Secretaria-Executiva do PNEF e do GEF ficam a cargo da ESAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, que deverá baixar todos os atos necessários à sua regulamentação. Todas as decisões e deliberações do GEF devem ser tomadas por meio da maioria de votos.

Quanto ao Ministério da Educação cabem as seguintes competências conforme art. 9º da Portaria:

- sensibilizar e envolver os seus servidores na implementação do PNEF;
- destinar recursos para a divulgação nacional e o desenvolvimento institucional do PNEF;
- disponibilizar técnicos para a realização de cursos, palestras e outras ações necessárias à implementação do PNEF;
- integrar e articular o PNEF às ações dos diversos programas desenvolvidos pelo MEC;
- inserir o tema Educação Fiscal nos Parâmetros Curriculares Nacionais; incentivar as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios a tratar educação fiscal como temática a ser trabalhada nos currículos de educação básica e de educação de jovens e adultos;
- propor medidas que garantam a reflexão sobre políticas tributária e fiscal no ensino superior, nas modalidades de graduação e pós-graduação;
- propor medidas objetivando o tratamento de educação fiscal como temática a ser trabalhada no ensino superior, nos currículos destinados à formação docente, em especial à formação pedagógica;
- manter um representante permanente no GEF;
- incluir a educação fiscal nos programas de capacitação e formação de servidores;
- sensibilizar e propor medidas e ações que garantam o envolvimento das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios na implementação do PNEF.

Como representante do Ministério da Fazenda, compete à ESAF, segundo art. 10 da Portaria nº 413/2002:

- sediar o GEF e manter em sua estrutura uma gerência específica do Programa, provendo os recursos necessários ao seu funcionamento;
- sensibilizar e envolver os seus servidores na implementação do PNEF;
- atuar como integrador e articulador de experiências das esferas governamentais federal, estadual e municipal, assim como de entidades não-governamentais;
- efetivar atividades do PNEF relativas à organização de eventos, ações em esfera superior, articulações com os Governos Federal, Estaduais e Municipais visando a estimular o desenvolvimento do PNEF, a

divulgação no país e no exterior e outras atividades inerentes à Coordenação Nacional do Programa;

- organizar e manter a memória do PNEF;
- realizar parcerias;
- elaborar e/ou produzir material de divulgação;
- incluir a educação fiscal nos programas de capacitação e formação de seus servidores e nos demais eventos;
- propor medidas que garantam a implementação do PNEF nos Estados;
- destinar recursos regulares à implementação do PNEF, no âmbito de sua atuação;
- sediar as reuniões nacionais de trabalho e reuniões de subgrupos temáticos;
- coordenar a capacitação dos membros do GEF;
- participar de eventos dos GEFs, GEFFs e GEFMs;
- representar juridicamente o PNEF, para fins de realização de parcerias, recebimento de doação de bens tangíveis ou intangíveis e outros negócios jurídicos não-onerosos de interesse do PNEF e aprovados pelo GEF.

Em seu art. 17, a Portaria nº 413/2002 estabelece como competências do GEF:

- definir a política do PNEF (missão, objetivos, valores, diretrizes e condução estratégica);
- planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações do PNEF;
- manter sistemática de monitoramento e avaliação da implementação do PNEF;
- prestar as informações solicitadas pela Coordenação Nacional do Programa;
- definir alocação de recursos recebidos para o PNEF;
- acompanhar e validar as ações dos GEFs, GEFF e suas projeções e GEFMs;
- realizar a divulgação do PNEF em âmbito nacional;
- definir política própria de funcionamento do GEF: missão, valores, diretrizes do grupo, bem como modelo de atuação;
- atuar como integrador e articulador de experiências das esferas federal, estadual e municipal no âmbito governamental e não-governamental;

- manter atualizado o documento do Programa Nacional de Educação Fiscal;
- desautorizar ações e material institucional incompatível com os objetivos e diretrizes do PNEF.

Vinculado ao GEF, há três outros grupos de trabalho, a saber, o Grupo de Educação Fiscal nos Estados (GEFE), o Grupo de Educação Fiscal da Secretaria da Receita Federal (GEFF) e o Grupo de Educação Fiscal dos Municípios (GEFM). Integram os Grupos de Educação Fiscal nos Estados (GEFE) e Municípios (GEFM) as respectivas Secretarias de Fazenda, Secretarias de Educação e demais órgãos envolvidos no desenvolvimento do PNEF no âmbito dos Estados e Municípios, respectivamente. No caso do Grupo de Educação Fiscal da Receita Federal, seus representantes em nível nacional, regional e demais órgãos envolvidos.

Como competência do GEFE, o art. 18 da Portaria define:

- planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações necessárias à implementação do Programa no Estado;
- elaborar e desenvolver os projetos estaduais;
- buscar fontes de financiamento;
- buscar o apoio de outras organizações;
- propor medidas que garantam a sustentabilidade do PNEF em seu Estado;
- fornecer dados relativos ao Programa solicitados pela Coordenação Nacional;
- documentar, organizar e manter a memória do Programa no Estado; implementar as ações decorrentes de decisões do GEF;
- manter constante monitoramento e avaliação das ações relativas ao PNEF no âmbito estadual;
- desenvolver projetos de integração estadual;
- estimular a implantação do Programa de Educação Fiscal no âmbito dos Municípios, subsidiando tecnicamente e socializando experiências bem-sucedidas;
- manter permanente contato com o Conselho Estadual de Educação, estimulando a inserção curricular de educação fiscal na rede pública de ensino;

- sugerir às Secretarias de Fazenda e de Educação Estaduais fontes alternativas de financiamento para o Programa, subsidiando-as com informações;
- elaborar e produzir material de divulgação local;
- prestar as informações solicitadas pelas instituições envolvidas na implementação do Programa;
- montar e alimentar a rede de capacitadores, disseminadores e professores envolvidos no PNEF.

No âmbito do GEF, ficaram estabelecidas as seguintes competências conforme art. 19 da Portaria nº 413/2002:

- planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações necessárias à implementação do Programa no âmbito de sua atuação;
- elaborar e desenvolver os projetos nacionais, regionais e sub-regionais;
- buscar fontes de financiamento;
- buscar o apoio de outras organizações recomendáveis à implementação do PNEF;
- propor medidas que garantam a sustentabilidade do PNEF em seu âmbito de atuação;
- fornecer dados relativos ao Programa, solicitados pela Coordenação Nacional;
- documentar, organizar e manter a memória do Programa; implementar as ações decorrentes de decisões do GEF;
- manter constante monitoramento e avaliação das ações relativas ao PNEF;
- desenvolver projetos de integração regional e sub-regional no PNEF;
- estimular a implantação do Programa de Educação Fiscal no âmbito dos Municípios, subsidiando tecnicamente e socializando experiências bem-sucedidas;
- manter permanente contato com o Conselho Estadual de Educação, estimulando a inserção curricular de educação fiscal na rede pública de ensino;
- sugerir à Secretaria da Receita Federal fontes alternativas de financiamento para o Programa;

- elaborar e produzir material de divulgação local; prestar as informações solicitadas pelas instituições envolvidas na implementação do Programa;
- montar e alimentar a rede de capacitadores, disseminadores e professores envolvidos no PNEF.

No caso do GEFM, conforme art. 20 compete:

- planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações necessárias à implementação do PNEF no Município;
- elaborar e desenvolver os projetos municipais;
- buscar fontes de financiamento;
- buscar apoio de outras organizações;
- propor medidas que garantam a sustentabilidade do PNEF em seu município;
- fornecer dados relativos ao Programa solicitados pela Coordenação Nacional;
- documentar, organizar e manter a memória do Programa no Município;
- implementar as ações decorrentes de decisões do GEF;
- manter constante monitoramento e avaliação das ações relativas ao PNEF;
- desenvolver projetos de integração estadual, regional e inter-regional no PNEF;
- estimular a implantação do Programa de Educação Fiscal no âmbito dos Municípios, subsidiando tecnicamente e socializando experiências bem-sucedidas;
- manter permanente contato com o Conselho Municipal de Educação, estimulando a inserção curricular de educação fiscal na rede pública de ensino;
- sugerir às Secretarias Municipais de Fazenda e de Educação fontes alternativas de financiamento; elaborar e produzir material de divulgação local;
- prestar informações solicitadas pelas instituições envolvidas na implementação do PNEF;
- montar e alimentar a rede de capacitadores, disseminadores e professores envolvidos no PNEF.

3. METODOLOGIA

A metodologia é um conjunto de métodos e técnicas aplicadas para atingir um determinado objetivo. Ela relata todo o caminho percorrido pela pesquisadora para o desenvolvimento da pesquisa. Gil (2011) define o método como caminho para se chegar a determinado fim. E o método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento. A metodologia, então, é a parte do trabalho em que se mostra qual o caminho a ser percorrido para alcançar os objetivos. Já para Prodanov e Freitas (2013, p. 126) define metodologia como um conjunto de processos mentais para serem empregados na investigação e uma linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. Conforme Mazucato *et al.* (2018), além de indicar os métodos e as técnicas aplicadas na pesquisa, deve-se também apresentar os motivos pelos quais foram escolhidos, com base no objeto e na questão problema. É fundamental, portanto, que seja mantida a coerência entre as diversas partes do trabalho.

As opções metodológicas foram escolhidas como instrumentos para auxiliar no atingimento dos objetivos propostos. A bibliográfica foi aplicada devido à necessidade de levantar os estudos já publicados sobre o assunto, em forma de livros, artigos, periódicos, teses e dissertações e a pesquisa de levantamento que permitiu uma análise mais estatística sobre o assunto abordado.

3.1 TIPO DE PESQUISA QUANTO AO MÉTODO CIENTÍFICO

Como um auxílio no desenvolvimento da pesquisa e para permitir que ela siga no caminho certo, a pesquisadora precisou usar o método científico. Silva (2017, p. 42) conceitua esse método científico de articular claramente o problema e examinar criticamente as soluções às vezes propostas. O autor divide os métodos em dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético, etc. Diante disso, o método de construção do pensamento selecionado para o presente trabalho foi o método hipotético-dedutivo, buscando a verdade e eliminando tudo que é falso. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 69) o método hipotético-dedutivo começa com um problema no conhecimento científico, pela formulação de hipóteses e por um processo de inferência dedutiva, onde testa a predição da ocorrência do fenômeno contemplado pelas hipóteses envolvidas.

3.2 TIPO DE PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM

Quanto a sua abordagem essa pesquisa se classifica como qualitativa. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 69) o método qualitativo acredita-se que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, existe uma ligação indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser convertida em números.

3.3 TIPO DE PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

No que se refere quanto aos objetivos, a pesquisa realizada assumiu o caráter descritivo, por ser o que mais proporciona familiaridade com o tema e o problema em estudo. Conforme Gil (2008, p.47) a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população de relações entre variáveis, utilizando também técnicas de coleta de dados. Em geral, envolve: levantamento bibliográfico; aplicação de questionário com os alunos do curso de Ciências Contábeis de duas instituições de ensino superior do Sudoeste Baiano.

3.4 TIPO DE PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se classifica de levantamento. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 54) quanto aos procedimentos técnicos, torna-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo dessa, denominado de design, que pode ser traduzido como delineamento, uma vez que expressa as ideias de modelo, sinopse e plano.

O trabalho que foi realizado pode ser classificado como: de levantamento. De levantamento quando envolve a interrogação direta das pessoas através de questionários, que serão feitos para os alunos do curso de Ciências Contábeis de duas instituições de ensino superior do município de Vitória da Conquista.

Nas palavras de Gerhardt e Silveira (2009, p. 37) a pesquisa de levantamento é caracterizada pela utilização de estudos exploratórios e descritivos. Este tipo de pesquisa, também conhecido como survey, é amplamente utilizado nas ciências sociais e administrativas para a coleta de dados primários através de amostras representativas de uma população. O objetivo principal é descrever características, opiniões, atitudes ou comportamentos de um grupo específico. Entre os pontos fortes do levantamento, temos acesso direto à realidade, economia e rapidez, além de obter dados agrupados em tabelas, permitindo ampla análise estatística.

3.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após mencionar os aspectos relevantes para o estudo, foi necessário descrever o passo a passo para atingir os objetivos apresentados neste trabalho, sendo necessário relatar os procedimentos metodológicos: pesquisa de levantamento, por meio de seleção de temas, onde a pesquisadora utilizou livros e artigos científicos realizando resumos e fichamentos. Os tópicos desta monografia foram estruturados com o objetivo de contemplar as discussões mais relevantes sobre o tema. A seleção dos autores contribuiu significativamente para isso.

Como instrumento de coleta de dados foi selecionado para a pesquisa a aplicação de questionário, esta técnica envolve a aplicação de um conjunto de perguntas previamente definidas e padronizadas, que são respondidas por um grupo de indivíduos selecionados. A escolha do questionário estruturado se justifica pela sua capacidade de coletar dados de forma eficiente, padronizada e quantificável, permitindo a análise estatística dos resultados.

O questionário foi aplicado com 92 alunos do curso de Ciências Contábeis de duas instituições de ensino superior da modalidade presencial situadas no sudoeste baiano, especificamente na cidade de Vitória da Conquista, Bahia, contendo 38 perguntas. A coleta de dados foi realizada presencialmente nas instituições de ensino, em horários previamente acordados com os professores dos cursos. A seleção dos participantes foi feita de maneira a garantir uma amostra representativa, abrangendo diferentes períodos do curso das instituições de ensino superior da região.

O questionário estruturado foi elaborado com base em objetivos específicos da pesquisa e seguiu um rigoroso processo de validação. As perguntas foram formuladas de modo a serem claras e objetivas, evitando ambiguidades e garantindo que todos os respondentes interpretassem as questões da mesma forma. O instrumento de pesquisa incluiu perguntas fechadas e de múltipla escolha, que facilitam a quantificação e análise dos dados.

Antes da aplicação definitiva do questionário, foi enviado para o orientador para certificar o entendimento e a possibilidade de erros em sua confecção, sendo posteriormente ajustado conforme as críticas manifestadas.

Os dados coletados foram organizados e tratados utilizando o *Google Sheets*, um programa de planilhas. As respostas foram codificadas e submetidas a análises descritivas e inferenciais, permitindo identificar padrões, tendências e correlações entre as variáveis estudadas. Por meio destes, foram gerados gráficos para as

perguntas objetivas e quadros para as perguntas. Vinculando-os a outros conhecimentos com a finalidade de alcançar os objetivos da investigação e confirmar, ou não, as hipóteses sugeridas na introdução deste trabalho. Para melhor compreensão, os dados analisados foram organizados em subtópicos de acordo com os objetivos específicos da pesquisa.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Vitória da Conquista é um município brasileiro localizado na região sudoeste do estado da Bahia, sendo um dos 417 municípios que compõem o estado. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população estimada em 2021 é de 343.643 habitantes, tornando-se a terceira maior cidade da Bahia, atrás apenas de Salvador e Feira de Santana. A cidade está situada a 527 km da capital Salvador, a uma altitude de 923 metros acima do nível do mar, e ocupa uma área de 3.254 quilômetros quadrados (IBGE, 2022).

A infraestrutura viária de Vitória da Conquista é destacada pela presença de importantes rodovias: a BR-116 (federal), a BA-415, que liga Conquista a Itabuna, e a BA-262, que conecta Conquista a Brumado. De acordo com o IBGE (2022), o município possui um dos PIBs que mais crescem no interior da região Nordeste, sendo o sexto maior PIB da Bahia, com mais de 7 bilhões de reais de Produto Interno Bruto e um PIB per capita de R\$21.459,85. Esse crescimento acentuado nas últimas duas décadas se deve, principalmente, ao polo comercial e de serviços, que são os maiores pilares da economia local, além da significativa atuação na agropecuária, com destaque para a produção de café. O setor da construção civil também é relevante, assim como as áreas de saúde e educação.

A educação superior é um ponto forte de Vitória da Conquista, com a presença de instituições renomadas como a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA). Além dessas, há diversas faculdades particulares, como a Faculdade Maurício de Nassau (UNINASSAU), a Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), a Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC) e a Faculdade Santo Agostinho (FASA). A cidade também oferece uma ampla gama de instituições de ensino à distância (EAD), atraindo estudantes de todo o Brasil. A importância da educação no município contribui significativamente para o desenvolvimento social e econômico, formando profissionais qualificados que impulsionam a economia local e regional.

A forte presença de instituições de ensino em Vitória da Conquista impulsiona a economia local de várias maneiras. A cidade atrai estudantes de diversas partes do Brasil, o que movimenta o comércio, o setor imobiliário e os serviços em geral. Além

disso, a formação de profissionais qualificados contribui para o desenvolvimento de setores chave da economia, como saúde, educação, tecnologia e agropecuária.

A educação em Vitória da Conquista, portanto, não só proporciona oportunidades de crescimento pessoal e profissional para seus cidadãos, mas também desempenha um papel vital no desenvolvimento econômico e social da região. A cidade se destaca como um exemplo de como o investimento em educação pode transformar realidades e promover um futuro mais próspero para todos.

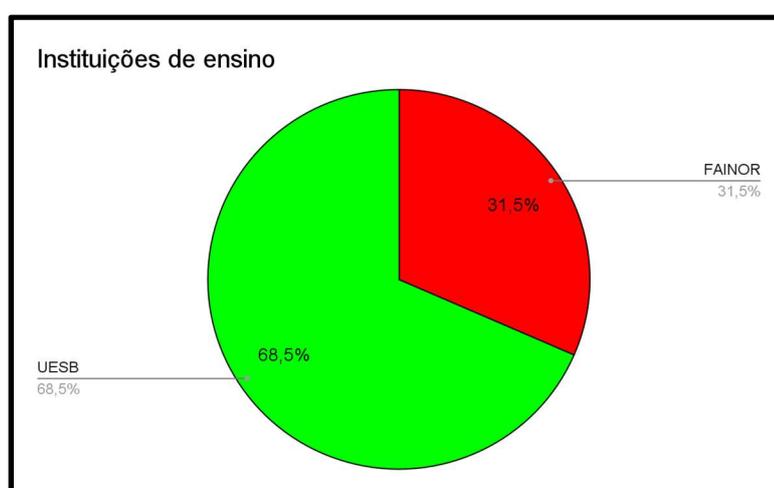
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS PARTICIPANTES

Ao realizar a análise dos dados obtidos na pesquisa, alguns deles são importantes, tendo em vista que são fatores influenciadores do resultado final obtido.

O presente tópico tem como objetivo analisar o perfil socioeconômico e demográfico dos estudantes de contabilidade na região sudoeste da Bahia. A pesquisa realizada buscou coletar dados relevantes sobre diversos aspectos que caracterizam os alunos deste curso, incluindo a instituição de ensino frequentada, faixa etária, semestre cursado, gênero, cor/raça, estado civil e renda familiar.

Compreender essas características é essencial para identificar as necessidades e desafios enfrentados pelos estudantes, além de fornecer subsídios para a formulação de políticas educacionais mais eficazes e inclusivas.

Gráfico 1- Instituição de ensino dos participantes da pesquisa



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

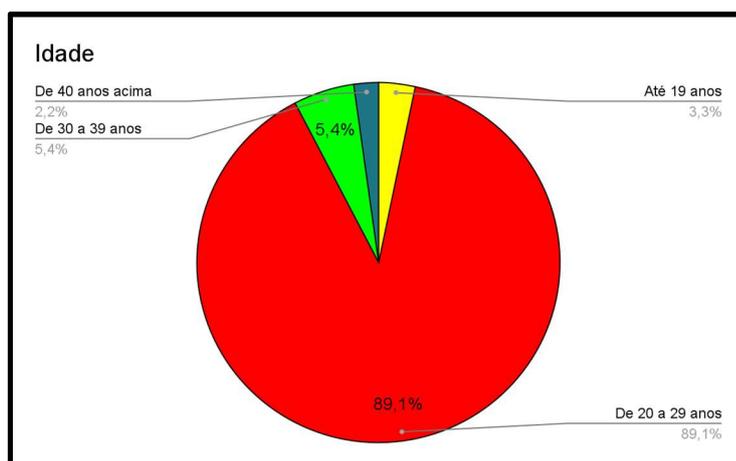
O resultado da pesquisa, conforme apresentado no Gráfico 1, revela que a maioria dos participantes (68,5%) está matriculada na Universidade Estadual do

Sudoeste da Bahia (UESB). Em contrapartida, uma menor proporção (31,5%) dos participantes estuda na Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR).

Isso sugere que a UESB é a principal instituição de ensino superior entre os respondentes da pesquisa, com mais de dois terços dos participantes frequentando essa universidade. Por outro lado, embora em menor número, uma parcela significativa (quase um terço) dos participantes opta pela FAINOR para seus estudos.

A distribuição pode refletir diversos fatores, como a reputação das instituições, a oferta de cursos, a acessibilidade, ou mesmo a preferência dos alunos por determinadas áreas de conhecimento que são mais fortes em uma instituição do que na outra.

Gráfico 2 - Idade dos participantes



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

A análise dos dados apresentados pelo Gráfico 2 revela a distribuição etária dos respondentes da pesquisa. A grande maioria dos participantes (89,1%) está na faixa etária de 20 a 29 anos. Isso sugere que a pesquisa abrange predominantemente jovens adultos, o que é típico em estudos que envolvem estudantes universitários, pois essa faixa etária coincide com o período em que muitos frequentam o ensino superior.

Outras faixas etárias estão representadas de maneira muito menos significativa:

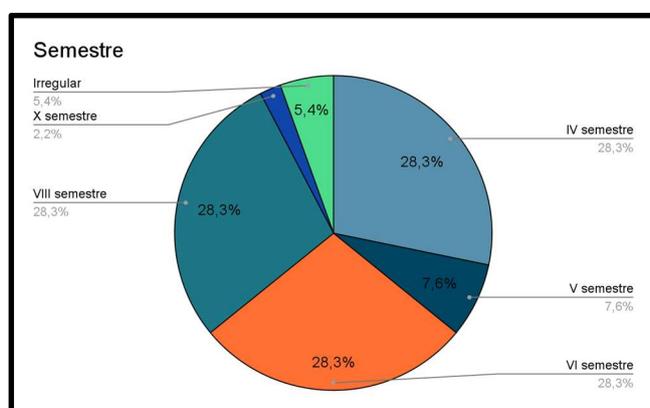
1. **30 a 39 anos:** Apenas 5,4% dos respondentes pertencem a essa faixa etária. Esse percentual menor pode indicar que há um número reduzido de estudantes mais velhos, possivelmente aqueles que retornaram aos estudos após algum

tempo no mercado de trabalho ou que estão buscando uma segunda graduação ou pós-graduação;

2. **Até 19 anos:** Com 3,3% dos respondentes, esta faixa etária representa os estudantes mais jovens, provavelmente recém-saídos do ensino médio e ingressando na universidade;
3. **40 anos ou mais:** A menor representação está nesta faixa etária, com apenas 2,2% dos respondentes. Isso pode refletir as menores taxas de estudantes mais velhos que estão cursando o ensino superior, seja por estarem envolvidos em carreiras estabelecidas, seja por outras responsabilidades pessoais ou profissionais que limitam seu retorno aos estudos.

Essa distribuição etária pode fornecer percepções importantes sobre o perfil demográfico dos estudantes nas instituições de ensino analisadas e pode ajudar a direcionar políticas educacionais, suporte estudantil e outras iniciativas voltadas às necessidades específicas de cada faixa etária.

Gráfico 3 - Semestre



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

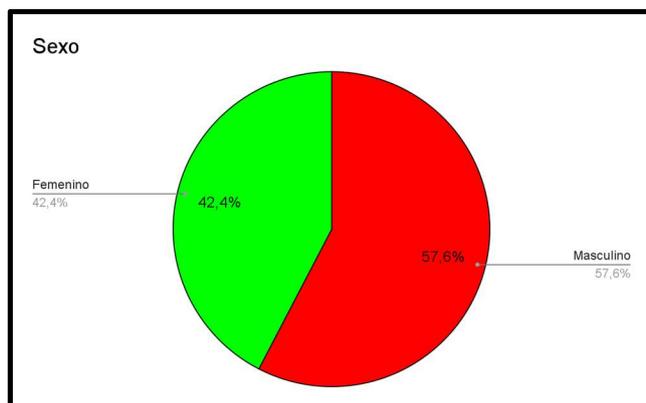
A análise dos dados apresentados pelo Gráfico 3, que mostra a distribuição dos estudantes de contabilidade por semestre, revela um cenário interessante sobre a participação dos alunos em diferentes estágios do curso:

1. **IV, VI e VIII semestre:** Cada um desses semestres representa 28,3% dos respondentes. Esse dado sugere que há uma distribuição equilibrada de estudantes nos semestres intermediários do curso de contabilidade. Isso pode indicar que há uma boa retenção de alunos ao longo desses semestres, o que

pode ser um reflexo de um currículo bem estruturado e suporte adequado para os alunos.

2. **V semestre:** Com 7,6% dos respondentes, os alunos do V semestre têm uma representação significativamente menor em comparação aos semestres IV, VI e VIII. Isso pode indicar uma possível queda na matrícula ou na retenção de alunos após o quarto semestre, ou pode ser simplesmente uma anomalia na amostra.
3. **Irregulares:** Estudantes irregulares, que representam 5,4% dos respondentes, são aqueles que não estão seguindo a sequência regular de semestres. A presença desses alunos pode indicar questões como reprovações, trancamentos de matrícula ou a necessidade de ajustar a carga horária por motivos pessoais ou profissionais.
4. **X semestre:** Com apenas 2,2% dos respondentes, os estudantes do décimo semestre têm a menor representação na pesquisa. Isso pode ser explicado pelo fato de que muitos alunos já tenham concluído o curso ou estejam em estágios finais, talvez não se envolvendo tanto em atividades que levem à participação em pesquisas.

Essa distribuição dos respondentes por semestre pode fornecer percepções importantes sobre o progresso dos alunos no curso de contabilidade, identificando possíveis pontos de atenção para melhorar a retenção e o suporte ao longo do curso. A menor representação nos semestres V e X, bem como a presença de alunos irregulares, pode indicar áreas onde a instituição pode focar para oferecer maior apoio e recursos.

Gráfico 4 - Sexo

Fonte: Pesquisa realizada (2023).

A análise dos dados apresentados pelo Gráfico 4, que mostra a distribuição de gênero dos participantes da pesquisa com estudantes de contabilidade, revela que há uma predominância de estudantes do sexo masculino:

1. **Sexo Masculino:** 57,6% dos respondentes são do sexo masculino. Esse dado indica que a maioria dos estudantes de contabilidade na região sudoeste da Bahia que participaram da pesquisa são homens. Essa predominância pode refletir tendências específicas da região ou da área de contabilidade, onde tradicionalmente pode haver maior presença masculina.
2. **Sexo Feminino:** 42,4% dos respondentes são do sexo feminino. Embora em menor proporção em comparação aos homens, essa porcentagem significativa mostra que há uma considerável representação de mulheres no curso de contabilidade.

A distribuição de gênero apontada pela pesquisa pode ser útil para entender a dinâmica de gênero no curso de contabilidade e pode fornecer uma base para desenvolver políticas e iniciativas que promovam a equidade de gênero na área. A diferença não é extremamente acentuada, mas a menor representação feminina pode indicar a necessidade de esforços adicionais para incentivar a participação e permanência de mulheres na contabilidade.

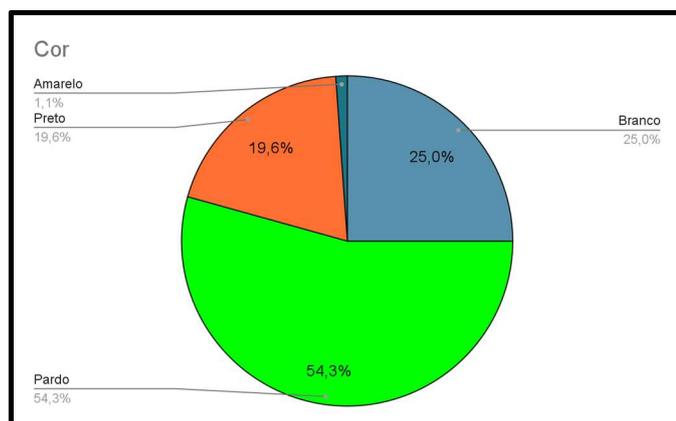


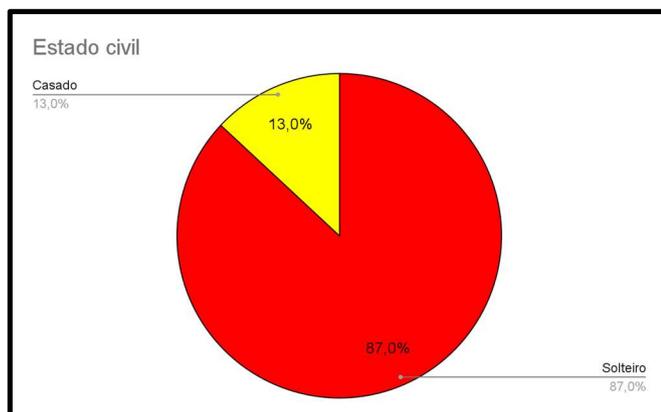
Gráfico 5 - Cor

Fonte: Pesquisa realizada (2023).

A análise dos dados apresentados pelo Gráfico 5, que mostra a distribuição de cor/raça com que os participantes da pesquisa se identificam, revela a diversidade racial entre os estudantes de contabilidade na região sudoeste da Bahia:

1. **Pardos:** 54,3% dos respondentes se auto identificam como pardos. Este é o grupo mais numeroso, representando mais da metade dos participantes. Esse dado é consistente com a demografia brasileira, especialmente em muitas regiões do país onde a população parda constitui uma grande proporção.
2. **Branco:** 25% dos respondentes se identificam como brancos. Embora representem um quarto dos participantes, esse grupo é significativamente menor que o grupo dos pardos, mas ainda constitui uma parte substancial da população estudantil.
3. **Pretos:** 19,6% dos respondentes se identificam como pretos. Este grupo também é bem representado, mostrando a presença significativa de estudantes que se identificam como pretos no curso de contabilidade.
4. **Amarelos:** Apenas 1,1% dos respondentes se identificam como amarelos. Este é o grupo menos representado entre os participantes da pesquisa.

Esses dados refletem a diversidade racial dos estudantes de contabilidade na região e podem ajudar a entender melhor o perfil demográfico desses estudantes. A predominância de estudantes que se identificam como pardos sugere uma forte representação desse grupo racial.

Gráfico 6 - Estado civil

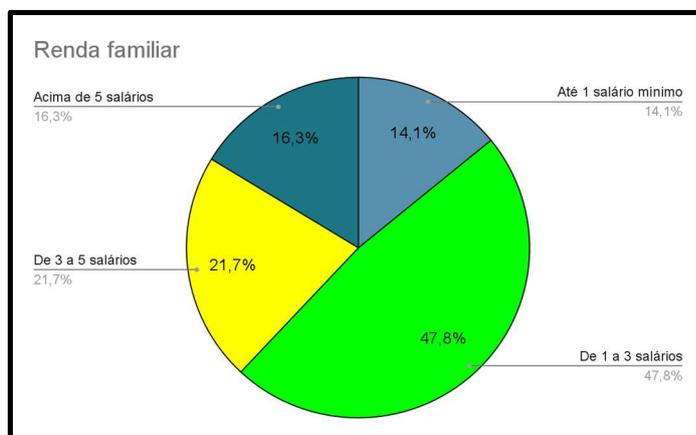
Fonte: Pesquisa realizada (2023).

A análise dos dados apresentados pelo Gráfico 6, que mostra a distribuição dos respondentes por estado civil, revela uma predominância de estudantes solteiros:

1. **Solteiros:** 87% dos respondentes são solteiros. Esta alta porcentagem sugere que a maioria dos estudantes de contabilidade na região sudoeste da Bahia não tem compromissos matrimoniais, o que é comum em faixas etárias mais jovens, como observado anteriormente, onde a maioria dos participantes têm entre 20 e 29 anos.
2. **Casados:** 13% dos respondentes são casados. Embora seja uma porcentagem menor, ainda representa uma parcela significativa dos estudantes que possuem responsabilidades conjugais.

Esses dados podem fornecer percepções importantes sobre o perfil social e as necessidades dos estudantes. A predominância de solteiros indica que muitos estudantes podem ter mais flexibilidade e menos responsabilidades familiares, o que pode influenciar suas rotinas de estudo e disponibilidade para atividades acadêmicas. Por outro lado, os estudantes casados podem enfrentar desafios adicionais, como conciliar estudos com responsabilidades familiares.

Gráfico 7 - Renda familiar



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

A análise dos dados apresentados pelo Gráfico 7, que mostra a distribuição da renda familiar dos respondentes, revela uma variação significativa na renda familiar dos estudantes de contabilidade na região sudoeste da Bahia:

1. **Renda Familiar entre 1 a 3 salários mínimos:** 47,8% dos respondentes têm renda familiar nessa faixa. Esse é o grupo mais numeroso, representando quase metade dos participantes. Esse dado indica que muitos estudantes vêm de famílias com rendas relativamente baixas, o que pode influenciar suas necessidades financeiras e de apoio durante os estudos.
2. **Renda Familiar entre 3 a 5 salários mínimos:** 21,7% dos respondentes têm renda familiar nessa faixa. Esse grupo, embora menor que o anterior, ainda constitui uma parte significativa dos estudantes, representando cerca de um quinto dos participantes.
3. **Renda Familiar acima de 5 salários mínimos:** 16,3% dos respondentes têm renda familiar acima de 5 salários mínimos. Esse grupo representa uma minoria, mas ainda é uma parcela considerável dos estudantes que vêm de famílias com renda mais alta.
4. **Renda Familiar até um salário mínimo:** 14,1% dos respondentes têm renda familiar de até um salário mínimo. Este é o grupo com menor representação, indicando que uma parte dos estudantes vêm de famílias com renda muito baixa, o que pode apresentar desafios adicionais em termos de acesso a recursos e oportunidades educacionais.

Esses dados sobre a renda familiar dos estudantes podem fornecer percepções importantes para a formulação de políticas e programas de suporte

financeiro nas instituições de ensino. A alta porcentagem de estudantes com renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos sugere a necessidade de programas de assistência financeira, bolsas de estudo e outros tipos de apoio para garantir que esses alunos possam continuar seus estudos sem interrupções devido a dificuldades financeiras.

Além disso, a presença de estudantes de diferentes faixas de renda destaca a diversidade econômica entre os alunos e a importância de criar um ambiente inclusivo que atenda às necessidades de todos, independentemente de sua situação financeira.

Diante disso, conclui-se que os dados coletados revelam uma predominância de estudantes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), bem como uma maioria de jovens adultos na faixa etária de 20 a 29 anos. A análise dos semestres cursados indica uma distribuição equilibrada entre os semestres intermediários, com menor representação nos semestres iniciais e finais. A distribuição de gênero mostra uma leve predominância masculina, enquanto a diversidade racial é refletida na significativa representação de estudantes que se identificam como pardos, seguidos por brancos e pretos.

Além disso, a maioria dos respondentes são solteiros, o que é coerente com a faixa etária predominante. A análise da renda familiar revela que quase metade dos estudantes provém de famílias com renda entre 1 a 3 salários mínimos, destacando a importância de programas de apoio financeiro para garantir a continuidade dos estudos.

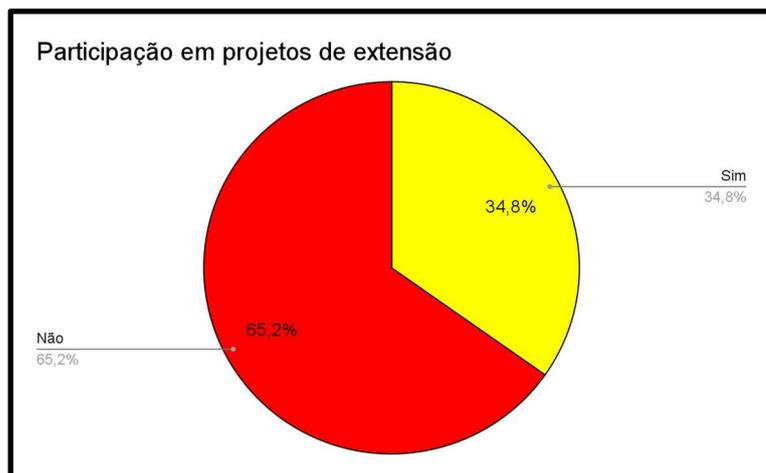
4.3 PERCEPÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE CIDADANIA

A cidadania, entendida como o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais, é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e justa. No contexto acadêmico, a percepção e participação dos estudantes em questões relacionadas à cidadania são cruciais para formar cidadãos conscientes, críticos e engajados. Este tópico tem como objetivo explorar como os estudantes de contabilidade na região sudoeste da Bahia percebem e se envolvem com temas de cidadania, bem como analisar o impacto desse engajamento em sua formação pessoal e profissional.

Ao analisar os dados coletados, espera-se contribuir para o desenvolvimento de estratégias educacionais que incentivem a participação ativa dos estudantes em

questões de cidadania, promovendo uma formação integral que vá além das competências técnicas e abranja também a responsabilidade social e o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Gráfico 8 - Participa de grupo ou projeto de extensão



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

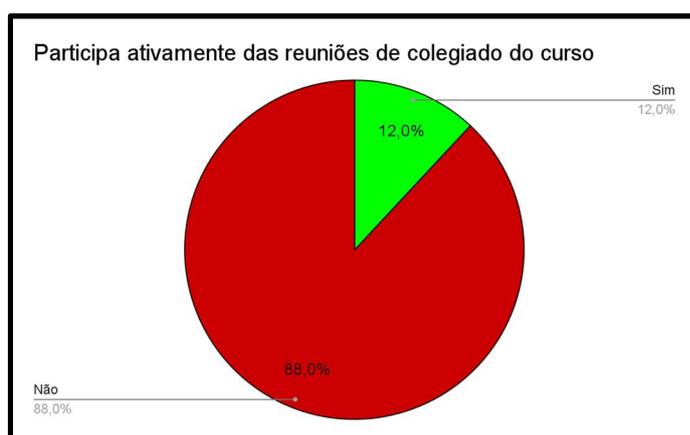
A análise dos dados do Gráfico 8, sobre a participação dos estudantes de contabilidade em projetos de extensão revela um desequilíbrio significativo entre os participantes e não participantes:

1. **Não Participaram:** 65,2% dos respondentes informaram que não participaram de projetos de extensão. Esse dado indica que a maioria dos estudantes não se envolve em atividades de extensão, o que pode sugerir várias possibilidades, como falta de interesse, desconhecimento sobre os projetos disponíveis, ou possíveis barreiras como tempo e recursos limitados. A ausência de participação pode limitar as oportunidades dos estudantes de aplicarem conhecimentos teóricos na prática, desenvolverem habilidades extracurriculares e se envolverem com a comunidade.
2. **Participaram:** 34,8% dos respondentes indicaram que participaram de projetos de extensão. Embora este grupo seja menor, ele ainda representa uma parte significativa dos estudantes que aproveitam essas oportunidades para complementar sua formação acadêmica. A participação em projetos de extensão pode proporcionar experiências valiosas, como desenvolvimento de habilidades práticas, maior engajamento com a comunidade e reforço do senso de cidadania e responsabilidade social.

Os dados sugerem a necessidade de estratégias para aumentar a participação dos estudantes em projetos de extensão. Isso pode incluir maior divulgação das oportunidades, incentivo à participação, integração dos projetos de extensão ao currículo acadêmico, e oferecimento de suporte adicional para superar possíveis barreiras à participação.

Promover a participação em projetos de extensão é fundamental para a formação integral dos estudantes, pois esses projetos não só enriquecem a experiência educacional, mas também fortalecem o vínculo entre a universidade e a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região. As instituições de ensino podem se beneficiar ao compreender os motivos da baixa participação e ao desenvolver iniciativas que incentivem mais alunos a se envolverem ativamente em atividades de extensão.

Gráfico 9 - Participa ativamente das reuniões do colegiado do curso:



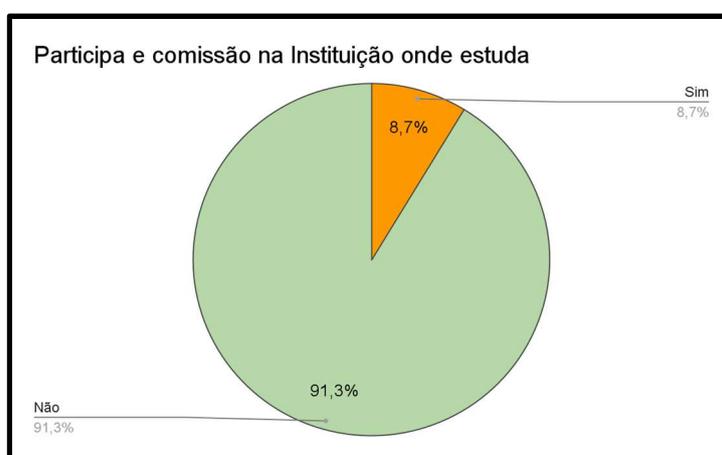
Fonte: Pesquisa realizada (2023).

A análise do Gráfico 9, que mostra a participação dos respondentes em reuniões de colegiado do curso de contabilidade, revela uma significativa disparidade entre aqueles que participam e aqueles que não participam dessas reuniões:

1. **Não Participaram:** 88% dos respondentes informaram que não participaram de reuniões de colegiado. Este dado indica que a esmagadora maioria dos estudantes não está envolvida nas discussões e decisões formais relacionadas ao seu curso. Essa baixa participação pode ser atribuída a vários fatores, incluindo a falta de conscientização sobre a importância dessas reuniões, a falta de interesse, conflitos de horário, ou a percepção de que suas vozes não serão ouvidas e valorizadas.

2. **Participaram:** Apenas 12% dos respondentes indicaram que participaram de reuniões de colegiado. Embora seja uma minoria, esses estudantes demonstram um nível de engajamento e interesse em influenciar e entender as decisões acadêmicas que afetam seu curso. A participação ativa em colegiados pode proporcionar aos estudantes uma compreensão mais profunda dos processos administrativos e uma oportunidade de contribuir para melhorias no currículo e na gestão do curso.

Gráfico 10 - Participa de comissão na Instituição onde estuda:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

A análise do Gráfico 10, que mostra a participação dos respondentes em comissões na instituição de ensino, revela uma baixa taxa de envolvimento dos estudantes nessas atividades:

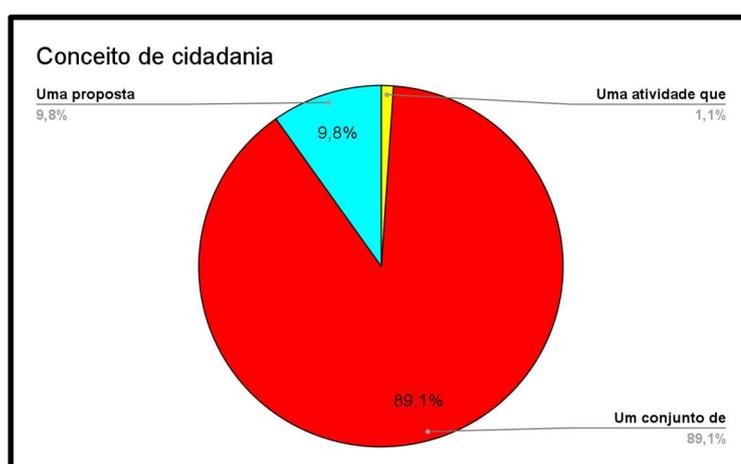
1. **Não Participaram:** 91,3% dos respondentes informaram que não participaram de comissões na instituição de ensino. Este dado indica que a vasta maioria dos estudantes não está envolvida nas comissões, que são importantes para o funcionamento e a governança da instituição. A falta de participação pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo desconhecimento sobre as comissões, falta de tempo, falta de interesse, ou a percepção de que sua participação não é relevante ou valorizada.
2. **Participaram:** Apenas 8,7% dos respondentes indicaram que participaram de comissões na instituição de ensino. Apesar de ser uma minoria, esses estudantes mostram um nível de engajamento e interesse em contribuir para a

administração e melhoria da instituição. A participação em comissões pode oferecer aos estudantes uma experiência valiosa em governança e tomada de decisões, além de permitir que eles influenciem diretamente as políticas e práticas da instituição.

A baixa participação dos estudantes em comissões pode ter várias implicações:

- **Sub-representação Estudantil:** Com a maioria dos estudantes não participando, as decisões das comissões podem não refletir as perspectivas e necessidades dos alunos.
- **Desconhecimento de Processos Administrativos:** Os estudantes podem não estar cientes de como as decisões que afetam sua educação são tomadas, levando a uma desconexão com a administração da instituição.
- **Perda de Desenvolvimento Pessoal e Profissional:** Participar de comissões pode desenvolver habilidades importantes, como liderança, comunicação e trabalho em equipe, e os estudantes que não participam perdem essas oportunidades.

Gráfico 11 - Conceito de cidadania:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

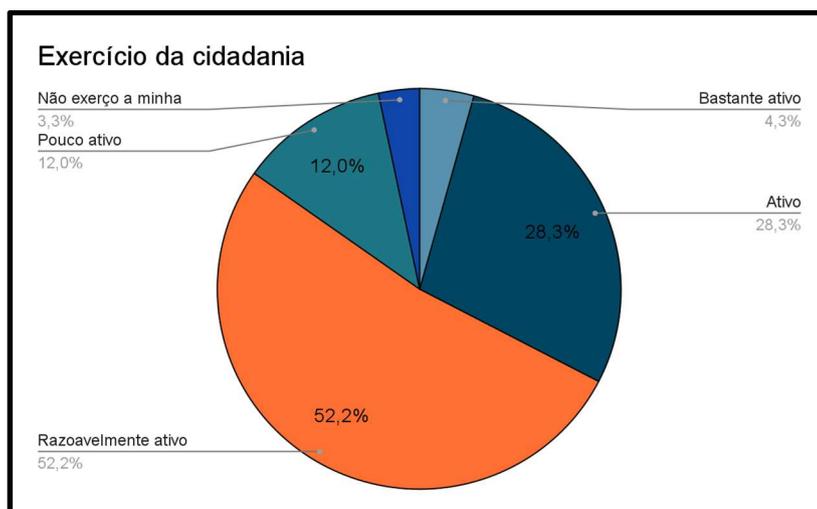
- Uma atividade que ajuda no desenvolvimento de habilidades de orçamento e poupança;
- Um conjunto de direitos e deveres do ser humano;
- Uma proposta abrangente que visa à formação do homem para o desenvolvimento sustentável.

A análise do Gráfico 11, que explora a compreensão dos respondentes sobre o conceito de cidadania, revela uma clara maioria em relação à percepção

predominante e algumas interpretações alternativas:

1. **Cidadania como um conjunto de direitos e deveres:** 89,1% dos respondentes entenderam a cidadania como um conjunto de direitos e deveres do ser humano. Essa definição tradicional reflete a visão dominante e amplamente aceita da cidadania, que envolve tanto os direitos garantidos pelo Estado quanto às responsabilidades dos indivíduos para com a sociedade. Esta percepção é crucial, pois indica que a maioria dos estudantes tem uma compreensão básica e essencial do conceito de cidadania, que é fundamental para a participação ativa e informada na vida cívica e social.
2. **Cidadania como uma proposta abrangente para o desenvolvimento sustentável:** 9,8% dos respondentes associaram cidadania a uma proposta mais ampla que visa à formação do homem para o desenvolvimento sustentável. Esta visão, embora menos comum, é significativa pois amplia o conceito de cidadania para incluir aspectos de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, sugerindo uma compreensão mais holística e contemporânea do papel do cidadão no mundo moderno.
3. **Cidadania como uma atividade de desenvolvimento de habilidades financeiras:** 1,1% dos respondentes definiram cidadania como uma atividade que ajuda no desenvolvimento de habilidades de orçamento e poupança. Embora essa seja uma visão muito minoritária, ela revela uma interpretação prática e econômica da cidadania, focando na gestão financeira pessoal como uma parte importante do desenvolvimento de um cidadão responsável e autossuficiente.

A predominância da visão tradicional de cidadania como um conjunto de direitos e deveres sugere que a maioria dos estudantes possui uma base sólida de compreensão cívica. No entanto, a presença de interpretações alternativas indica que há espaço para expandir e enriquecer o entendimento dos estudantes sobre o conceito de cidadania, incorporando elementos de sustentabilidade e habilidades práticas de vida.

Gráfico 12 - Exercício da cidadania:

Fonte: Pesquisa realizada (2023).

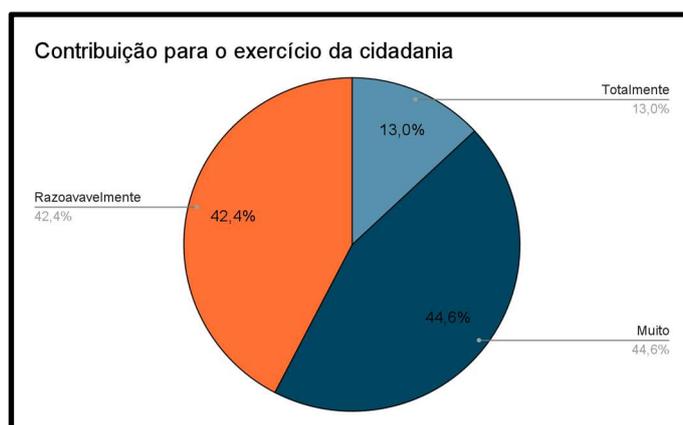
A análise do Gráfico 12, que examina como os respondentes avaliam o seu próprio exercício da cidadania, revela uma variedade de níveis de engajamento entre os estudantes de contabilidade:

1. **Razoavelmente Ativos:** 52,2% dos respondentes consideram-se razoavelmente ativos no exercício da cidadania. Este grupo representa a maioria dos estudantes e sugere um nível moderado de envolvimento cívico. Esses estudantes provavelmente participam de algumas atividades cívicas e sociais, mas podem não estar completamente engajados ou ativos de forma contínua.
2. **Ativos:** 28,3% dos respondentes se consideram ativos no exercício da cidadania. Esses estudantes estão mais engajados e participam de maneira mais consistente em atividades e práticas cidadãs. Eles podem estar envolvidos em organizações estudantis, voluntariado, ou outras formas de participação cívica.
3. **Pouco Ativos:** 12% dos respondentes se consideram pouco ativos. Este grupo participa minimamente de atividades cidadãs e pode estar menos envolvido em práticas que promovam a cidadania ativa.
4. **Bastante Ativos:** 4,3% dos respondentes se consideram bastante ativos no exercício da cidadania. Estes estudantes estão altamente envolvidos e comprometidos com práticas cidadãs, participando ativamente em diversas formas de engajamento cívico e comunitário.

5. **Não Exercem a Cidadania:** 3,3% dos respondentes afirmaram que não exercem a sua cidadania. Este pequeno grupo não está envolvido em atividades cívicas ou sociais e pode estar completamente desconectado dos processos e responsabilidades cidadãs.

Os dados do Gráfico 12 mostram que, embora a maioria dos estudantes se considere razoavelmente ativa ou ativa no exercício da cidadania, há uma porção significativa que é pouco ativa ou não exerce sua cidadania. Ao implementar estratégias para aumentar o engajamento cívico, as instituições de ensino podem ajudar a formar cidadãos mais comprometidos e envolvidos, contribuindo para uma sociedade mais participativa e democrática.

Gráfico 13 - Em que medida a graduação em Ciências Contábeis contribuiu para seu ATUAL nível de cidadania:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

A análise do Gráfico 13, dos dados sobre a percepção dos estudantes de Ciências Contábeis quanto à contribuição do curso para seu nível de cidadania revela uma visão amplamente positiva:

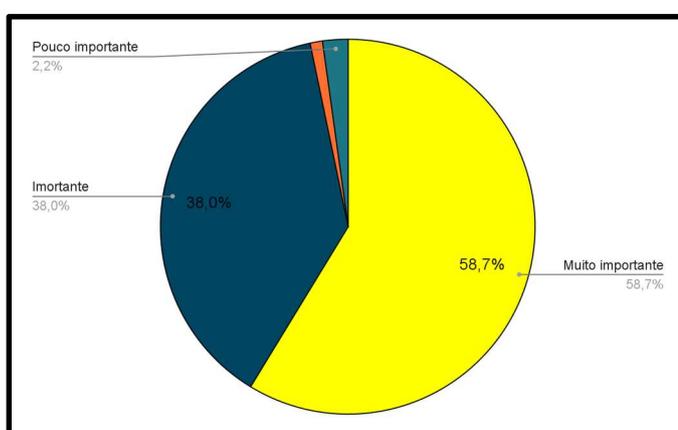
1. **Contribuiu Muito:** 44,6% dos respondentes afirmaram que a graduação contribuiu muito para o seu atual nível de cidadania. Este dado indica que quase metade dos estudantes reconhece que o curso teve um impacto significativo em seu entendimento e exercício da cidadania. Esses estudantes provavelmente encontraram no currículo e nas atividades acadêmicas oportunidades para desenvolver habilidades e conhecimentos que promovem o engajamento cívico.

2. **Contribuiu Razoavelmente:** 42,4% dos respondentes indicaram que a graduação contribuiu razoavelmente para o seu nível de cidadania. Este grupo, que representa uma porção quase igual àqueles que sentiram uma contribuição maior, reconhece uma influência positiva, embora não tão intensa. Isso sugere que, para muitos estudantes, a formação acadêmica teve um papel importante, mas possivelmente poderia ser ainda mais eficaz com ajustes e melhorias no enfoque cívico do curso.
3. **Contribuiu Totalmente:** 13% dos respondentes disseram que a graduação contribuiu totalmente para seu nível de cidadania. Este grupo menor vê a formação em Ciências Contábeis como integral para seu desenvolvimento cidadão, indicando que os componentes do curso atenderam plenamente às suas expectativas e necessidades em termos de formação cívica.

Os dados revelam que a grande maioria dos estudantes (87%) acredita que a graduação em Ciências Contábeis contribuiu significativamente para seu nível de cidadania, seja muito ou razoavelmente.

Os dados indicam uma percepção positiva geral sobre a contribuição do curso de Ciências Contábeis para o desenvolvimento da cidadania entre os estudantes. No entanto, há espaço para melhorias, especialmente no fortalecimento dos componentes cívicos do currículo e na oferta de mais oportunidades práticas de engajamento. Ao focar nesses aspectos, as instituições podem maximizar o impacto da formação acadêmica no desenvolvimento de cidadãos conscientes e ativos.

Gráfico 14 - ANTES da graduação em Ciências Contábeis como você avaliava a importância da educação para o exercício da cidadania:



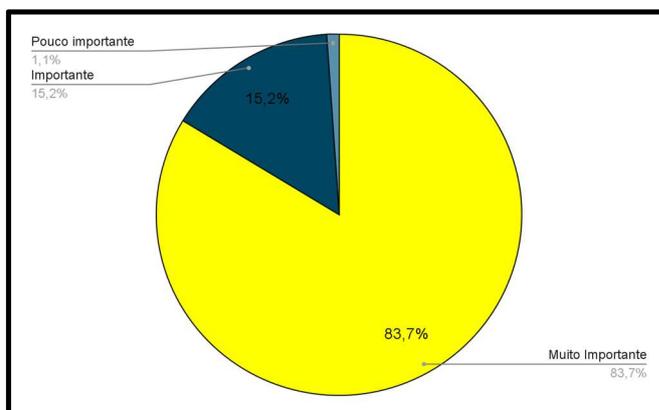
Fonte: Pesquisa realizada (2023).

A análise do Gráfico 14, que examina a percepção dos respondentes sobre a importância da educação para o exercício da cidadania antes da graduação em Ciências Contábeis, revela que a maioria dos estudantes já reconhecia a relevância da educação cívica antes de ingressar no curso:

1. **Muito Importante:** 58,7% dos respondentes consideravam a educação muito importante para o exercício da cidadania. Esta maioria significativa indica que mais da metade dos estudantes já possuía uma forte consciência da importância da educação cívica. Esses estudantes provavelmente estavam motivados a se envolver em atividades cívicas e sociais e valorizaram a educação como um meio crucial para entender e exercer seus direitos e deveres como cidadãos.
2. **Importante:** 38% dos respondentes consideravam a educação importante para o exercício da cidadania. Este grupo também representa uma grande parte dos estudantes que reconheceram a relevância da educação cívica, embora não com a mesma intensidade do grupo anterior. Juntos, esses dois grupos somam 96,7% dos respondentes, indicando que quase todos os estudantes entendiam a importância da educação para a cidadania.
3. **Pouco Importante:** 2,2% dos respondentes consideravam a educação pouco importante para o exercício da cidadania. Este pequeno grupo representa uma minoria que não via a educação cívica como um fator significativo antes de sua graduação.
4. **Nenhuma Importância:** 1,1% dos respondentes acreditava que a educação não tinha nenhuma importância para o exercício da cidadania. Este é um grupo muito pequeno que não via qualquer ligação entre educação e cidadania antes de iniciar o curso de Ciências Contábeis.

Os dados do Gráfico 14 revelam que a maioria dos estudantes de Ciências Contábeis já valoriza a educação como uma ferramenta crucial para o exercício da cidadania antes de iniciar sua graduação. Essa percepção positiva fornece uma base forte para a promoção de um maior engajamento cívico e pode ser aproveitada para desenvolver programas educativos que reforcem e ampliem a compreensão e a prática da cidadania entre os estudantes.

Gráfico 15 - Como você classifica o nível de importância da educação para o exercício da cidadania:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

Quando os respondentes questionados sobre como avaliam atualmente cursando a graduação em Ciências Contábeis a importância da educação para o exercício da cidadania, os participantes responderam em sua maioria que consideram muito importante com (83,7%), em seguida com (15,2%) consideram importante e com (1,1%) pouco importante.

A comparação dos dados do Gráfico 14 e do Gráfico 15 oferece percepções valiosos sobre a mudança na percepção dos estudantes de Ciências Contábeis quanto à importância da educação para o exercício da cidadania antes e durante a graduação:

- **Gráfico 14: Antes da Graduação**

1. **Muito Importante:** 58,7%
2. **Importante:** 38%
3. **Pouco Importante:** 2,2%
4. **Nenhuma Importância:** 1,1%

- **Gráfico 15: Durante a Graduação**

1. **Muito Importante:** 83,7%
2. **Importante:** 15,2%
3. **Pouco Importante:** 1,1%
4. **Nenhuma Importância:** 0%

Antes da graduação, 58,7% dos respondentes consideravam a educação muito

importante para o exercício da cidadania, durante a graduação, essa percepção aumentou para 83,7%. Esse aumento significativo (25 pontos percentuais) sugere que o curso de Ciências Contábeis tem um impacto positivo na valorização da educação cívica pelos estudantes. O curso provavelmente oferece experiências, conhecimentos e oportunidades que reforçam a importância da cidadania ativa.

Antes da graduação, 38% dos respondentes consideravam a educação importante, durante a graduação, essa percepção diminuiu para 15,2%. Essa redução pode ser interpretada como uma migração de estudantes do grupo que considerava a educação importante para o grupo que agora a considera muito importante. Isso reforça a ideia de que o curso está elevando o entendimento e a valorização da cidadania.

Antes da graduação, 2,2% consideravam a educação pouco importante e 1,1% acreditava que não tinha nenhuma importância, durante a graduação, apenas 1,1% consideravam a educação pouco importante e 0% acreditava que não tinha nenhuma importância. A quase eliminação dessas percepções negativas indica que o curso está eficazmente transformando a visão dos estudantes, levando-os a reconhecer a importância da educação para o exercício da cidadania.

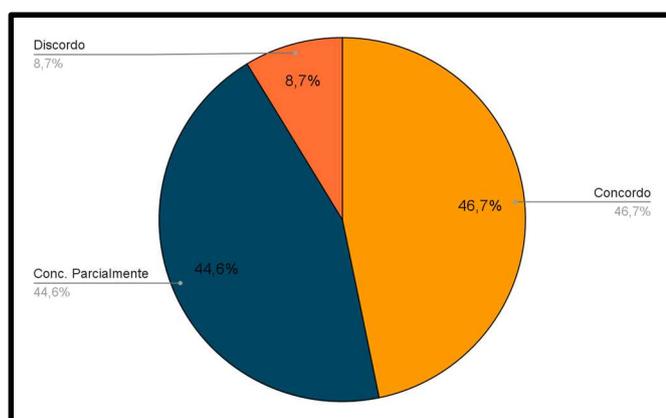
Assim, pode-se observar a importância da transformação na visão dos estudantes com os pontos apresentados abaixo:

1. **Desenvolvimento de Cidadãos Conscientes:** A maior valorização da educação cívica sugere que os estudantes estão se tornando cidadãos mais conscientes e engajados, preparados para participar ativamente na sociedade e contribuir para o bem comum.
2. **Impacto Positivo do Currículo:** A mudança nas percepções dos estudantes indica que o currículo de Ciências Contábeis está incorporando efetivamente elementos de educação cívica, ética e responsabilidade social, e que essas componentes estão sendo bem recebidas pelos estudantes.
3. **Aprimoramento Contínuo:** A evidência de um impacto positivo contínuo destaca a importância de manter e aprimorar as iniciativas de educação cívica dentro do curso. Isso pode incluir a introdução de novas disciplinas, projetos práticos e oportunidades de engajamento comunitário.
4. **Formação Holística:** Ao valorizar mais a educação para a cidadania, os estudantes de Ciências Contábeis estão recebendo uma formação mais holística, que não só os prepara tecnicamente, mas também os desenvolve

como indivíduos éticos e socialmente responsáveis.

A comparação dos dados dos Gráficos 14 e 15 revela uma transformação positiva significativa na percepção dos estudantes de Ciências Contábeis sobre a importância da educação para o exercício da cidadania. Este impacto positivo reflete a eficácia do curso em promover uma compreensão e valorização mais profunda da cidadania, destacando a importância de continuar a integrar e reforçar a educação cívica no currículo acadêmico.

Gráfico 16 - Sobre a afirmação a seguir, posicione-se: “ Quanto maior o nível de escolaridade maior é o exercício qualificado dos direitos e deveres do cidadão”:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

A análise do Gráfico 16, que explora o posicionamento dos respondentes em relação à afirmação "Quanto maior o nível de escolaridade, maior é o exercício qualificado dos direitos e deveres do cidadão", revela as seguintes percepções:

1. **Concordam Totalmente:** 46,7% dos respondentes concordam totalmente com a afirmação. Este grupo representa quase metade dos participantes e acredita firmemente que há uma correlação direta e positiva entre o nível de escolaridade e o exercício qualificado da cidadania. Eles veem a educação como um fator crucial para o desenvolvimento de competências cívicas e para o engajamento efetivo na sociedade.
2. **Concordam Parcialmente:** 44,6% dos respondentes concordam parcialmente com a afirmação. Este grupo também é significativo e sugere que, embora reconheçam a importância da educação para a cidadania, podem acreditar que outros fatores também influenciam o exercício qualificado dos direitos e deveres do cidadão. Eles podem ver a escolaridade como um componente

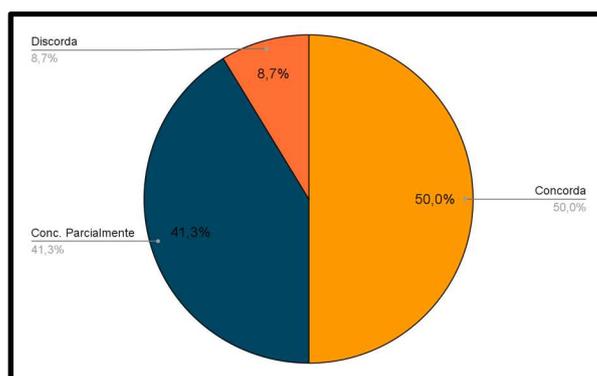
importante, mas não exclusivo, para a formação de cidadãos ativos e informados.

3. **Discordam:** 8,7% dos respondentes discordam da afirmação. Este grupo minoritário não vê uma relação direta ou suficiente entre o nível de escolaridade e a qualidade do exercício da cidadania. Eles podem acreditar que outros fatores, como experiência de vida, valores pessoais ou contextos sociais, desempenham um papel mais crucial na formação de cidadãos engajados e responsáveis.

Os dados mostram que uma maioria esmagadora (91,3%) dos estudantes acredita, total ou parcialmente, que a escolaridade está ligada ao exercício qualificado da cidadania. Isso sugere uma valorização geral da educação como um meio de promover o engajamento cívico e a compreensão dos direitos e deveres.

Essa percepção reforça a importância de continuar a integrar e fortalecer a educação cívica nos currículos acadêmicos, proporcionando aos estudantes não apenas conhecimento técnico, mas também habilidades e valores que promovem uma cidadania ativa e responsável.

Gráfico 17 - Sobre a afirmação a seguir, posicione-se: “A educação fiscal é uma forma de educar o cidadão para o exercício da cidadania”:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

A análise do Gráfico 17, que investiga o posicionamento dos respondentes em relação à afirmação "A educação fiscal é uma forma de educar o cidadão para o exercício da cidadania", revela as seguintes percepções:

1. **Concordam Totalmente:** 50% dos respondentes concordam totalmente com a afirmação. Isso indica que metade dos participantes vê uma relação direta e

positiva entre a educação fiscal e o exercício da cidadania. Eles acreditam que entender questões fiscais, como tributação e uso dos recursos públicos, é fundamental para ser um cidadão informado e responsável.

2. **Concordam Parcialmente:** 41,3% dos respondentes concordam parcialmente com a afirmação. Este grupo também é significativo e sugere que, embora reconheçam a importância da educação fiscal, podem acreditar que outros tipos de educação também são essenciais para o exercício pleno da cidadania. Eles veem a educação fiscal como um componente importante, mas não exclusivo, da formação cidadã.
3. **Discordam:** 8,7% dos respondentes discordam da afirmação. Este grupo minoritário não vê a educação fiscal como uma forma significativa de educar para a cidadania. Eles podem acreditar que outros fatores, além da educação fiscal, são mais cruciais para o desenvolvimento de um cidadão ativo e informado.

Os dados do Gráfico 17 indicam que a maioria dos estudantes de Ciências Contábeis reconhece a importância da educação fiscal para o exercício da cidadania. Essa percepção positiva sugere que as instituições de ensino devem continuar a promover e integrar a educação fiscal em seus currículos, proporcionando aos estudantes as ferramentas e conhecimentos necessários para se tornarem cidadãos informados, responsáveis e ativos. A educação fiscal, como parte de uma abordagem educativa mais ampla, pode ajudar a formar indivíduos capazes de compreender e influenciar positivamente a sociedade em que vivem.

QUADRO 2 – Ações de Cidadania

AÇÃO DE CIDADANIA	PERCENTUAL (%)
Poder escolher seus governantes	13,9
Ter liberdade de expressão e opinião	13,5
Ser tratado de forma igual perante a lei	13,2
Fiscalizar o uso dos recursos públicos	12,6
Respeitar o patrimônio do outro	11,7
Poder participar na gestão pública	11,6
Pagar tributos e impostos	9,5
Solicitar nota fiscal numa loja	0,32
Preocupar-se exclusivamente com problemas pessoais, sem se envolver em questões da comunidade ou da sociedade.	0,32
Permanecer isolado e não interagir com a comunidade local ou com os vizinhos	0,32
Não participar de eleições, assembleias comunitárias, reuniões públicas ou eventos cívicos relevantes pode ser considerado uma falta de envolvimento cívico.	0,16

Fonte: Pesquisa realizada (2023).

Analisando o Quadro 2 sobre as ações de cidadania consideradas pelos respondentes tem a seguinte interpretação:

1. Principais Ações de Cidadania:

- **Poder escolher seus governantes (13,9%):** A ação mais valorizada, refletindo a importância atribuída ao direito de voto e à participação política.
- **Ter liberdade de expressão e opinião (13,5%):** Considerada quase tão importante quanto escolher os governantes, destacando o valor da liberdade de falar e expressar opiniões.
- **Ser tratado de forma igual perante a lei (13,2%):** A igualdade perante a lei é altamente valorizada, sugerindo uma forte consciência sobre

justiça e direitos civis.

- **Fiscalizar o uso dos recursos públicos (13,2%):** A mesma porcentagem que a igualdade perante a lei, indicando uma preocupação significativa com a transparência e a responsabilidade no uso dos recursos públicos.

2. **Ações Moderadamente Valorizadas:**

- **Respeitar o patrimônio do outro (12,6%):** Esta ação mostra a importância atribuída ao respeito à propriedade alheia.
- **Poder participar na gestão pública (11,7%):** Destaca o valor da participação ativa na administração pública.
- **Pagar tributos e impostos (11,6%):** Sugere que os respondentes entendem a importância do financiamento das funções do governo através do pagamento de impostos.

3. **Ações Menos Valorizadas:**

- **Solicitar nota fiscal numa loja (9,5%):** Embora menos valorizada que outras ações, ainda é considerada uma parte importante da cidadania, refletindo a conscientização sobre a formalização e a transparência das transações comerciais.

4. **Ações Consideradas Como Falta de Envolvimento Cívico:**

- **Preocupar-se exclusivamente com problemas pessoais (0,32%):** Demonstrando que os respondentes veem a cidadania como algo além do individualismo.
- **Sem se envolver em questões da comunidade ou da sociedade (0,32%):** Reflete a visão negativa sobre o isolamento social e a falta de envolvimento cívico.
- **Permanecer isolado e não interagir com a comunidade local (0,32%):** Reflete o valor colocado na interação comunitária.
- **Não participar de eleições, assembleias comunitárias, etc. (0,16%):** A menor porcentagem, destacando fortemente que a não participação cívica é vista como uma falta de cidadania.

A análise dos dados da pesquisa realizada com estudantes de Ciências Contábeis na região sudoeste da Bahia revela percepções importantes sobre a participação desses estudantes em relação à cidadania. A pesquisa mostra que os

estudantes de Ciências Contábeis da região sudoeste da Bahia possuem uma compreensão sólida da cidadania e reconhecem a importância da educação para o exercício dos direitos e deveres cívicos. No entanto, há uma necessidade de aumentar a participação ativa dos estudantes em atividades cívicas e comunitárias.

4.4 PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE EDUCAÇÃO FISCAL e PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL (PNEF)

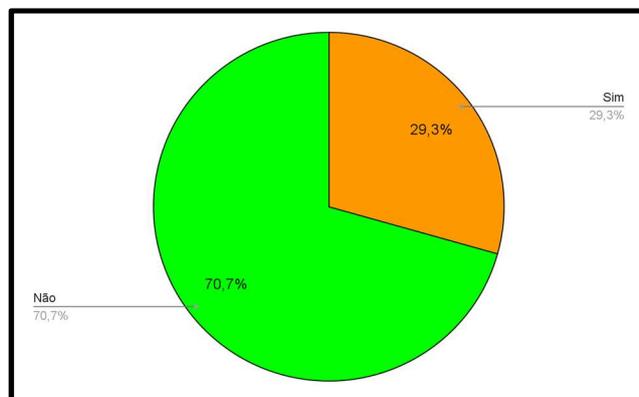
A educação fiscal é um componente essencial na formação de cidadãos conscientes e responsáveis, capacitando-os a compreender a importância dos tributos e a utilização correta dos recursos públicos. No Brasil, o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) foi desenvolvido com o objetivo de promover a conscientização fiscal e incentivar a participação cidadã nas questões relacionadas à arrecadação e aplicação dos tributos.

Este tópico examina a percepção dos estudantes de Ciências Contábeis sobre a educação fiscal e o PNEF, destacando como eles entendem e valorizam esses conceitos dentro do contexto acadêmico e de sua futura atuação profissional.

A educação fiscal não apenas esclarece os direitos e deveres tributários dos cidadãos, mas também promove um entendimento mais amplo sobre a gestão pública e a responsabilidade social. No contexto do PNEF, a educação fiscal é vista como uma ferramenta vital para o fortalecimento da cidadania, contribuindo para a transparência, a ética e a justiça social.

Ao explorar a percepção dos estudantes sobre esses temas, buscamos identificar como a educação fiscal é integrada no currículo de Ciências Contábeis e qual é o impacto percebido na formação de futuros contadores e gestores públicos. Compreender essas percepções pode fornecer diretrizes para aprimorar os programas educativos e reforçar a importância da educação fiscal na formação cidadã, preparando os estudantes para serem agentes ativos na promoção de uma sociedade mais justa e transparente.

Gráfico 18 - Conhece ou já ouviu falar do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

O Gráfico 18 revela uma lacuna significativa no conhecimento dos estudantes de Ciências Contábeis em relação ao Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF). Os dados mostram que:

1. Desconhecimento Generalizado:

- **70,7% dos respondentes afirmaram que não conhecem nem ouviram falar do PNEF.** Este elevado percentual indica que a maioria dos estudantes de Ciências Contábeis na região sudoeste da Bahia não está familiarizada com um programa que é crucial para a promoção da conscientização fiscal e do exercício da cidadania.

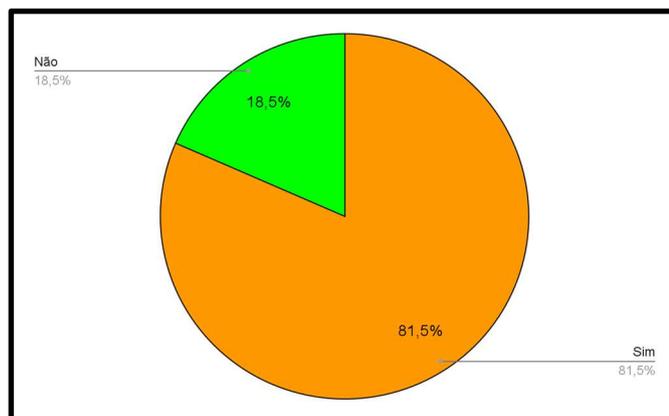
2. Conhecimento Limitado:

- **Apenas 29,3% dos respondentes indicaram que já ouviram falar ou conhecem o PNEF.** Embora este grupo seja minoritário, ele representa uma parcela significativa de estudantes que estão cientes da existência do programa e possivelmente de sua importância para a educação fiscal e a cidadania.

O Gráfico 18 destaca um desafio significativo na disseminação do conhecimento sobre o PNEF entre estudantes de Ciências Contábeis. Com 70,7% dos respondentes indicando que não conhecem ou nunca ouviram falar do programa, há uma clara necessidade de esforços educacionais mais direcionados e intensivos para promover a conscientização sobre a educação fiscal. Melhorar o conhecimento dos estudantes sobre o PNEF não só enriquecerá sua formação acadêmica, mas também os preparará melhor para serem cidadãos informados e engajados, capazes

de contribuir de forma mais efetiva para a transparência e a responsabilidade fiscal na sociedade.

Gráfico 19 - Conhece ou já ouviu falar sobre o conceito de “educação fiscal” antes do questionário:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

O Gráfico 19 revela que a maioria dos estudantes de Ciências Contábeis já está familiarizada com o conceito de educação fiscal:

1. Alto Nível de Conhecimento:

- **81,5% dos respondentes afirmaram que já conheciam o conceito de educação fiscal antes do questionário.** Este alto percentual indica que a maioria dos estudantes têm algum grau de entendimento sobre a importância e os princípios da educação fiscal.

2. Desconhecimento Residual:

- **18,5% dos respondentes indicaram que não conheciam o conceito de educação fiscal.** Embora esta seja uma minoria, ainda representa uma porção significativa de estudantes que podem se beneficiar de uma maior exposição e educação sobre este tema.

Quando comparamos os dados do Gráfico 19 com os dados do Gráfico 18, observamos um contraste interessante:

1. Conhecimento sobre o PNEF versus Conceito de Educação Fiscal:

- **Conhecimento sobre o PNEF:** Apenas **29,3% dos estudantes** conhecem ou já ouviram falar do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), enquanto **70,7% não têm conhecimento do programa.**
- **Conhecimento sobre o Conceito de Educação Fiscal:** Em contraste,

81,5% dos estudantes já conhecem o conceito de educação fiscal, e **18,5% não conhecem**.

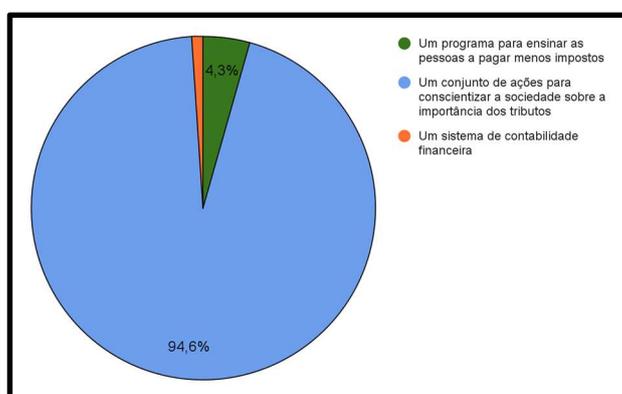
A discrepância entre o conhecimento do PNEF e o conhecimento do conceito de educação fiscal sugere que, embora os princípios da educação fiscal sejam relativamente bem compreendidos, o conhecimento específico sobre programas governamentais como o PNEF não é tão difundido.

Há uma clara necessidade de conectar mais efetivamente o conceito geral de educação fiscal com programas específicos como o PNEF. Os estudantes que já entendem a importância da educação fiscal podem ser mais receptivos a aprender sobre o PNEF e a se envolver com suas iniciativas.

Dada a alta familiaridade com o conceito de educação fiscal, há um potencial significativo para aumentar a conscientização sobre o PNEF. Utilizando a base de conhecimento existente, as instituições de ensino podem introduzir o PNEF como uma extensão natural da educação fiscal.

Os dados dos Gráficos 18 e 19 mostram uma discrepância significativa entre o conhecimento do conceito de educação fiscal e o conhecimento específico sobre o PNEF. Embora a maioria dos estudantes compreenda os princípios da educação fiscal, muitos ainda não estão cientes do PNEF. Isso sugere a necessidade de estratégias educacionais mais direcionadas para aumentar a visibilidade e a compreensão do PNEF entre os estudantes de Ciências Contábeis. Integrar informações sobre o PNEF no currículo e realizar campanhas de conscientização pode ajudar a preencher essa lacuna, promovendo uma formação mais completa e prática para os futuros profissionais da área.

Gráfico 20 - Considera como educação fiscal:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

O Gráfico 20 revela como os estudantes de Ciências Contábeis percebem o conceito de educação fiscal. Os dados são os seguintes:

1. Educação Fiscal como Conscientização:

- **94,6% dos respondentes afirmaram que a educação fiscal é um conjunto de ações para conscientizar a sociedade sobre a importância dos tributos.** Este consenso quase unânime indica que os estudantes entendem a educação fiscal principalmente como uma ferramenta de conscientização e educação cívica.

2. Educação Fiscal como Redução de Impostos:

- **4,3% dos respondentes consideram que a educação fiscal é um programa para ensinar as pessoas a pagar menos impostos.** Este entendimento equivocado pode indicar uma confusão entre educação fiscal e estratégias de planejamento tributário ou evasão fiscal.

3. Educação Fiscal como Sistema de Contabilidade:

- **1,1% dos respondentes acreditam que a educação fiscal é um sistema de contabilidade financeira.** Este pequeno percentual sugere uma falta de compreensão sobre o verdadeiro objetivo da educação fiscal.

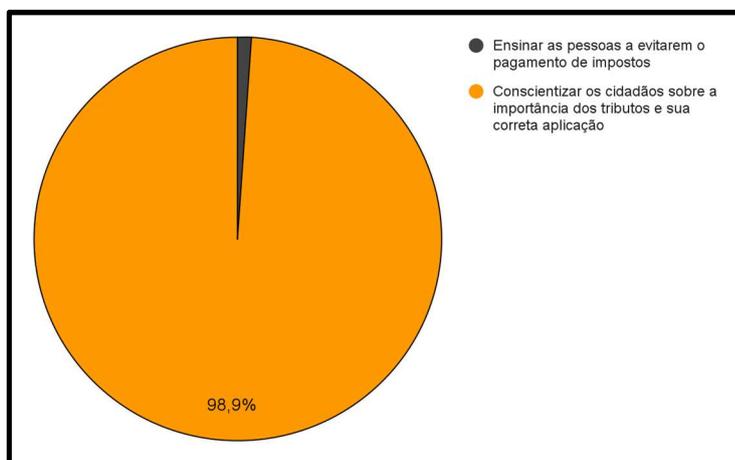
A esmagadora maioria dos estudantes reconhece que a educação fiscal é voltada para a conscientização sobre a importância dos tributos. Isso mostra uma compreensão clara e correta do objetivo principal da educação fiscal, que é educar os cidadãos sobre a função dos tributos no financiamento dos serviços públicos e no desenvolvimento da sociedade.

Apesar da maioria dos estudantes entenderem corretamente o conceito de educação fiscal, há uma pequena parcela que possui concepções errôneas. É crucial esclarecer que a educação fiscal não se trata de estratégias para pagar menos impostos ou de sistemas de contabilidade, mas sim de promover a responsabilidade e a ética tributária.

Os dados do Gráfico 20 mostram que a maioria esmagadora dos estudantes de Ciências Contábeis compreende corretamente que a educação fiscal é um conjunto de ações destinadas a conscientizar a sociedade sobre a importância dos tributos. No entanto, ainda existe uma pequena parcela que possui concepções equivocadas, indicando a necessidade de reforçar e esclarecer continuamente os objetivos da educação fiscal. Integrar informações mais detalhadas e específicas

sobre programas como o PNEF pode ajudar a fechar esta lacuna, proporcionando uma formação mais completa e precisa para os futuros profissionais.

Gráfico 21 - Principal objetivo da educação fiscal:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

O Gráfico 21 revela as percepções dos estudantes sobre o principal objetivo da educação fiscal. Os resultados são os seguintes:

1. Conscientização sobre Tributos:

- **98,9% dos respondentes afirmaram que o principal objetivo da educação fiscal é conscientizar os cidadãos sobre a importância dos tributos e sua correta aplicação.** Esta esmagadora maioria indica que quase todos os estudantes entendem a educação fiscal como uma ferramenta para promover a cidadania fiscal, a transparência e a responsabilidade no uso dos recursos públicos.

2. Evitar Pagamento de Impostos:

- **1,1% dos respondentes acreditam que o principal objetivo da educação fiscal é ensinar as pessoas a evitarem o pagamento de impostos.** Este pequeno percentual demonstra uma compreensão errônea e potencialmente prejudicial da educação fiscal.

A esmagadora maioria dos estudantes entende corretamente que a educação fiscal visa conscientizar sobre a importância dos tributos. Isso reflete a eficácia das iniciativas educacionais em comunicar o propósito da educação fiscal.

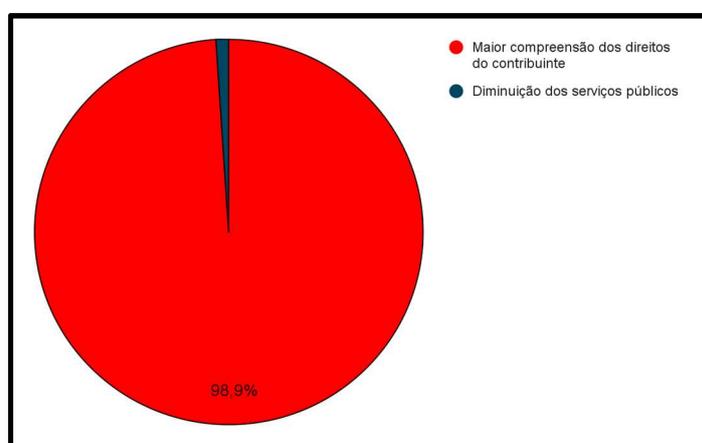
Embora a maioria compreenda corretamente o objetivo da educação fiscal, a presença de um pequeno grupo que acredita que o objetivo é evitar o pagamento de impostos sugere a necessidade de reforçar os princípios éticos e legais da educação

fiscal para evitar interpretações errôneas.

A percepção de que a educação fiscal é um conjunto de ações para conscientizar a sociedade sobre a importância dos tributos (94,6%) é consistente com a opinião de que seu principal objetivo é conscientizar sobre a importância dos tributos e sua correta aplicação (98,9%).

A compreensão clara e majoritária do conceito de educação fiscal e seu objetivo principal está em linha com o conhecimento prévio dos estudantes sobre o tema, embora o conhecimento específico sobre o PNEF ainda seja limitado.

Gráfico 22 - Benefícios da educação fiscal para a sociedade:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

O Gráfico 22 revela as percepções dos estudantes sobre os benefícios da educação fiscal para a sociedade. Os resultados são os seguintes:

1. Maior Compreensão dos Direitos do Contribuinte:

- **98,9% dos respondentes afirmaram que o principal benefício da educação fiscal é a maior compreensão dos direitos do contribuinte.** Este consenso quase unânime indica que os estudantes reconhecem a importância da educação fiscal em informar e capacitar os cidadãos sobre seus direitos e deveres fiscais, promovendo uma relação mais transparente e justa com o sistema tributário.

2. Diminuição dos Serviços Públicos:

- **1,1% dos respondentes acreditam que o benefício da educação fiscal é a diminuição dos serviços públicos.** Esta minoria reflete uma compreensão equivocada e inversa do papel da educação fiscal, que na verdade visa fortalecer os serviços públicos através de uma arrecadação tributária mais eficaz e consciente.

A grande maioria dos estudantes entende corretamente que a educação fiscal é fundamental para aumentar a compreensão dos direitos do contribuinte. Isso reflete a eficácia das iniciativas educacionais em promover a cidadania fiscal e a transparência.

A presença de uma pequena parcela que vê a educação fiscal como levando à diminuição dos serviços públicos sugere a necessidade de reforçar o entendimento sobre a relação positiva entre uma cidadania fiscal informada e a qualidade dos serviços públicos.

A percepção de que o principal objetivo da educação fiscal é conscientizar os cidadãos sobre a importância dos tributos (98,9%) é consistente com a opinião de que o benefício da educação fiscal é a maior compreensão dos direitos do contribuinte (98,9%). Isso demonstra uma visão coesa e correta sobre o propósito e os benefícios da educação fiscal.

A alta familiaridade com o conceito de educação fiscal e a clara compreensão de seus objetivos e benefícios refletem uma base sólida de conhecimento entre os estudantes, embora ainda haja espaço para corrigir mal-entendidos específicos.

Ao serem questionados sobre quais os principais responsáveis pela promoção da educação fiscal, 100% dos respondentes afirmaram que os principais responsáveis pela promoção da educação fiscal são o governo, as escolas, a sociedade civil e os órgãos de fiscalização. Esta unanimidade mostra um consenso claro entre os estudantes sobre a natureza coletiva e colaborativa da responsabilidade na educação fiscal. Além disso, 100% dos respondentes consideram que a nota fiscal permite acompanhar a arrecadação de tributos e a legalidade das transações comerciais. Novamente, esta unanimidade indica uma compreensão sólida e correta do papel das notas fiscais na promoção da transparência e responsabilidade fiscal.

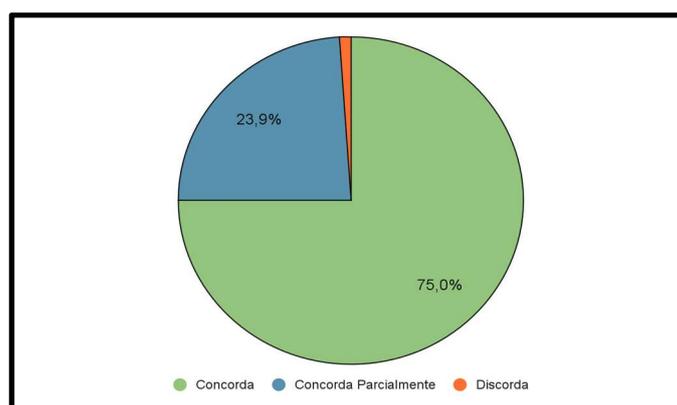
A unanimidade na identificação dos principais responsáveis pela promoção da educação fiscal sugere que os estudantes reconhecem a importância de uma abordagem integrada e multidisciplinar, envolvendo governo, instituições educacionais, sociedade civil e órgãos de fiscalização. Este entendimento é fundamental para a implementação eficaz de programas de educação fiscal.

A compreensão unânime da importância da nota fiscal reflete uma educação eficaz sobre os mecanismos de transparência fiscal e a legalidade das transações comerciais. Isso demonstra que os estudantes estão bem informados sobre as ferramentas práticas de cidadania fiscal.

A alta compreensão e consenso sobre a importância da educação fiscal e seus objetivos, como mostrado nos gráficos anteriores (Gráficos 18, 19, 20 e 21), são consistentes com a unanimidade observada aqui. Isso demonstra uma base sólida e bem fundamentada de conhecimento entre os estudantes.

A abordagem integrada, envolvendo diversos atores sociais e institucionais, é reconhecida como essencial para a promoção da educação fiscal. Além disso, a nota fiscal é amplamente compreendida como uma ferramenta crucial para a transparência e legalidade das transações comerciais. Estas percepções são valiosas para o desenvolvimento contínuo de programas educativos e campanhas de conscientização que fortaleçam a cidadania fiscal e a transparência.

Gráfico 23 - Sobre a afirmação a seguir, posicione-se: “A educação fiscal pode ajudar a reduzir a evasão fiscal e a sonegação de impostos”:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

A maioria significativa dos respondentes (75%) concorda plenamente que a educação fiscal pode ajudar a reduzir a evasão fiscal e a sonegação de impostos. Isso indica uma crença sólida na eficácia da educação fiscal como uma ferramenta para promover o cumprimento voluntário das obrigações tributárias e aumentar a responsabilidade fiscal entre os cidadãos.

Uma proporção considerável (23,9%) concorda parcialmente com a afirmação. Isso pode indicar que, embora esses respondentes vejam valor na educação fiscal, eles podem acreditar que existem outros fatores importantes que também influenciam a evasão fiscal e a sonegação de impostos, como a eficácia da fiscalização e a estrutura do sistema tributário.

Apenas 1,1% dos respondentes discordam da afirmação. Este grupo

minoritário pode ter uma visão cética sobre o impacto direto da educação fiscal na redução da evasão fiscal, possivelmente acreditando que outros métodos, como a fiscalização rigorosa, são mais eficazes.

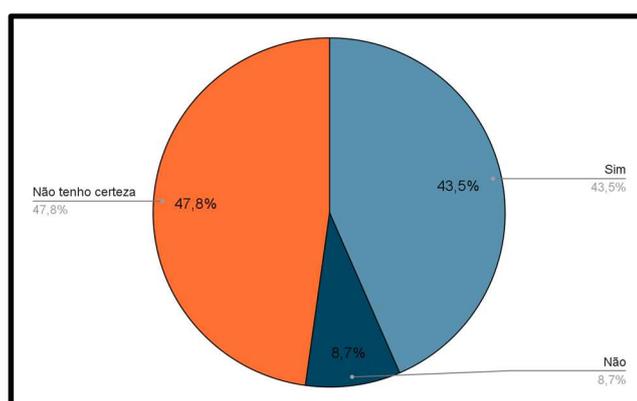
A alta concordância com a eficácia da educação fiscal na redução da evasão fiscal é consistente com a percepção majoritária de que o principal objetivo da educação fiscal é conscientizar os cidadãos sobre a importância dos tributos (98,9%).

A percepção positiva sobre a educação fiscal, vista nos gráficos anteriores (Gráficos 18 a 20), é reforçada aqui, indicando um entendimento coeso sobre os benefícios da educação fiscal.

Os dados do Gráfico 23 indicam uma forte crença entre os estudantes de Ciências Contábeis de que a educação fiscal pode ajudar a reduzir a evasão fiscal e a sonegação de impostos, com 75% concordando plenamente e 23,9% concordando parcialmente com essa afirmação.

Este apoio significativo sugere que a educação fiscal é vista como uma ferramenta importante para promover a responsabilidade fiscal e o cumprimento das obrigações tributárias.

Gráfico 24 - Sua instituição de ensino superior oferece disciplinas, cursos ou projetos específicos sobre educação fiscal no currículo do curso de Ciências Contábeis:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

Quase metade dos respondentes (47,8%) não têm certeza se suas instituições de ensino oferecem disciplinas, cursos ou projetos específicos sobre educação fiscal. Esta alta incerteza pode indicar uma falta de comunicação clara ou visibilidade sobre os recursos disponíveis nas instituições de ensino.

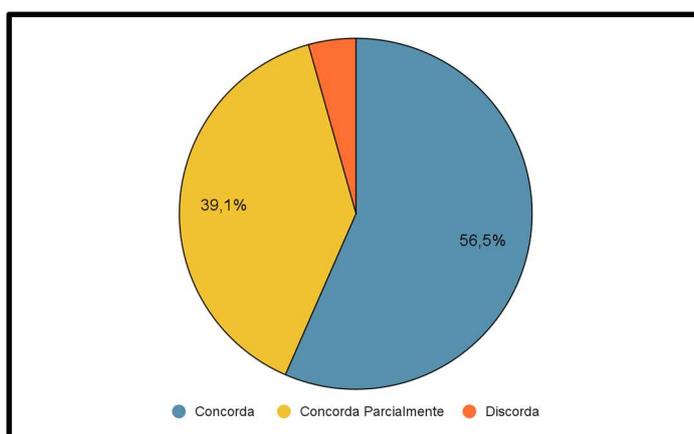
Uma parte considerável dos respondentes (43,5%) afirma que suas instituições oferecem programas específicos sobre educação fiscal. Isso sugere que há um esforço significativo por parte de algumas instituições para incluir a educação fiscal no currículo.

Uma minoria (8,7%) acredita que suas instituições não oferecem disciplinas, cursos ou projetos específicos sobre educação fiscal. Esta percepção pode ser real ou devido à falta de informações claras sobre as ofertas existentes.

Os dados anteriores mostraram uma compreensão ampla e positiva sobre a educação fiscal e seus benefícios. A incerteza sobre a oferta de educação fiscal nas instituições de ensino, conforme mostrado no Gráfico 24, contrasta com a percepção positiva e o reconhecimento da importância da educação fiscal, indicando uma possível lacuna entre a valorização do conceito e a comunicação ou implementação prática nas instituições.

As instituições de ensino devem melhorar a comunicação sobre as disciplinas, cursos e projetos de educação fiscal disponíveis. Isso pode ser feito através de campanhas informativas, atualizações nos websites institucionais e eventos de orientação para estudantes.

Gráfico 25 - Sobre a afirmação a seguir, posicione-se: “É possível educar uma pessoa para o exercício da cidadania falando sobre a função socioeconômica do tributo e de controle social”:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

De acordo com o Gráfico 25, a maioria dos respondentes (56,5%) acredita que é possível educar uma pessoa para o exercício da cidadania discutindo a função

socioeconômica dos tributos e o controle social. Este apoio sugere que os participantes reconhecem a importância de compreender o papel dos tributos e o controle social como parte da formação cidadã, o que pode contribuir para uma maior consciência e responsabilidade fiscal.

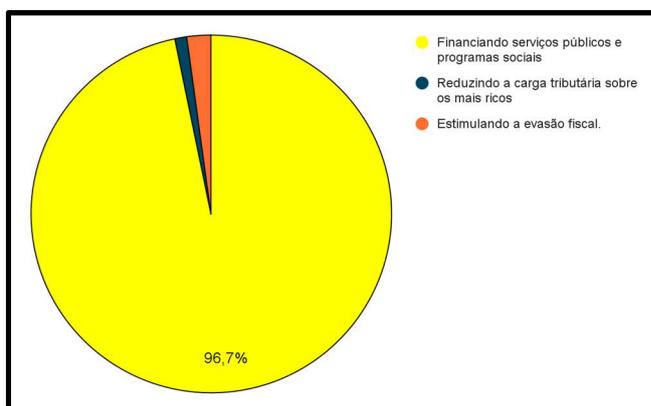
Uma parcela significativa (39,1%) concorda parcialmente com a afirmação. Isso pode refletir uma visão de que, embora a discussão sobre a função socioeconômica dos tributos e o controle social seja importante, pode não ser suficiente por si só para educar plenamente uma pessoa para o exercício da cidadania. Esses respondentes podem considerar que outros fatores ou métodos educacionais também são necessários.

Apenas 4,4% dos respondentes discordam da afirmação. Esta pequena proporção pode indicar uma perspectiva de que a educação sobre tributos e controle social não é suficiente para a formação cidadã completa, possivelmente devido à crença de que a cidadania envolve uma gama mais ampla de conhecimentos e habilidades.

A percepção positiva sobre a educação fiscal e seu impacto, como mostrado nos gráficos anteriores, é consistente com a visão de que discutir a função socioeconômica dos tributos pode ser uma forma eficaz de educar para a cidadania.

A concordância majoritária reforça a ideia de que a educação fiscal é um componente importante da formação cidadã. A incerteza sobre a oferta de educação fiscal nas instituições pode estar relacionada à percepção de que a educação sobre tributos e controle social é uma parte importante, mas talvez não esteja sendo suficientemente abordada nas instituições de ensino.

Gráfico 26 - Como os tributos podem contribuir para a função social:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

A grande maioria dos respondentes (96,7%) acredita que os tributos desempenham um papel crucial no financiamento de serviços públicos e programas sociais. Esta visão reflete um entendimento robusto da função social dos tributos, que é essencial para garantir o financiamento de áreas fundamentais como saúde, educação, infraestrutura e seguridade social. O consenso expressivo sobre este ponto indica que os participantes reconhecem a importância dos tributos como um instrumento vital para promover o bem-estar social e a equidade.

Apenas 2,2% dos respondentes acreditam que os tributos contribuem para estimular a evasão fiscal. Esta visão minoritária sugere que a maioria não vê os tributos como um fator que incentivaria a sonegação, mas sim como uma ferramenta de financiamento social. Este ponto de vista pode refletir a percepção de que a educação fiscal e a fiscalização são mecanismos importantes para mitigar a evasão e garantir o cumprimento das obrigações tributárias.

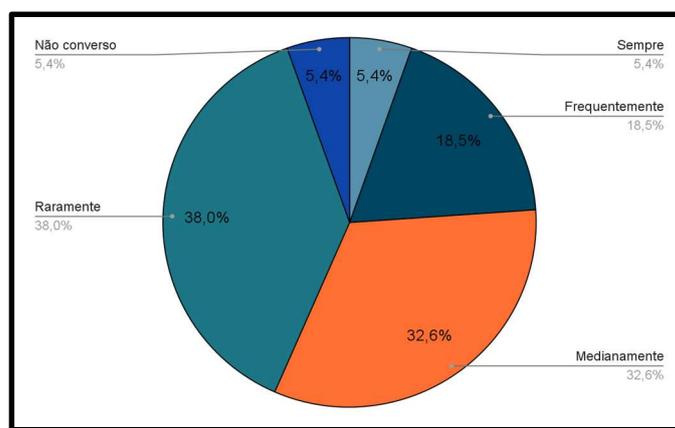
Apenas 1,1% acreditam que os tributos contribuem para reduzir a carga tributária sobre os mais ricos. Este percentual extremamente baixo sugere que os participantes não veem os tributos como um meio de aliviar a carga sobre os ricos, o que pode indicar uma percepção de que o sistema tributário atual não está suficientemente alinhado com a justiça fiscal e a progressividade.

A visão predominante de que os tributos contribuem para o financiamento de serviços públicos e programas sociais está alinhada com as percepções anteriores de que a educação fiscal é importante para conscientizar sobre a função dos tributos e promover uma cidadania responsável. A forte concordância com a função social dos tributos reforça a importância de continuar a educação sobre como os tributos

beneficiam a sociedade como um todo.

A análise do Gráfico 26 indica que os respondentes têm um entendimento claro e positivo sobre a função dos tributos, diferentemente de algumas visões minoritárias sobre aspectos negativos, como a evasão fiscal e a redução de carga tributária para os mais ricos.

Gráfico 27 - Frequência que costuma conversar sobre tributo com seus amigos:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

Quando questionados sobre a frequência que costuma conversar sobre tributos com os amigos, a maior parte dos respondentes (38%) raramente conversa sobre tributos com seus amigos. Isso sugere que, para a maioria dos participantes, os tópicos relacionados a tributos não são frequentemente abordados nas interações sociais diárias. Pode indicar uma falta de interesse ou a percepção de que esses temas são complexos ou pouco relevantes para discussões informais.

Um número considerável (32,6%) dos respondentes conversa medianamente sobre tributos. Isso pode refletir um nível moderado de engajamento com o tema, onde as discussões sobre tributos ocorrem ocasionalmente, mas não são um assunto central nas conversas.

Uma parcela menor (18,5%) dos respondentes conversa frequentemente sobre tributos. Embora não seja a maioria, essa porcentagem indica que há um grupo significativo que considera o tema relevante o suficiente para abordá-lo com certa regularidade.

Apenas 5,4% dos respondentes sempre conversam sobre tributos com seus

amigos. Esse número baixo sugere que, mesmo entre aqueles que frequentemente discutem o assunto, a discussão contínua sobre tributos não é comum.

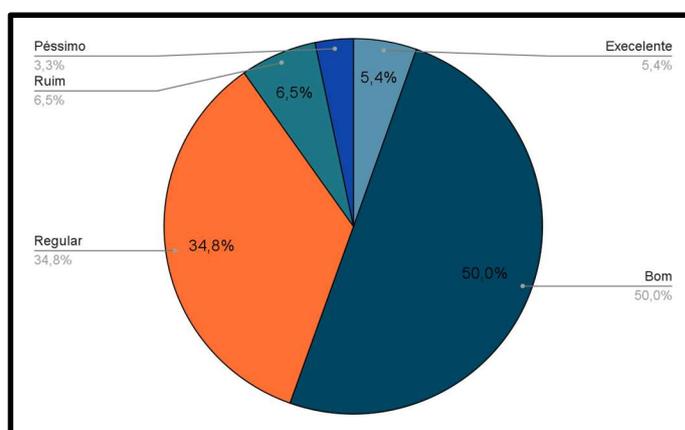
Outra pequena fração (5,4%) dos respondentes não conversa sobre tributos de forma alguma. Isso pode refletir uma completa falta de interesse ou familiaridade com o tema.

A análise indica que, em geral, os temas tributários não são frequentemente discutidos em círculos sociais informais, com uma predominância de conversas raras ou medianas. Isso pode ser um indicativo de que a educação e a conscientização sobre tributos ainda precisam ser mais integradas nas interações diárias e na formação cidadã.

A baixa frequência de discussões sobre tributos pode apontar para uma necessidade de maior educação fiscal que incentive conversas mais regulares sobre o tema. Melhorar a percepção e o entendimento sobre a importância dos tributos pode contribuir para um engajamento mais ativo e frequente nas discussões sobre o assunto.

Os dados do Gráfico 27, mostram que as conversas sobre tributos entre amigos ocorrem predominantemente de forma rara ou mediana, com uma pequena parte dos respondentes discutindo o tema com frequência ou constantemente. A baixa frequência de discussões sobre tributos sugere a necessidade de aumentar a educação fiscal e fomentar discussões mais regulares sobre o tema, com o objetivo de promover uma maior conscientização e engajamento cívico.

Gráfico 28 - ATUALMENTE como você avalia o seu nível de sensibilização sobre a função socioeconômica do tributo:



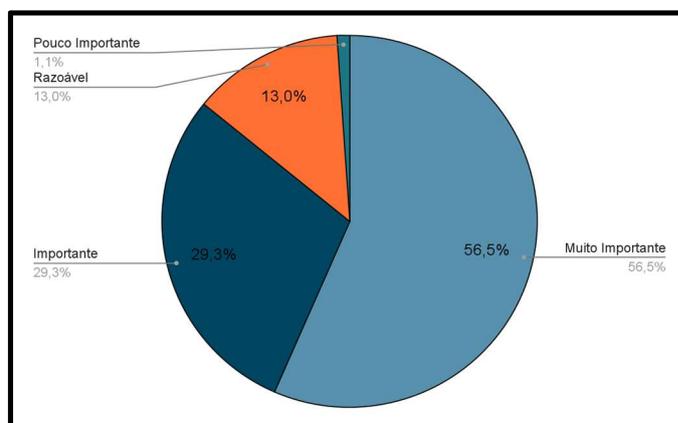
Fonte: Pesquisa realizada (2023).

Quando os respondentes questionados sobre como avaliam atualmente cursando a graduação em Ciências Contábeis o seu nível de sensibilização sobre a função socioeconômica do tributo, os participantes responderam:

- **Bom (50%):** A maioria dos respondentes acredita que tem uma boa sensibilização sobre a função socioeconômica do tributo. Isso indica que a graduação em Ciências Contábeis está conseguindo proporcionar um entendimento adequado sobre a importância dos tributos na sociedade.
- **Regular (34,8%):** Uma parte significativa dos participantes considera sua sensibilização como regular. Isso sugere que há espaço para melhorias no ensino sobre o impacto dos tributos, ou que a compreensão pode não ser tão profunda quanto o ideal.
- **Ruim (5,5%):** Um pequeno percentual dos respondentes acredita que sua sensibilização é ruim. Isso pode indicar problemas individuais na absorção do conteúdo ou lacunas no ensino que precisam ser abordadas.
- **Excelente (5,4%):** Um número reduzido considera sua sensibilização excelente. Isso mostra que, embora algumas pessoas tenham uma compreensão muito boa, há oportunidades para elevar o nível de compreensão geral.
- **Péssimo (3,3%):** Apenas uma pequena fração dos respondentes considera sua sensibilização péssima. Isso sugere que, para esses indivíduos, a formação está longe de atingir seus objetivos em relação à compreensão da função socioeconômica dos tributos.

A maioria dos alunos se sente bem informada sobre a função dos tributos, mas há uma porcentagem considerável que acha que a sensibilização é apenas regular ou ruim. É importante focar em melhorar a compreensão dos alunos que estão na faixa regular e ruim, além de tentar elevar o nível de conscientização para que mais alunos alcancem uma percepção excelente.

Gráfico 29 - Os estudos no curso de Ciências Contábeis, de alguma forma, foram importantes para ampliar seus conhecimentos sobre tributos no Brasil:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

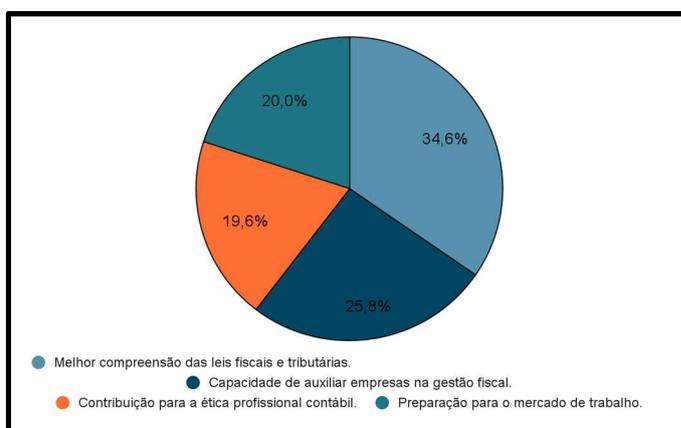
Ao serem questionados se os estudos no curso de Ciências Contábeis de alguma forma foram importantes para ampliar seus conhecimentos sobre tributos no Brasil, os respondentes disseram que:

- **Muito Importante (56,5%):** A maioria significativa dos respondentes considera que os estudos no curso de Ciências Contábeis foram muito importantes para ampliar seus conhecimentos sobre tributos no Brasil. Isso sugere que o curso tem um impacto positivo e significativo na formação dos alunos nessa área.
- **Importante (29,3%):** Uma parcela considerável dos participantes vê os estudos como importantes. Isso indica que, além dos que acham muito importante, uma boa parte dos alunos reconhece a relevância do curso na ampliação de seus conhecimentos sobre tributos, mas talvez não perceba a mesma profundidade ou impacto que os anteriores.
- **Razoavelmente Importante (13,1%):** Este grupo considera os estudos razoavelmente importantes, o que pode sugerir uma percepção positiva, mas não tão destacada quanto os outros grupos. Pode haver uma percepção de que o curso é útil, mas talvez não tão essencial quanto poderia ser.
- **Pouco Importante (1,1%):** Apenas uma pequena fração dos respondentes vê os estudos como pouco importantes. Isso é um sinal de que a maioria considera os estudos bastante relevantes, com apenas um pequeno grupo achando que não houve um impacto significativo na ampliação de seus conhecimentos sobre tributos.

A grande maioria dos alunos vê os estudos em Ciências Contábeis como

importantes ou muito importantes para entender tributos no Brasil, o que é um sinal positivo sobre a eficácia do curso. No entanto, ainda há uma pequena porcentagem que considera a importância apenas razoável ou pouco relevante. Isso sugere que há uma base sólida de valorização do curso, mas também indica oportunidades para melhorar ainda mais a percepção e o impacto do ensino sobre tributos.

Gráfico 30 - Qual é a importância da educação fiscal para os estudantes de Ciências Contábeis:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

Ao serem questionados quanto a sua opinião em relação a importância da educação fiscal para os estudantes de Ciências Contábeis os respondentes disseram que:

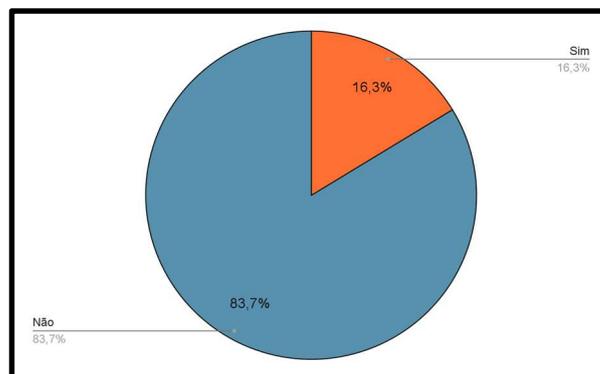
- **Compreensão das Leis Fiscais e Tributárias (34,6%):** A maioria dos respondentes acredita que a educação fiscal melhora a compreensão das leis fiscais e tributárias. Isso sugere que, para a maioria dos alunos, a capacidade de entender a complexidade das leis fiscais é vista como um dos principais benefícios da educação fiscal.
- **Auxílio às Empresas na Gestão Fiscal (25,8%):** Um número considerável acredita que a educação fiscal é fundamental para auxiliar empresas na gestão fiscal. Isso indica que a educação fiscal é vista como uma ferramenta importante para a aplicação prática dos conhecimentos em ambientes corporativos.
- **Preparação para o Mercado de Trabalho (20%):** Um número significativo de respondentes vê a educação fiscal como um preparo para o mercado de trabalho. Isso mostra que a educação fiscal é considerada relevante para a

formação profissional e para a capacidade de competir no mercado de trabalho.

- **Contribuição para a Ética Profissional Contábil (19,6%):** Quase um quinto dos participantes acredita que a educação fiscal contribui para a ética profissional na contabilidade. Isso sugere que a educação fiscal é também vista como uma base para práticas éticas no campo contábil.

A maioria dos respondentes valoriza a educação fiscal por sua capacidade de melhorar a compreensão das leis fiscais e tributárias, seguida pela habilidade de auxiliar na gestão fiscal das empresas. A preparação para o mercado de trabalho e a contribuição para a ética profissional também são vistas como importantes, embora em menor grau. Isso demonstra que a educação fiscal é reconhecida como crucial para vários aspectos da formação dos estudantes de Ciências Contábeis, desde o conhecimento teórico e prático até a ética profissional.

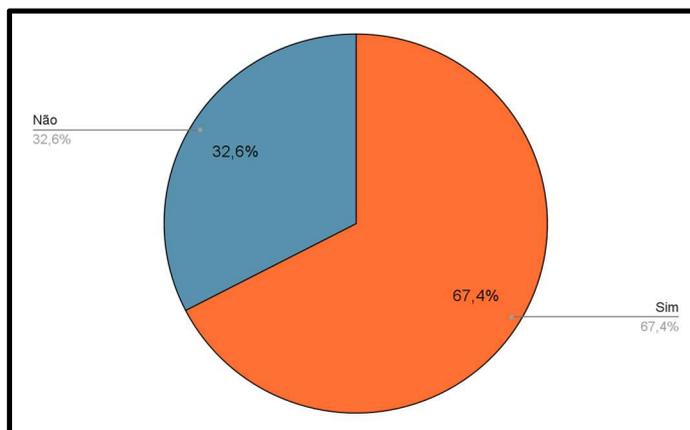
Gráfico 31 - Antes de iniciar a graduação em Ciências Contábeis você já teve curiosidade de acessar o portal de transparência do seu município para verificar as contas do gestor público:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

De acordo o Gráfico 31, quando perguntado se antes da graduação em Ciências Contábeis os respondentes tiveram curiosidade em acessar o portal de transparência do seu município para verificar as contas do gestor público 83,7% dos respondentes afirmaram que não tiveram curiosidade enquanto 16,3% tiveram curiosidade em acessar.

Gráfico 32 - Durante a graduação em Ciências Contábeis você teve a curiosidade de acessar o portal de transparência do seu município para verificar as contas do gestor público:



Fonte: Pesquisa realizada (2023).

De acordo com o Gráfico 32, quando perguntado se durante a graduação em Ciências Contábeis os respondentes tiveram curiosidade em acessar o portal de transparência do seu município para verificar as contas do gestor público, 67,4% dos respondentes afirmaram que tiveram curiosidade em acessar enquanto 32,6% não tiveram curiosidade.

Analisando e comparando os gráficos 31 e 32, que tratam da curiosidade dos respondentes em acessar o portal de transparência do seu município para verificar as contas do gestor público antes e durante a graduação em Ciências Contábeis:

Gráfico 31: Antes da Graduação

- **Não tiveram curiosidade (83,7%):** A grande maioria dos respondentes não teve curiosidade em acessar o portal de transparência do município antes de iniciar a graduação.
- **Tiveram curiosidade (16,3%):** Apenas uma pequena parte dos respondentes demonstrou interesse em verificar as contas do gestor público antes da graduação.

Gráfico 32: Durante a Graduação

- **Tiveram curiosidade (67,4%):** A maioria dos respondentes teve curiosidade em acessar o portal de transparência do município durante a graduação.
- **Não tiveram curiosidade (32,6%):** Uma parte menor dos respondentes não teve curiosidade em verificar as contas do gestor público durante a graduação. Há um aumento significativo na curiosidade dos estudantes em acessar o portal

de transparência do município durante a graduação em comparação com o período antes da graduação. Antes da graduação, apenas 16,3% dos respondentes tinham curiosidade, enquanto durante a graduação esse número aumentou para 67,4%.

Esse aumento na curiosidade sugere que a educação em Ciências Contábeis tem um impacto positivo na conscientização dos estudantes sobre a importância da transparência e do controle social das contas públicas. A formação parece despertar nos alunos um maior interesse em monitorar a gestão pública.

Antes da graduação, 83,7% dos respondentes não tinham curiosidade em acessar o portal de transparência. Esse número cai para 32,6% durante a graduação, indicando uma redução na indiferença e possivelmente um aumento na percepção de responsabilidade cívica entre os estudantes de Ciências Contábeis.

A curiosidade em acessar o portal de transparência pode estar relacionada à formação profissional que enfatiza a importância da transparência fiscal, ética e controle das contas públicas, áreas fundamentais para futuros contadores.

A análise comparativa dos gráficos 31 e 32 mostra que a graduação em Ciências Contábeis tem um efeito significativo em aumentar a curiosidade dos estudantes sobre a transparência das contas públicas. A educação nessa área parece promover uma maior conscientização e interesse em temas de gestão pública e transparência, elementos essenciais para a formação de contadores conscientes e responsáveis.

4.5 OPINIÃO DOS RESPONDENTES SOBRE A EDUCAÇÃO FISCAL

A pesquisa realizada entre alunos de Ciências Contábeis na cidade de Vitória da Conquista buscou explorar a percepção e a importância da educação fiscal e cidadania no contexto acadêmico. Os comentários coletados fornecem uma rica base de dados para analisar as necessidades, percepções e sugestões dos estudantes em relação a esse tema crucial. A seguir, será apresentada uma discussão dos principais pontos levantados pelos participantes da pesquisa.

- **Importância da Educação Fiscal:** Os comentários indicam unanimidade quanto à relevância da educação fiscal para a formação dos profissionais de contabilidade. A compreensão dos tributos, sua aplicação e a gestão dos recursos públicos são aspectos essenciais destacados pelos alunos. Um participante mencionou que "a educação fiscal é de suma importância para que

os profissionais contábeis saibam entender, gerir e aconselhar as empresas e futuros clientes na tomada de decisões".

- **Proposta de Inclusão de Disciplinas:** Um dos pontos mais recorrentes foi a sugestão de inclusão de disciplinas específicas sobre educação fiscal na grade curricular. Muitos alunos consideram que as disciplinas existentes são insuficientes e tratam o tema de forma superficial. Comentários como "apenas mais matérias relacionadas ao assunto, pois, existe apenas 1 matéria sendo muito superficial para adquirir o conhecimento necessário" e "a grade curricular do curso deveria proporcionar uma maior preparação sob essa área de estudo" refletem essa insatisfação e a necessidade de uma abordagem mais aprofundada.
 - **Necessidade de Atualização e Projetos de Extensão:** Os alunos também destacaram a necessidade de atualização dos métodos de ensino e a inclusão de projetos de extensão que abordem a educação fiscal. A criação de grupos de estudo e projetos como o GPEF (Grupo de Pesquisa em Educação Fiscal) foram citados positivamente, indicando que esses esforços devem ser ampliados. "Mais projetos de extensão sobre educação fiscal durante todo o curso" foi uma sugestão reiterada.
 - **Educação Fiscal desde o Ensino Fundamental:** Alguns participantes defenderam que a educação fiscal deve começar desde o ensino fundamental e médio, preparando os cidadãos desde cedo para entender e valorizar a importância dos tributos. Comentários como "antes de pensar em educação fiscal em uma instituição de nível superior, é fundamental comentar isso no ensino fundamental e médio" reforçam essa visão.
 - **Impacto da Reforma Tributária:** A possível reforma tributária também foi mencionada, ressaltando a necessidade de uma educação fiscal robusta para que futuros profissionais estejam preparados para lidar com novas formas de arrecadação e aplicação dos tributos. A importância de entender as mudanças e adaptá-las às práticas contábeis foi destacada.
 - **Incentivos e Bolsas de Estudo:** Uma sugestão interessante foi a criação de bolsas de estudo para estimular os alunos a se aprofundarem no tema da educação fiscal. A inclusão de incentivos financeiros poderia aumentar o interesse e a dedicação dos estudantes a essa área essencial.
- A pesquisa revelou uma forte demanda por uma educação fiscal mais

aprofundada e estruturada entre os alunos de Ciências Contábeis de Vitória da Conquista. A inclusão de disciplinas específicas, a atualização dos métodos de ensino, a implementação de projetos de extensão e a introdução da educação fiscal desde o ensino fundamental são algumas das principais sugestões dos participantes.

A conscientização sobre a importância dos tributos e sua correta aplicação é fundamental não apenas para a formação de profissionais competentes, mas também para o exercício pleno da cidadania.

A valorização da educação fiscal e a implementação das sugestões dos alunos podem contribuir significativamente para a formação de profissionais mais preparados e conscientes de seu papel na sociedade.

Diante disso, conclui-se que o capítulo apresentou uma análise detalhada sobre a percepção e a sensibilização dos estudantes de Ciências Contábeis em relação à função socioeconômica dos tributos, a importância da educação fiscal e a curiosidade em acessar informações de transparência pública. Além disso, explora as ações de cidadania valorizadas pelos estudantes.

Os dados revelam que a maioria dos estudantes de Ciências Contábeis considera a sua sensibilização sobre a função socioeconômica dos tributos como boa (50%) ou regular (34,8%). Isso indica que, embora a educação forneça uma base sólida, há espaço para melhorias, especialmente para aqueles que consideram sua sensibilização apenas regular ou ruim. Um pequeno percentual que vê sua sensibilização como excelente (5,4%) sugere que alguns alunos alcançam uma compreensão profunda, mas há oportunidades para elevar o nível de compreensão geral.

Os respondentes destacaram a educação fiscal como muito importante (56,5%) ou importante (29,3%) para ampliar seus conhecimentos sobre tributos no Brasil. Isso reflete um reconhecimento significativo da relevância da educação fiscal na formação acadêmica e profissional. Um menor percentual que considera a educação fiscal razoavelmente importante (13,1%) ou pouco importante (1,1%) aponta para a necessidade de reforçar ainda mais a importância desses estudos.

Há uma mudança notável na curiosidade dos estudantes em acessar o portal de transparência do município ao longo da graduação. Antes da graduação, 83,7% dos respondentes não tinham curiosidade, enquanto durante a graduação, 67,4% demonstraram interesse em acessar essas informações. Esse aumento significativo sugere que a formação em Ciências Contábeis tem um impacto positivo na

conscientização dos estudantes sobre a importância da transparência e do controle social das contas públicas.

Os dados sobre as ações de cidadania consideradas pelos estudantes mostram uma valorização significativa de aspectos como escolher seus governantes (13,9%), ter liberdade de expressão e opinião (13,5%), ser tratado de forma igual perante a lei e fiscalizar o uso dos recursos públicos (13,2%). Estas ações refletem uma forte consciência cívica e um entendimento abrangente dos direitos e deveres dos cidadãos. Em contraste, ações como preocupar-se exclusivamente com problemas pessoais e não participar de eventos cívicos são vistas de forma negativa, destacando a valorização do envolvimento comunitário e social.

O capítulo evidencia que a formação em Ciências Contábeis proporciona uma base sólida para a compreensão da função socioeconômica dos tributos e da importância da educação fiscal. A mudança na curiosidade em relação à transparência pública ao longo da graduação demonstra o impacto positivo do curso na conscientização cívica dos estudantes. Além disso, os dados sobre as ações de cidadania revelam uma visão equilibrada e abrangente dos direitos e deveres civis, com uma valorização significativa da participação ativa na sociedade e no controle das contas públicas. No entanto, também aponta para áreas onde a formação pode ser aprimorada para aumentar ainda mais a compreensão e a sensibilização dos estudantes sobre esses temas cruciais.

4.6 ANÁLISE DOS RESULTADOS PROPOSTOS NOS OBJETIVOS

Para determinar se os resultados da pesquisa atendem aos objetivos propostos, vamos analisar cada objetivo em relação aos dados e conclusões apresentados.

1. Identificar o Nível de Conhecimento sobre Educação Fiscal e o Exercício da Cidadania

Os resultados mostraram:

- **Sensibilização sobre a Função Socioeconômica dos Tributos:** A maioria dos estudantes considera sua sensibilização como boa (50%) ou regular (34,8%), com apenas 5,4% considerando excelente e 5,5% ruim.
- **Importância da Educação Fiscal:** 56,5% dos respondentes consideram a educação fiscal muito importante, 29,3% importante e 13,1% razoavelmente

importante, com apenas 1,1% considerando pouco importante.

Esses dados indicam que a pesquisa conseguiu identificar o nível de conhecimento e a percepção dos estudantes sobre a Educação Fiscal e o exercício da cidadania, atendendo a este objetivo.

2. Analisar o Impacto da Formação em Ciências Contábeis no Entendimento e Disseminação de Conceitos Relacionados à Educação Fiscal e o Exercício da Cidadania

Os resultados relevantes incluem:

- **Curiosidade sobre a Transparência Pública:** Antes da graduação, 83,7% dos respondentes não tinham curiosidade em acessar o portal de transparência. Durante a graduação, 67,4% tiveram curiosidade.
- **Ações de Cidadania:** Os respondentes valorizam a escolha dos governantes, a liberdade de expressão, a igualdade perante a lei, e a fiscalização dos recursos públicos como ações de cidadania importantes.

O aumento significativo na curiosidade sobre a transparência pública e a valorização das ações de cidadania mostram que a formação em Ciências Contábeis tem um impacto positivo no entendimento e disseminação desses conceitos. Portanto, este objetivo também foi atendido.

3. Investigar a Percepção dos Graduandos sobre a Importância da Educação Fiscal para a Cidadania e o Desenvolvimento Local

Os dados indicam:

- **Percepção da Importância da Educação Fiscal:** A maioria dos respondentes considera a educação fiscal muito importante ou importante para ampliar seus conhecimentos sobre tributos.
- **Ações de Cidadania:** A educação fiscal é vista como crucial para melhorar a compreensão das leis fiscais e tributárias, auxiliar na gestão fiscal das empresas, preparar para o mercado de trabalho, e contribuir para a ética profissional contábil.

Os resultados mostram que os graduandos percebem a educação fiscal como fundamental para a cidadania e o desenvolvimento local, atendendo a este objetivo.

Os resultados da pesquisa respondem aos objetivos propostos pelo trabalho. A pesquisa identificou o nível de conhecimento sobre Educação Fiscal e o exercício da cidadania entre os estudantes de Ciências Contábeis, analisou o impacto da formação acadêmica no entendimento e disseminação de conceitos relacionados à

Educação Fiscal e cidadania, e investigou a percepção dos graduandos sobre a importância da Educação Fiscal para a cidadania e o desenvolvimento local. A análise dos dados mostrou uma conscientização crescente e valorização desses aspectos, evidenciando o papel significativo da formação em Ciências Contábeis na promoção de uma cidadania ativa e informada.

Os dados indicam que a graduação em Ciências Contábeis:

- **Aumenta a Sensibilização:** A maioria dos estudantes sente que sua compreensão sobre a função socioeconômica dos tributos é boa ou regular.
- **Valoriza a Educação Fiscal:** A maioria dos respondentes vê a educação fiscal como fundamental para ampliar seus conhecimentos sobre tributos.
- **Estimula a Curiosidade sobre Transparência Pública:** Há um aumento significativo na curiosidade em acessar informações públicas durante a graduação.
- **Promove a Conscientização Cívica:** Os estudantes valorizam ações de cidadania importantes, como escolher governantes, liberdade de expressão e fiscalização do uso dos recursos públicos.

Diante desses resultados, a hipótese levantada é **confirmada**. A pesquisa mostrou que a graduação em Ciências Contábeis efetivamente promove uma maior conscientização dos estudantes sobre a Educação Fiscal e o exercício da cidadania.

Os alunos demonstram uma melhor compreensão do papel social dos tributos e sua importância para a sociedade, evidenciando o impacto positivo da formação acadêmica na promoção da cidadania ativa e informada.

5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa investigou a influência da graduação em Ciências Contábeis no desenvolvimento de conhecimentos sobre Educação Fiscal e Cidadania entre estudantes do município de Vitória da Conquista – BA. A análise dos dados coletados, por meio de questionários aplicados a estudantes de duas instituições de ensino superior, revelou uma série de percepções relevantes que contribuem para o entendimento da relação entre a formação acadêmica e a conscientização sobre estes temas cruciais.

Constatou-se que a maioria dos estudantes reconhece a importância da Educação Fiscal para a sua formação profissional e para o exercício da cidadania. A graduação em Ciências Contábeis, por proporcionar um contato direto com conceitos como tributação, gestão pública e responsabilidade social, demonstra ter um impacto positivo na sensibilização dos estudantes para a função socioeconômica do tributo e a necessidade de controle social sobre os recursos públicos.

Observou-se um aumento significativo na curiosidade dos estudantes em relação à transparência das contas públicas durante a graduação, evidenciado pelo maior interesse em acessar o portal de transparência do município. Este dado sugere que a formação acadêmica desperta nos alunos um senso crítico mais apurado e o desejo de acompanhar a gestão pública de forma mais ativa.

No entanto, a pesquisa também apontou para a necessidade de aprimorar a abordagem da Educação Fiscal no currículo do curso de Ciências Contábeis. A demanda por disciplinas específicas sobre o tema, a atualização dos métodos de ensino e a intensificação de projetos de extensão relacionados à Educação Fiscal foram sugestões recorrentes entre os estudantes.

A inclusão de disciplinas específicas sobre Educação Fiscal na grade curricular, além de aprofundar o conhecimento técnico, pode contribuir para a construção de uma visão mais crítica e reflexiva sobre o sistema tributário brasileiro, a gestão dos recursos públicos e o papel do contador como agente de transformação social. A promoção de projetos de extensão que envolvam a comunidade local pode, por sua vez, fortalecer o vínculo entre a universidade e a sociedade, além de proporcionar aos estudantes a oportunidade de aplicar seus conhecimentos em situações reais e vivenciar a cidadania na prática.

Em suma, a pesquisa confirmou a hipótese de que a graduação em Ciências Contábeis contribui para uma maior conscientização dos estudantes sobre a Educação Fiscal e o exercício da cidadania. No entanto, os resultados também sinalizam para a necessidade de fortalecer a presença da Educação Fiscal no currículo do curso, a fim de ampliar o impacto da formação acadêmica na construção de profissionais mais engajados, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e transparente.

Espera-se que esta pesquisa, ao trazer à luz as percepções dos estudantes, possa servir como um instrumento para a reflexão e o aprimoramento das práticas educacionais no campo das Ciências Contábeis. Que a Educação Fiscal, integrada de forma mais efetiva à formação acadêmica, possa contribuir para a construção de um futuro onde a responsabilidade social, a ética e a justiça fiscal sejam pilares da atuação profissional e do exercício pleno da cidadania.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Márcio William F.; WEYNE, Walda Maria M. (org). **SEFAZ: tributo à história. Fortaleza:** Secretaria da Fazenda do Ceará, 2006.
- BAHIA. Secretaria da Fazenda e Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia – PET/BA. Coleção Educação Fiscal. Módulo 2: **A Educação Fiscal**. Salvador: GEFE, 2005.
- BORGES, Erivan Ferreira. **Educação fiscal e eficiência pública:** um estudo das suas relações a partir da gestão de recursos pela administração municipal. Tese (Doutorado) – Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. UNB/UFPB/UFRN. Natal, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11144/1/Tese%20%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Fiscal%20-%20Erivan%20Ferreira%20Borges.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2023.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BUJANDA, Fernando Sainz de. **Teoria de la Educacion Tributaria**. Revista de la Facultad de Derecho, v. IX, n. 24, de la Universidad de Madrid. Madri, 1967.
- DALLARI, D. A. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- ESAF. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. **Programa Nacional de Educação Fiscal**. 2014. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/home-pnef>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- FRANÇA. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**. Paris, 1789.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ufrgs, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. **O Brasil endividado**: como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90. 3 reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Vitória da Conquista, Bahia: panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/vitoria-da-conquista.html>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Libâneo, J. C. **Educação Escolar**: Políticas, Estrutura e Organização. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Albertina Silva Santos de. **Uma Contribuição ao Marketing Social e a educação fiscal no Brasil**: Análise por Meio de Casos Múltiplos. Tese (doutorado). Departamento de Dirección de Empresas y Sociología da Universidad de Extremadura, 2008. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/Biblioteca/monografias/tese_albertina_portugues.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MANDELA, Nelson. **Discurso proferido na celebração do Laureus World Sports Awards**, 2003, Monte Carlo. Monte Carlo: Laureus World Sports Academy, 2003.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Uma Teoria do Tributo**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

MAZUCATO, Thiago. **Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico**. Penápolis-SP: Editora FUNEPE, 1ª edição 2018.

Neves, J. A. B. P.; Neves, L. A. P. **Como planejar uma Pesquisa Científica**: Sugestões para o desenvolvimento de uma pesquisa científica. SBC Horizontes, Paraná, v. 3, nº 3, dezembro de 2010. Disponível em:

<<http://horizontes.sbc.org.br/old/edicoes/v03n03/v03n03-26.pdf>>. Acesso em: 15. nov. 2022.

PERRENOUD, Philippe. **Escola e Cidadania: O papel da Escola na Formação para a Democracia**. Armed, 2005.

PIRES, Valdemir. **Orçamento Participativo: o que é, para que serve, como se faz**. Barueri, São Paulo: Manole, 2001.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, Alexssandro Campanha. **A educação para a cidadania no Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF): uma avaliação de suas propostas conceituais e de seus resultados e impactos na formação de professores no Estado da Bahia**. 2014. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SAMPAIO, Liane Ramos. **Conflitos de poder na implementação de programas de governos intersetoriais: um estudo sobre o Projeto Sua Nota é um Show de Solidariedade**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia, 2004. Disponível em: <<http://www.posugf.com.br/biblioteca/?page=15&word=Biblioteca%20Digital%20Jur%C3%ADdica%20do%20Superior%20Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20do%20Brasil&publisher=Universidade%20Federal%20da%20Bahia>>. Acesso em: 30 out. 2023.

Santana, L. P. **Educação Fiscal e Consciência Cidadã**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

SAYAD, João. **Observações sobre o Plano Real**. Revista Estudos Econômicos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 25, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, 2017.

SILVA, Imaculada Maria Vidal da. **Programa de Educação Fiscal e Escola: caminhos e descaminhos na construção da cidadania**. Dissertação (Mestrado profissional em Planejamento de Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select_action=&co_obra=155148>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, José Francisco. **A educação para a cidadania fiscal: ações do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF no ensino fundamental e médio**. Monografia (Especialização em Legislativo e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/CEFOR. Brasília, 2011. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5866/educacao_cidadania_silva.pdf?s>. Acesso em: 15 nov. 2023.

TIPKE, Klaus. **Moral tributária do Estado e dos contribuintes**. Porto Alegre: Editora Sérgio Fabris, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário

QUESTIONÁRIO EDUCAÇÃO FISCAL

Convidamos a V.Sa. a participar da pesquisa sobre o tema “Educação Fiscal nas Instituições de Ensino Superior no curso de Ciências Contábeis do Sudoeste Baiana”, que está sendo realizada por Iasmim Maria dos Santos Luz, estudante do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, orientada pelo Prof. Dr. Alexssandro Campanha Rocha. Para isso, necessito de sua valiosa contribuição preenchendo o questionário a seguir. Saliento que seu anonimato será garantido, todavia, os dados coletados serão possíveis de divulgação. Desde já agradeço pela atenção e auxílio. Desde já, agradeço a sua colaboração estando ciente de que será de grande importância para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

I- CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1. Instituição de ensino:

- a. UESB
- b. FAINOR

2. e-mail:

3. Idade:

- a. Até 19 anos
- b. de 20 a 29 anos
- c. de 30 a 39 anos
- d. de 40 anos acima

4. Semestre:

- () I semestre
- () II semestre
- () III semestre
- () IV semestre
- () V semestre

- () VI semestre
- () VII semestre
- () VIII semestre
- () IX semestre
- () X semestre
- () Irregular

5. Sexo:

- a. Masculino
- b. Feminino

6. Cor:

- a. Branco
- b. Pardo
- c. Preto
- d. Amarelo
- e. Indígena

7. Estado civil:

- a. Solteiro
- b. Casado
- c. Divorciado
- d. Viúvo

8. Renda familiar (soma da renda de todos os moradores da casa onde mora):

- a. Até 1 salário mínimo
- b. De 1 a 3 salários mínimos
- c. De 3 a 5 salários mínimos
- d. Acima de 5 salários mínimos

9. CIDADE:

10. Participa de grupo de pesquisa ou projeto de extensão:

- a. Sim
- b. Não

11. Participa de ativamente reuniões do colegiado do curso:

- a. Sim
- b. Não

12. Participa de comissão na instituição onde estuda:

- a. Sim
- b. Não

II- SOBRE CIDADANIA

13. Dos conceitos a seguir, qual deles se aplica ao conceito de cidadania?

- a. Uma atividade que ajuda no desenvolvimento de habilidades de orçamento e poupança
- b. Um conjunto de direitos do ser humano
- c. Um conjunto de direitos e deveres do ser humano
- d. Uma proposta abrangente que visa à formação do homem para o desenvolvimento sustentável.
- e. Um conjunto de deveres do ser humano

14. Como você se sente em relação ao exercício da sua cidadania?

- a. Um cidadão bastante ativo
- b. Um cidadão ativo
- c. Um cidadão razoavelmente ativo
- d. Um cidadão pouco ativo
- e. Não exerço a minha cidadania como deveria

15. Das opções abaixo quais você considera como ações de cidadania:

- () Desviar recursos públicos
- () Ter liberdade de expressão e opinião

- () Ser tratado de forma igual perante a lei
 - () Não participar de eleições, assembleias comunitárias, reuniões públicas ou eventos cívicos
- relevantes pode ser considerado uma falta de envolvimento cívico.
- () Respeitar o patrimônio do outro
 - () Promover a exclusão social
 - () Controlar a imprensa
 - () Poder escolher seus governantes
 - () Poder participar na gestão pública
 - () Permanecer isolado e não interagir com a comunidade local ou com os vizinhos
 - () Fiscalizar o uso dos recursos públicos
 - () Pagar tributos e impostos
 - () Comprar produtos em excesso e desperdiçar recursos
 - () Solicitar nota fiscal numa loja
 - () Preocupar-se exclusivamente com problemas pessoais, sem se envolver em questões da comunidade ou da sociedade.

16. Em que medida a graduação em Ciências Contábeis contribuiu para o seu ATUAL nível de exercício da cidadania?

- a. Totalmente
- b. Muito
- c. Razoavelmente

17. ANTES da graduação em Ciências Contábeis como você avaliava a importância da educação para o exercício da cidadania?

- a. Muito importante
- b. Importante
- c. Razoável importante
- d. Pouco importante
- e. Nenhuma importância

18. Como você classifica o nível de importância da educação para o exercício da cidadania?

- a. Muito importante

- b. Importante
- c. Razoável importante
- d. Pouco importante
- e. Nenhuma importância

19. Sobre a afirmação a seguir, posicione-se: Quanto maior o nível de escolaridade maior é o exercício qualificado dos direitos e deveres do cidadão.

- a. Concorda
- b. Concorda parcialmente
- c. Discorda

III- EDUCAÇÃO FISCAL

20. Sobre a afirmação a seguir, posicione-se: “A educação fiscal é uma forma de educar o

cidadão para o exercício da cidadania”:

- a. Concorda
- b. Concorda parcialmente
- c. Discorda

21. Você conhece ou já ouviu falar do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF?

- a. Sim
- b. Não

22. Você já ouviu falar sobre o conceito de "educação fiscal" antes deste questionário

- a. Sim
- b. Não

23. Na sua opinião, quais das alternativas você considera como educação fiscal:

- a. Um imposto especial
- b. Um programa para ensinar as pessoas a pagar menos impostos
- c. Um conjunto de ações para conscientizar a sociedade sobre a importância dos tributos
- d. Um sistema de contabilidade financeira

24. Na sua opinião, qual é o principal objetivo da educação fiscal?

- a. Aumentar a carga tributária
- b. Ensinar as pessoas a evitarem o pagamento de impostos
- c. Conscientizar os cidadãos sobre a importância dos tributos e sua correta aplicação
- d. Reduzir o número de impostos

25. Na sua opinião, quais são os benefícios da educação fiscal para a sociedade?

- a. Aumento da sonegação fiscal
- b. Maior compreensão dos direitos do contribuinte
- c. Diminuição dos serviços públicos
- d. Aumento da desigualdade social

26. Na sua opinião, quem são os principais responsáveis pela promoção da educação fiscal?

- a. Apenas os governos
- b. Apenas os contadores
- c. Os governos, as escolas, a sociedade civil e os órgãos de fiscalização
- d. Apenas os contribuintes

27. Na sua opinião, qual é a importância da nota fiscal para a educação fiscal?

- a. Não tem importância
- b. Apenas serve para registrar as vendas
- c. Permite acompanhar a arrecadação de tributos e a legalidade das transações comerciais
- d. Facilita a evasão fiscal

28. Na sua opinião, qual é a importância da educação fiscal para os estudantes de Ciências

Contábeis? (Marque todas as opções que se aplicam)

- Melhor compreensão das leis fiscais e tributárias.
- Capacidade de auxiliar empresas na gestão fiscal.
- Contribuição para a ética profissional contábil.
- Preparação para o mercado de trabalho.
- Outro (por favor,

especifique): _____

29. Sobre a afirmação a seguir, posicione-se: A educação fiscal pode ajudar a reduzir a evasão

fiscal e a sonegação de impostos:

- a. Concorda
- b. Concorda parcialmente
- c. Discorda

30. Sua instituição de ensino superior oferece disciplinas, cursos ou projetos específicos sobre

educação fiscal no currículo do curso de Ciências Contábeis?

- a. Sim
- b. Não
- c. Não tenho certeza

31. Sobre a afirmação a seguir, posicione-se: É possível educar uma pessoa para o exercício da cidadania falando sobre a função socioeconômica do tributo e de controle social.

- a. Concorda
- b. Concorda parcialmente
- c. Discorda

32. Na sua opinião como os tributos podem contribuir para a função social?

- a. aumentando a desigualdade
- b. Financiando serviços públicos e programas sociais
- c. Reduzindo a carga tributária sobre os mais ricos
- d. Estimulando a evasão fiscal.

33. Qual a frequência com que você costuma conversar sobre tributo com seus amigos?

- a. Sempre
- b. Frequentemente
- c. Medianamente

- d. Raramente
- e. Não converso

34. ATUALMENTE como você avalia o seu nível de sensibilização sobre a função socioeconômica do tributo?

- a. Excelente
- b. Bom
- c. Regular
- d. Ruim
- e. Péssimo

35. Os estudos no curso de Ciências Contábeis, de alguma forma, foram importantes para ampliar seus conhecimentos sobre tributos no Brasil?

- a. Muito importante
- b. Importante
- c. Razoável importante
- d. Pouco importante
- e. Nenhuma importância

36. ANTES de iniciar a graduação em Ciências Contábeis você teve curiosidade de acessar o portal de transparência do seu município para verificar as contas do gestor público?

- a. Sim
- b. Não

37. DURANTE a graduação em Ciências Contábeis você teve a curiosidade de acessar o portal de transparência do seu município para verificar as contas do gestor público?

- a. Sim
- b. Não

38. Você gostaria de fazer alguma sugestão adicional ou comentário sobre a importância da educação fiscal nas instituições de nível superior para o curso de Ciências Contábeis? _____

Agradecemos muito pela sua participação neste questionário. Suas respostas serão importantes para entender melhor a perspectiva dos estudantes sobre esse tema fundamental na formação de contadores.